

## **Assembleia Municipal da Guarda**

### **Ata**

#### **Sessão Ordinária de Vinte e Seis de Setembro de Dois Mil e Dezanove**

Aos vinte e seis dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezanove, pelas dez horas e trinta minutos, teve início, na Sala António de Almeida Santos, nos Paços do Concelho da Guarda, uma Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, que a seguir se transcreve:

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Do Grupo Municipal do PS faltam: Agostinho Corte Gonçalves que é substituído por Emanuel de Almeida Proença Barata; falta José Alberto Vares Pires que é substituído por Pedro Nuno Matos Pinto Monteiro Afonso. Do Grupo Municipal do CDS: falta Elsa Marina Lourenço Gonçalves Silva e é substituída por José Carlos Pereira Lopes. Das Juntas de Freguesia: falta o Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Estrela, Ricardo Miguel dos Reis Gonçalves que é substituído pelo Secretário, Cristóvão Lage de Antunes; falta o Presidente da Junta de Freguesia da Guarda, João José Pina Prata que é substituído pela Vogal, Maria Isabel da Cunha Sousa Oliveira. Eu pedia aos senhores Deputados que entraram entretanto que se sentassem, por favor, para pormos à votação a ata da última reunião do dia 26 de junho de 2019.” -----

-----**Resultado da votação da ata do dia 26 de junho de dois mil e dezanove.**-----

- Aprovada, por unanimidade, com sessenta votos a favor. -----

#### **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Antes de entrarmos na sessão propriamente dita, passados que estão estes formalismos, queria, antes de tudo, dar a saudação à senhora Vereadora Ana Cristina Marques que está pela primeira vez conosco nesta sessão da Assembleia, embora já tenha estado em sessão de Câmara, mas na Assembleia primeira vez. Por isso, seja bem-vinda e felicidades nesta nova função. Queria dizer-vos também duas palavrinhas. Uma relativamente ao evento que ocorreu na no passado fim-de-semana, da Feira farta, e queria que deixar aqui uma saudação muito especial às Juntas de Freguesia é aos Presidentes de junta pela forma como colaboraram e se empenharam deste evento que representa o mundo rural e que é mais-valia para o desenvolvimento económico desta região e destas zonas do interior. E, por isso, fica aqui o meu público agradecimento pelo vosso empenho, pela vossa participação e pela vossa dedicação a este evento que é de todos nós. Muito obrigada. Agora, gostava de dizer duas ou três palavrinhas também sobre a presença destes quatro meninos que estão, que já devem ter notado, e que na sequência daquilo que já ocorreu no dia 26, começa a ser uma prática habitual nestas Assembleias. Eu já referi isso na passada Assembleia e gostava de o voltar a referir e de frisar novamente. A Assembleia é um espaço público, é um espaço do cidadão e é um espaço, por excelência, para a participação dos cidadãos. É um espaço que os cidadãos, que a nossa sociedade, deve usar. É um espaço deles. Para isso existe no regulamento, como todos sabem, um período inicial que é dedicado às intervenções do público. Nós não temos, pelo menos

desde que eu estou a presidir à Assembleia, não temos tido muito esse hábito, não é habitual o público vir à Assembleia participar e falar connosco e eu entendi que posso ser eu a potenciar isso e a despoletar essa participação e nada melhor do que fazê-lo com os nossos jovens para que eles percebam que isto é uma casa deles, isto é casa da democracia. É tanto nossa quanto vossa e é de todos nós e, portanto, vocês são sempre bem-vindos sempre que queiram vir assistir, participar e as portas desta casa estarão sempre abertas para a vossa intervenção. Nessa sequência, e de acordo com isto que eu acho e que penso convictamente, convidei os dois Agrupamentos do Concelho e a Escola Profissional Ensiuarda e a Escola do Outeiro de São Miguel a mandarem um menino de cada uma das escolas pra fazerem uma pequena intervenção aqui na Assembleia sobre o tema que cada um deles escolhesse. Eu não limitei o tema. O tema é escolha deles, foram eles que escolheram o tema sobre o qual vão falar para fazerem então aqui uma pequena intervenção neste período de trinta minutos que nós temos dedicado ao público. E, por isso, dava as boas vindas aos quatro, um de cada escola como já referi. Espero que estejam tranquilos, calmos. Isto aqui, é tudo gente pacífica, não se assustem. E temos connosco o Francisco Maria Correia Isidro, do Agrupamento Afonso de Albuquerque. Temos o Gonçalo Daniel Saraiva Marques, da Escola da Sé. Temos a Daiane Fane, da Ensiuarda e, o Gustavo de Albuquerque e Castro Almeida, do Outeiro. O Francisco, o Gonçalo e o Gustavo são do 12º Ano, e a Daiane é aluna do 3º Ano do Curso de Saúde. A intervenção eles foi aleatória, portanto, não houve aqui nenhuma escolha nem de escolas, nem de temas. Foi perfeitamente aleatória. Só assim é que poderia ser. E vamos então começar com a intervenção do Francisco Maria Correia Isidro, que nos vai falar sobre Território, Juventude e Futuro. Cinco minutinhos, peço-vos, mais uma vez, de acordo com aquilo que já falámos, que sejam mais ou menos precisos no cumprimento do tempo. Está bem? Muito obrigada. Eu acho que antes de eles iniciarem, acho que era interessante que lhe déssemos uma salva de palmas pela coragem e pela colaboração e pela participação de virem aqui falar connosco e dizer aquilo que vos preocupa. Francisco Maria Correia Isidro, que nos vai falar sobre Território Juventude e Futuro.” -----

- **Francisco Maria Correia Isidro:** “Bom dia a todos. Quero começar por agradecer à Assembleia Municipal, na pessoa da senhora Presidente, a Dra. Cidália Valbom, por ter lançado o desafio ao meu Agrupamento para se fazer representar nesta sessão. Penso que é importante dar aos alunos a oportunidade de expressarem as suas ideias, preocupações e propostas, neste órgão máximo do poder local. Espero que esta iniciativa se possa repetir, neste ou noutro modelo qualquer, onde possamos rever-nos para participar e assistir. Bem, como já disse a senhora Presidente da Assembleia, o meu nome é Francisco Isidro, eu tenho 17 anos, nasci e vivo na Guarda e sou Presidente da Associação de Estudantes do Agrupamento de Escolas Afonso Albuquerque. Por inerência, faço também parte do conselho Municipal da Juventude, órgão consultivo recentemente reativado e que tem sido um fórum de debate dos problemas, ideias e desafios dos jovens do Concelho da Guarda. É pois na qualidade de representante dos alunos, que eu estou aqui para partilhar convosco algumas reflexões sobre território, juventude e futuro. Fora do nosso território, num mundo que é cada vez mais global, pode parecer desajustado, mas o território, o nosso concelho, o lugar onde nós vivemos,

é determinante para o futuro de cada um de nós. Especialmente para os alunos que, como eu, frequentam o 12º Ano, colocam-se várias questões no que respeita às escolhas, aspirações e oportunidades. Iniciou-se agora mais um ano letivo e o que esperamos é que seja mais uma etapa de sucesso no nosso desenvolvimento pessoal e social. Contamos, para isso, com o profissionalismo e a dedicação dos muitos professores que nos têm acompanhado e contribuem para o nosso sucesso. Sim, a Guarda pode orgulhar-se da qualidade do ensino público. Apesar de algumas carências e de aspetos que necessitam de melhorias, as nossas escolas secundárias, e falo da minha em particular, cumprem a missão de nos dar conhecimentos e de competências que nos permitem escolher o caminho a seguir. Mas que futuro nos espera? E esse futuro passa por aqui, ou estamos apenas passagem e regressaremos só de visita quando as saudades de casa apertarem? A minha geração que cresceu na Guarda, ao contrário do que possam pensar, preocupa-se com o futuro da região e questiona-se: O que é que esta Cidade tem para nos oferecer daqui por diante? Fizemos uma sondagem entre os alunos do 12º Ano, e até entre os alunos do secundário em geral, e perguntámos para onde é que querem ir estudar. Poucos dirão que querem ficar na Guarda. Isto é compreensível. Por um lado queremos sair de casa. Por outro lado não assistimos a um esforço de articulação entre a região e o ensino superior que temos. No meu mandato de quase um ano como Presidente da Associação de Estudantes, do maior agrupamento escolar da região, e creio que os meus antecessores podem dizer o mesmo, nunca tivemos uma aproximação por parte Instituto Politécnico para nos cativar como passageiros e potenciais alunos. Não é para nós, estudantes, que uma instituição de ensino superior deve trabalhar? Não podemos até estar mal informados ou a ser levados involuntariamente por preconceitos relacionados com as taxas de ocupação e com as notas de acesso, por exemplo? Que a própria instituição também não faz por esclarecer junto de nós, potenciais clientes. Mas isto é só uma parte do problema. O que me preocupa mais, voltando a hipotética sondagem, é a resposta que poderão dar à pergunta seguinte. E quando terminar os estudos, pretende voltar e trabalhar na Guarda? Ora, a maioria dirá que não. A falta de oportunidades de emprego e consequente dificuldade de fixação dos jovens no nosso território, preocupa-nos e afasta-nos, logo à partida, levando-nos a assimilar que o nosso futuro não passa por aqui. A maioria das empresas fixa-se no litoral. O interior, fruto de desinvestimentos e esquecimentos sucessivos, tem travado uma batalha desigual. Temos, felizmente, alguns bons exemplos de investimento privado, como é o caso da Coficab, uma multinacional sediada na Guarda que emprega jovens da região em muitas áreas, algumas de grande especialização. A questão é que são poucas as empresas que procuram ativamente jovens nas regiões do interior. E depois dá-se o reverso, é o próprio responsável da Coficab, como têm sido outros, a queixar-se da dificuldade que é encontrar mão-de-obra disponível e qualificada face aos próprios planos de crescimento. Temos de exigir políticas verdadeiras, e não apenas palavras, de investimento e de aposta no interior. Mas também temos de fazer nós, por cá, um grande esforço para atrair e manter projetos e empresas, que façam da fixação de jovens o motor para uma renovação. Acredito que é este o verdadeiro desafio que a Guarda enfrenta. Desculpem-me se não vim falar do clima, por muito que as alterações

climáticas e o desafio da descarbonização estejam na ordem destes dias. Não é por falta de sensibilidade, até pelo contrário. É porque já há quem se refira ao tema e com muito melhor conhecimento. Durante os últimos dias, a propósito da cimeira do clima, realizaram-se em todo o mundo várias manifestações alertando para as alterações climáticas e para a necessidade de mudança de políticas e de comportamentos, onde os jovens têm tido um papel preponderante. Na Guarda, a iniciativa realiza-se amanhã. Ora, eu apoio o direito que nós temos, como cidadãos, claro, de nos manifestarmos quantos estamos insatisfeitos. E as alterações climáticas são um tema pertinente e importante que deve ser discutido. Mas quando eu vejo a dimensão que teve a primeira greve, no dia 24 de maio, quando comparada com o resto de atividades organizadas pelo mesmo grupo, parece-me muito óbvio com o que é que a maioria dos ativistas se preocupa realmente. Faltar às aulas. A greve do dia 24 de Maio teve uma adesão na ordem das centenas de alunos, enquanto que os presentes na recolha de lixo que houve na Alameda e no Parque da Saúde e na vigília pela Amazónia, no Jardim José de Lemos, se podiam contar pelos dedos. Porquê? Porque não foi em tempo de aulas. Devemos ir mais longe e ter ações consequentes e pragmáticas no que respeita à defesa de uma sociedade equilibrada. Iniciativas que saibam questionar e ultrapassem modas e ciclos de pensamento. Prefiro pensar que o desafio da sustentabilidade passa, em primeiro lugar, pela atitude que temos em relação à paisagem que observamos da nossa janela real, antes de reagirmos, por impulso, ao que nos entra pela janela virtual. Só cuidando do nosso mundo mais próximo podemos ter uma ideia para o nosso mundo global. O mundo global que é feito da soma e do equilíbrio dos pequenos mundos. Dos nossos mundos. A minha geração quer ver a Guarda povoada de pessoas e ideias. Pessoas de perto e de longe que aqui venham e tragam novas abordagens. Nós já temos o ar mais puro, a riqueza e a diversidade do ecossistema. O mundo rural e a Serra da Estrela, agora Geopark Mundial. E sim, também temos pastores, também temos rebanhos, também temos a vaca Jarmelista. Aqui podemos dar um contributo local para o global, através da produção sustentável, que faça o equilíbrio entre o campo e a cidade, as pessoas e as paisagens, a economia e os recursos. Sem verdades absolutas, porque as verdades absolutas de hoje são o conhecimento ultrapassado de amanhã. E a moda, por vezes, sacrifica a verdade. Conhecer e valorizar o nosso território e os nossos recursos, é a maneira de defendermos o presente e prepararmos o nosso futuro. E, quem sabe, a maneira de um dia, também nós, aqui, ditarmos a moda. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, Francisco. Passamos agora à intervenção do Gonçalo Daniel Saraiva Marques. É aluno do 12º Ano da Escola da Sé e vem-nos falar sobre «O futuro dos jovens na Guarda». Faz favor, Gonçalo.” -----

- **Gonçalo Daniel Saraiva Marques:** “Obrigado senhora Presidente. Muito bom dia. Antes de mais, cumprimento a senhora Presidente da Assembleia Municipal e os restantes Membros da Mesa, o senhor Presidente do Executivo, Carlos Monteiro, e restantes Membros, bem como as demais entidades aqui presentes. Agradeço, desde já, o convite que me foi feito para aqui marcar presença neste dia e a todos aqueles que me possibilitaram esta oportunidade. Gostaria de abordar nesta minha pequena intervenção, um tema que considero de grande importância e o qual deve merecer, cada

vez mais, a nossa atenção e que é o futuro dos jovens na Guarda. De facto, todo e qualquer jovem possui muitos anseios e desejos e uma grande vontade de conquista e de partir à descoberta, que torna único cada jovem e que o capacitam, para a sua maneira, tentar contribuir para um mundo melhor. É certamente aceite por todos, que a base dos jovens reside numa boa e sólida educação. No entanto, facilmente se consegue observar falhas, lacunas, que necessitam de ser resolvidas de modo a proporcionar uma educação de maior qualidade. É certo que, apesar de não se colmatarem todas as falhas, este Executivo tem realizado muitos trabalhos neste âmbito, o que é de louvar. Porém, considero que o mesmo deve realizar um maior e contínuo investimento nesta temática, na medida em que estaremos a efetuar um investimento a longo prazo naqueles que, um dia, tomarão parte nas decisões que envolvem toda a sociedade e que, por ventura, poderão, um dia, vir a tomar parte nesta casa. Daí que recorde as palavras proferidas pelo senhor Presidente Carlos Monteiro, neste fim-de-semana passado, aquando da abertura da Feira Farta na qual disse que o futuro da Guarda passa pelo investimento nas políticas de educação e nos mais jovens, esperando que este Executivo continue a contribuir, cada vez mais, em prol da educação e da formação dos mais jovens. No entanto, passados os anos necessários até à finalização do ensino secundário, muitos dos nossos jovens têm de partir para outras cidades, a fim de continuarem a trilhar o caminho que os conduz à sua realização pessoal. Isto é, partem para outras localidades com o propósito de ingressarem em faculdades, que possuam o curso que eles mais anseiam e que não encontram nesta cidade. Esta situação é compreensível, já que o Instituto Politécnico da Guarda não é capaz de disponibilizar todos os cursos que os jovens desejam. No entanto, o mais preocupante é que, chegando ao fim do seu percurso académico, os jovens, que certamente desejariam regressar às suas raízes, não o poderão fazer já que, na maior parte dos casos, a sua cidade natal não é capaz de lhes assegurar as condições necessárias à sua fixação e pleno estabelecimento. De facto, a falta de empresas, de oportunidades de emprego, que vão ao encontro dos desejos dos mais jovens, é um fator determinante para os não deixar regressar à Guarda, pois, sem trabalho, não possuem a capacidade económica necessária ao seu bem-estar e pleno estabelecimento na cidade que os viu crescer. Ou seja, a Guarda investe na educação destes indivíduos, de forma a proporcionar-lhes todas as ferramentas necessárias para a construção de um futuro próspero e que vá ao encontro das suas expectativas. E, por fim, perdemos os nossos jovens para outras cidades que se enriquecem de mentes fantásticas e muito valiosas sem nenhum esforço. Perde-se, deste modo, o hipotético contributo com os nossos jovens dariam à nossa cidade, de forma a evoluí-la e modernizá-la. Recordo, novamente, algumas palavras proferidas pelo senhor Presidente, no passado fim-de-semana, onde disse que a riqueza dos territórios é as pessoas, apelando a que este Executivo e esta casa consigam combater a perda da maior riqueza que este Município tem, que são os mais jovens, de modo a que a Guarda, com o nosso contributo, possa ser uma cidade, como dizem os 5f's, formosa, viva, jovem e com vida. Para terminar, gostaria, novamente, de agradecer esta oportunidade que me foi dada, de aqui realizar esta minha pequena intervenção. De me terem sido abertas as portas desta casa que é de todos nós, bem como de fazer um apelo para que estas mesmas portas pudessem

ser abertas a mais jovens, de modo a que aja uma maior partilha de ideias, opiniões, assim como uma maior aproximação dos jovens à vida política, com intuito de os preparar para a ingressão na sociedade que os espera e para os aliciar no gosto pelos destinos da sua cidade e do seu país. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Obrigada, Gonçalo. Passamos agora à Daiane Fane, aluna do 3º Ano do Curso de Saúde e que nos vem falar de «Multiculturalismo na Escola».” -----

- **Daiane Fane:** “Bom dia. Apresento os meus cumprimentos à senhora Presidente da Assembleia Municipal, ao senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda, a todos os senhores Deputados desta Assembleia e a toda a audiência aqui presente. Senhora Presidente, queira, antes de mais, receber os meus agradecimentos pelo convite endereçado à Escola Profissional da Guarda. Excelentíssimos Senhores, o meu nome é Daiane Fane, sou aluna do Curso de Saúde da Escola Profissional da Guarda e proponho-vos hoje uma reflexão sobre os jovens e a cidadania. Estudo numa escola que, orgulhosamente, defende a ideia da importância de uma educação para o saber, mas, sobretudo, de uma educação para os valores. A minha presença neste auditório é um sinal inequívoco da harmonia entre instituições, aproximando da sociedade civil da sociedade política, na convicção de que capacitaremos uma geração para o pleno exercício dos direitos e responsabilidades associadas ao estatuto de cidadania. A cidadania manifesta-se numa atitude e num comportamento, na forma de estar em sociedade que se baseia nos direitos humanos, ou os da igualdade, democracia e justiça social. A educação para a cidadania contribui, enquanto processo educativo, para a formação de indivíduos responsáveis, conscientes, autónomos, solidários e preocupados com o bem-estar do próximo. A atividade política, nomeadamente quando esta convoca um conjunto de jovens para uma sessão desta natureza, compreende que a cidadania deve ser vivida e não ensinada e resumida a transmissão dos direitos e deveres do cidadão passando, então, pela vivência de situações que promovam essa aprendizagem, ou seja, passando por uma participação ativa dos diferentes intervenientes. Não obstante, o papel da família, agente principal de qualquer processo conducente ao crescimento pessoal, é no seio de uma comunidade escolar que o jovem reforça e aperfeiçoa um conjunto de importantes valores que o projetarão para o futuro harmonioso, pessoal e profissionalmente. Importa, então, definir aquilo que entendemos como os objetivos práticos da mesma cidadania. Nesta minha intervenção, destaco a importância da constituição multicultural das nossas sociedades, enquanto fenómeno enriquecedor das mesmas, sobretudo no meio educacional. Tenho nacionalidade Romena e gostaria de partilhar a minha experiência com todos aqueles que procuraram este país e aqui pretendem dar o seu contributo pessoal e profissional. Entendo que a escola tem que ser o local como ponto de partida, mas internacional e intercultural como ponto de chegada. Oceânicos, Europeus, Asiáticos, Africanos, Americanos, todos somos parte integrante de uma sociedade com a qual devemos estar em sintonia. Sugeria, hoje, a criação de um site ou blogue, onde todos aqueles que frequentam o ensino na cidade da Guarda, oriundo de outros países, dessem um testemunho pessoal e trouxessem ao conhecimento desta comunidade, hábitos,

rotinas, e tradições de cada país de origem. Juntamente com os colegas aqui presentes, e tendo por base essa recolha de dados em plataforma digital, cada escola ficaria responsável para organizar, anualmente, o encontro entre todos estes jovens através da realização de workshops, ateliers e outros. Toda esta comunidade estrangeira poderia, assim, oferecer um pouco da sua cultura aos cidadãos da Guarda. Termino esta intervenção, com uma ideia de Fernando Savater: Ninguém é pessoa na solidão e no isolamento. Somos sempre pessoas entre pessoas, o sentido da vida não é um monólogo, provém antes do intercâmbio de sentidos, da polifonia coral. Obrigada a todos.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, Daiane. Passamos, por ultimo, á intervenção do Gustavo de Albuquerque e Castro Almeida, que é aluno do 12º Ano do Outeiro de São Miguel e vai-nos falar sobre «Interioridade, o porquê da escolha da nossa Cidade». Faz favor.” -----

- **Gustavo de Albuquerque e Castro Almeida:** “Excelentíssima senhora Presidente da Assembleia Municipal, Dra. Cidália Valbom, senhor Presidente da Câmara, Dr. Carlos Monteiro e seu Executivo, senhoras e senhores Presidentes das Juntas de Freguesia, senhores Deputados Municipais e demais entidades aqui presentes, caros colegas e caros munícipes. Nos dias que correm, é muito diferente falar nas vantagens e desvantagens de viver no interior em relação às últimas décadas, nomeadamente nos tempos da juventude os nossos pais. Efetivamente, muito mudou com o passar de apenas uma geração. Hoje, assistimos a uma tendência mais acentuada de deslocação de jovens dos centros para esta zona, muitos empreendedores em novas áreas, ou inovando no que quase tinha caído no esquecimento, por exemplo, com um novo folego ao artesanato e gastronomia, ou no turismo rural e habitação, permitindo a recuperação do património cultural e o seu usufruto numa sociedade moderna. A propósito, fala da qualidade de vida nas terras do interior. Não só mais próxima da herança cultural, a vida tomada nesta opção permite uma maior interação social e familiar. Essas particularidades levam a uma formação pessoal muito própria, que fazem lembrar a experiência do escritor, nas Sete Partidas do Mundo, quando escreveu a sua vivência numa aldeia beirã. Debruçamo-nos sobre a cultura ancestral e somos levados a pensar na cultura tão característica desta zona fronteiriça com o então Reino de Leão, com as separações e continuidades ao nível linguístico de costumes, de povos, religiões como o Islamismo, o Judaísmo e o Cristianismo, até aos tempos das primeiras influências cristãs visigóticas, ainda hoje presentes no Rito Hispano-Visigótico. Naturalmente, uma cidade do interior, que alberga um Sanatório outrora importante, tem uma qualidade do ar exemplar. De facto, um dos seus muitos cartões-de-visita. A posição permite a proximidade com o Parque Natural que engloba a montanha mais elevada de Portugal Continental. Mas a ligação à natureza não se resume apenas a esta particularidade, pois existem nas redondezas de outros Parques Naturais importantes e, dentro da própria cidade, notamos um cuidado e estima pelos espaços verdes destinados ao lazer dos habitantes. Uma cidade bem proporcionada, sem ser demasiado grande nem pequena, permite aos habitantes um percurso mais rápido para o trabalho, com um trânsito mais fluido o que, pôs isso só, conta muito em termos de qualidade de vida por diminuir drasticamente o stress mental da vida quotidiana. Em comparação com outras cidades,

torna-se também mais segura, oferece comodidades singulares tais como as facilidades de acesso, quer rodoviários pela A23 e A25, quer ferroviários. A cidade em si é singularizada pelos chamados 5F's, ou seja, Farta, Forte, Fiel, Fria e Formosa. Aqui podemos encontrar uma sumula do ambiente físico, mas também uma caracterização precisa das suas gentes e costumes. Como disse, não é uma cidade dada a grandes excessos, daí o comércio tradicional ser tão importante. Reflexo da importância que ainda hoje tem a interação humana, a ligação social, a troca afetiva e emocional que se desenvolve em torno de uma simples aquisição. Do ponto de vista social, temos vários incentivos que animam a vida em comunidade, tais como a Feira Farta, as feiras mensais, as feiras de antiguidades, os festivais de verão, as noites brancas, a celebração do ano novo, entre outras. A cidade está ornada por momentos de grande relevo e valor histórico, artístico e arquitetónico. Tomemos como exemplo a Sé, a Igreja de São Vicente, a Igreja da Misericórdia, a Judiaria onde exerceu o famoso médico cristão-novo, Ribeiro Sanches, que não foi nascido nesta cidade mas por aqui passou e exerceu a caminho da Flandres e, por fim, da Rússia. Entre muitos outros vestígios do longo passado a cidade, temos as várias portas, a torre de Menagem, a torre dos Ferreiros. Por falar em grandes personalidades desta cidade, temos a referir Carolina Beatriz Ângelo, médica, feminista, ativista Republicana. O neurocientista Rui Costa que descobriu uma área cerebral importante para o tratamento da perturbação obsessiva/compulsiva. O físico Fernando Carvalho Rodrigues, que ficou conhecido como o pai do primeiro Satélite Português, entre outras atividades ligadas à física e engenharia. Por fim, o filósofo Eduardo Lourenço, cuja obra principal é o Labirinto da Saudade, psicanálise mítica do destino português. E assim falo nossa grande e pequena, nova e antiga, fria e quente mas muito querida cidade da Guarda. Queria finalizar com um agradecimento por esta oportunidade. Penso que mais pessoas deviam ter esta oportunidade que me foi dada e agradeço, mais uma vez. Muito obrigado. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada ao Gustavo também. Eu ia agora dar uma palavrinha a cada um dos líderes. Aproveito para informar esta Assembleia também de que o líder da Bancada do Partido Socialista alterou e temos agora o senhor Deputado Monteirinho que passa a ser líder parlamentar. É isso, não é? E, portanto, eu dava um minutinho a cada líder parlamentar, se quisessem dizer umas palavrinhas a estes nossos jovens. Alguém quer dizer alguma coisa? Faz favor, senhor Deputado Aires Diniz.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Bem, sinto-me feliz por ter visto quatro jovens entre intervir aqui na nossa Assembleia. No ano passado fiz parte de um júri, na Afonso Albuquerque, de análise de várias redações que os alunos fizeram sobre questões de género e sobre questões da cidade e achei frustrante eles não focarem bem os problemas da cidade, do distrito e do território em que vivemos. Fiquei mais feliz porque hoje ouvi quatro discursos muito sucintos, muito simples, acerca desses mesmos problemas de uma forma muito organizada e é isso que eu quero saudar.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém pretende intervir? Então, fazemos ordem sequencial. Faz favor, senhor Deputado Marco.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Obrigado, senhora Presidente. Desde já, bom dia a todas e a todos os presentes. Dizer, em nome do Bloco Esquerda, que é sempre com grande agrado que vimos e assistimos a quatro jovens, neste caso, a falar de problemas que nós consideramos extremamente urgentes que consigam ser resolvidos e que haja vontade. E é claro que, para haver vontade, também é preciso perceber qual é a mensagem que a nossa escola passa a estes futuros, provavelmente, também alguns deles, políticos e não só políticos. A verdade é que, muitas vezes, fala-se que na escola só se ensina determinados caminhos para o sucesso dos seus alunos, para o sucesso da sua vida académica e muitas vezes esquece-se os apontamentos paralelos e aquele trabalho que é desenvolvido muitas vezes, não só pelos professores, mas também por aquele colega lá da sala de aulas que até é mais perspicaz num tema que provavelmente não é tão apelativo para com outros, mas que, depois, ao longo dos tempos, ao longo da convivência e da cooperação entre colegas começam então achar interessante e que é importante trazer à discussão, não só para a comunidade em redor e eles dentro do espaço escolar, mas também para toda a comunidade civil e isso tem acontecido. E ainda bem que isto tem conhecido e ainda bem que os jovens da Guarda, das diferentes escolas e dos diferentes graus de ensino, andam a demonstrar isso à sociedade civil. Muitas vezes, como aqui já foi dito, não é correspondido pelos seus próprios colegas em outros atos, mas também é mesmo assim, a juventude é mesmo essa. Também é necessário muitas das vezes chocar com a verdadeira realidade e, por isso, o caminho é esse que vocês estão aqui a trazer, é esse que vocês devem continuar a levar a quem vos ouve lá fora e acredito que não passam apenas de palavras. Também os vossos atos já os praticaram e amanhã provavelmente muitos de vocês e alguns de nós, se calhar não todos, mas se calhar aproveitar para convidar todos a se juntarem a vocês. Muito obrigado.”-----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Monteirinho, faz favor. E bem-vindo nas novas funções.” -----

- **Deputado António Monteirinho (PS):** “Muito obrigado. Senhora Presidente, senhores Secretários, senhor Presidente da Câmara, senhoras e senhores Vereadores, senhoras e senhores Deputados, senhoras e senhores Presidentes da Junta de Freguesia, Funcionários, Comunicação Social e Público em geral. Gostaria de elogiar as vossas intervenções, em primeiro lugar. Foram intervenções oportunas e são intervenções que nos deixam sempre a pensar. É sempre importante ouvirmos os jovens da nossa região falar e tocar nas feridas, que são da nossa região mas que também são do país e do mundo. Tenho a certeza absoluta que se qualidade dos jovens no nosso país e no mundo inteiro for a qualidade destes jovens que hoje aqui intervieram, tenho a certeza absoluta que estão em boas mãos o destino, não só da Guarda, como do país e também do mundo inteiro vivendo nós neste mundo globalizado. Isto é muito importante porque eles tocaram em todos os aspetos que nos afetam hoje em dia no interior, no nosso país e no mundo. Falaram das alterações climáticas e muito bem. Falaram do multiculturalismo e muito bem. Falaram dos problemas do interior e muito bem. E salientava duas questões que hoje foram aqui colocadas, que me parecem muito oportunas. A primeira é como é que nós conseguimos garantir aos nossos jovens que

conseguem ficar na nossa região, que lhes proporcionamos todas as condições necessárias para que tenham aqui futuro. O que é que nós podemos fazer? O que é que cada um de nós pode fazer? O que é que podem fazer o Executivo, o que é que podem fazer os Deputados, os Presidentes da Junta e também a Presidente da Assembleia e esta Assembleia? O que é que podemos fazer, em conjunto, para garantir este sucesso? Mas outro problema que também me pareceu óbvio e foi aqui falado e que me parece que tenho que realçar. Sendo eu um aluno daquela instituição do Politécnico da Guarda, não podia deixar de realizar. Porque é que o Politécnico da Guarda ainda não fez nenhuma parceria com os alunos das escolas da nossa cidade? Isto é uma questão que deve, transversalmente, ser respondida por todos nós. Como é que cada um de nós pode contribuir para que isso seja um sucesso e para que isso termine de uma vez por todas, para que o Instituto Politécnico da Guarda seja o farol também de desenvolvimento da nossa região. Falaram aqui também no multiculturalismo. Portugal é um dos países que, em todos os níveis, aceita esta postura do multiculturalismo. Só assim é possível, de uma vez por todas, acabar com a ignorância, com as divisões e com a guerra no mundo inteiro. E, assim sendo, também essa questão do multiculturalismo foi extremamente importante. Quero deixar, e termino com isto, que estes jovens hoje deram-nos uma lição e fizeram-nos pensar. Se calhar, nós, jovens mais idosos, já não pensamos nalgumas questões que nos são colocadas desta forma, mas eu penso que serviu para refletir e penso que será uma reflexão que podemos ter no futuro. Não posso deixar, neste momento, e depois de louvar esta atitude, não posso deixar de fazer um pequeno apontamento à Assembleia e à sua Presidente, que poderíamos ter preparado uma intervenção melhor ainda, para acomodar estes jovens, se soubéssemos que eles estavam cá hoje. Muito obrigado. Muito bom dia.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Senhor Deputado Tiago.”

- **Deputado Tiago Gonçalves (PSD):** “Muito bom dia a todos. Eu ultrapassarei agora a fase dos cumprimentos formais, aqui nesta Assembleia, para um momento posterior, porque agora aquele que se impõe é, efetivamente, cumprimentar estes jovens, o Francisco, o Gonçalo, a Daiane e o Gustavo, pelas magníficas intervenções que aqui nos trouxeram. E, além de os cumprimentar a eles, naturalmente também cumprimentar todas as pessoas que hoje estão aqui a compor o público desta sala da Assembleia Municipal, na sua maioria, outros jovens de escolas da nossa cidade que vêm acompanhar também os seus colegas que aqui tiveram a oportunidade de fazer esta intervenção, mas no que constitui também a mera assistência a esta Assembleia Municipal, um exercício importante de cidadania e que cumpre valorizar. Além, naturalmente, de cumprimentar os jovens, cumpre-me também cumprimentar os senhores professores que os acompanham. E tentar também, nesta medida, com uma palavra também aos Professores, envolvê-los e trazê-los mais vezes a esta casa, que é uma casa da democracia da cidade e é, por assim dizer, também uma forma importante de mostrar a estes jovens como se exerce a cidadania. Porque, de facto, a cidadania, por inteiro, qualquer um de nós, só se exerce com intervenção também em nome próprio e nome dos demais. E, por isso, foi para nós muito importante, creio eu para todos enquanto Deputados a esta Assembleia Municipal, enquanto representantes dos cidadãos

da Guarda nesta Assembleia Municipal, ver que os jovens do nosso concelho estão despertos para a realidade atual do nosso concelho. Estão despertos para aqueles que são os nossos problemas, mas também para aqueles que são os anseios da nossa região e do nosso concelho, rumo ao futuro. E falaram aqui de diversos temas que são muito importantes rumo ao futuro. Foi falado sobre o ensino superior aqui. Foi tocado o tema do emprego destes jovens num futuro próximo e que grande preocupação que é essa, de todos nós, e quem quase todas as Assembleias Municipais, e eu apelo também os vossos professores, não para faltarem às aulas como dizia o Francisco, mas para terem um efetivo exercício de cidadania durante todo o dia de hoje, que vos deixem aqui estar durante mais tempo a assistir a esta sessão porque, ao longo desta sessão de hoje, por exemplo, irão verificar como esse tema está permanentemente na ordem do dia desta Assembleia. E como num dos pontos que vamos aqui tratar, efetivamente estaremos aqui a ver como é que podemos dar apoios a empresas, e nomeadamente a uma empresa que vai investir 16 milhões na nossa cidade, para ela se fixar aqui e gerar mais quarenta e cinco empregos na nossa cidade. Essa é, portanto, uma preocupação que é vossa mas que também é nossa, para aqueles que já estão na vida ativa, mas para também para vocês que, no futuro, irão estar nessa mesma vida ativa. E uma palavra muito importante para aquilo que aqui veio aqui dizer a Daiane, o multiculturalismo, porque é verdade que a Guarda tem perdido gente. Essa é uma realidade à qual não podemos fugir. Mas da mesma maneira que aqueles que são daqui naturais, são daqui naturais, muitas vezes abandonam os nossos territórios, seja lá por que motivo for, a Daiane também nos deixa aqui essa palavra de esperança, que há outras pessoas que procuram efetivamente um território, como é o território da Guarda. E, hoje em dia, num mundo cada vez mais globalizado e temos ótimos exemplos, um deles na Freguesia de São Pedro do Jarmelo, aqui bem próximo, em que brevemente se irão receber famílias de refugiados aqui no nosso concelho. E a Guarda tem que ser também isto, uma cidade de coração aberto, uma cidade de braços abertos para aqueles que, mesmo não tendo nascido cá, mesmo não tendo aqui as suas raízes, nos queiram procurar e nos escolham para sermos o futuro também dessas mesmas famílias. E, por isso, fica essa palavra final, que eu também queria valorizar no discurso do Gustavo, e que é uma palavra de que o interior, a nossa cidade e nosso concelho podem ter, hoje em dia, muitos problemas, mas tem uma coisa que nós devemos todos valorizar. A qualidade de vida, a interação social e familiar de que ele também falava, é algo muito importante e que num futuro, creio que até bastante mais próximo do que distante, pode fazer a diferença nas escolhas dos jovens, nomeadamente dos jovens que constituem família e que precisam desse amparo social e familiar que o Gustavo aqui muito bem retratou. E, portanto, valorizar mais uma vez a vossa vinda aqui, valorizar mais uma vez a participação que os vossos professores deram, também, certamente, permitindo a vossa presença aqui e justificando as vossas faltas. E dizer-vos que têm sempre as portas abertas desta Assembleia e que esperamos que voltem a participar nela, em mais ocasiões. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Henrique Monteiro, faz favor.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Muito bom dia a todos. Eu quebrava o protocolo e começava por saudar os nossos convidados. Os jovens que estão também lá em cima nas plateias porque eles são o futuro deste país e são o futuro da nossa terra, do nosso concelho e da nossa região. E queria deixar aqui uma palavra de agradecimento às intervenções que aqui foram feitas. Intervenções de qualidade. E quanto eu gostaria de ter esta qualidade na Guarda, depois de concluídes as vossas formações académicas, que não sei onde é que vão ser feitas. Se vão ser feitas na Guarda, se vão ser feitas fora da Guarda. Mas também foi aqui tocado um ponto muito importante, que foi a questão da articulação entre Instituto Politécnico e as escolas básicas e secundárias deste concelho para captação e não só, a abrangência do Politécnico é distrital e regional, até com outras escolas. Mas foi muito bem lembrada essa situação. E agora cumprimento a senhora Presidente, a Mesa, o senhor Presidente da Câmara, Vereação. Um cumprimento em especial, se me permitem, à senhora Vereadora Cristina Correia que está aqui em novas funções. Também um cumprimento ao senhor líder da Bancada do Partido Socialista, todos os Deputados Municipais, os Técnicos da Câmara, os senhores Presidentes de Freguesia, Público, Comunicação Social. Falou-se aqui de futuro e falou-se aqui de futuro do interior. E quando falamos de futuro do interior, temos de falar necessariamente de medidas de exceção para que se inverta a realidade atual e para que nós possamos contar aqui com o contributo e com a presença, com o desenvolvimento dos projetos de vida de todos estes jovens. Eu lembro que D. Sancho I povoou a Guarda com objetivos militares para consolidar as conquistas feitas pelo seu pai, D. Afonso Henriques. Havia que ocupar o território para defender essas mesmas conquistas. Mas, entretanto, o clima era agreste, não era confortável e as pessoas começaram a abandonar o território. E aquilo que fez D. João IV, foi criar medidas de exceção fiscal, reduzir impostos para evitar esse despovoamento. Será que, hoje em dia, será necessário chamar cá novamente D. João IV para fazer o óbvio? Eu penso que não. E penso que este interior, este distrito e todo o interior do país, necessitam de um estatuto fiscal que crie condições de exceção para que aqui o investimento seja rentável, seja apetecível e para que as empresas não demandem outras regiões. Falou-se aqui também de um aspeto muito importante, que é as questões climáticas que hoje estão na ordem do dia. Aliás, amanhã, vai haver uma greve pelo clima. Isto deve ser uma causa que nos deve mobilizar a todos e não apenas quando há aulas. Mas sempre. Em impermanência. E eu pedia aqui aos jovens que aqui estão presentes, que olhassem para estas imagens que vão ser aqui projetadas e que fizessem delas também uma causa. Porque com a carência de água, com a falta de água que hoje se faz sentir, num ano de seca extrema, nós não podemos continuar a estragar a qualidade da água nos rios que, de alguma forma, se desenvolvem a partir desta cidade. Isto são imagens do Rio Diz. Estas aqui junto a Vila Fernando, na ponte Vila Fernando. Estas na Cerdeira do Côa...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, pedia-lhe que fosse breve. Eu tinha pedido um minuto de intervenção a todos.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “... mais a jusante...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Não vai aproveitar este tempo para fazer intervenção política. Não. Não vai não.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Não. Senhora Presidente, eu estou a fazer um apelo a estes jovens para que se mobilizem para esta causa.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Eu sei. Mas pode fazê-la depois no período a seguir. Peço-lhe que termine, por favor.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Farei. Eu pesquei e mergulhei muitas vezes nestas águas e hoje não pode ser feito. Muito obrigado, senhora Presidente. Obrigado a todos pelo vosso contributo.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Para terminarmos, faz favor senhor Presidente.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Bom dia a todos. Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Membros da Mesa, Membros do Executivo, senhores Deputados, Presidentes de Junta, Comunicação Social, mas especialmente um cumprimento para vós. Um cumprimento para o Francisco Isidro, um cumprimento para o Gonçalo, para a Daiane e para o Gustavo Almeida. Muito obrigado por estarem aqui, por nos demonstrarem e darem um exemplo de cidadania. Um exemplo daquilo que é a participação cívica e focar, de facto, aquilo que são problemas que são transversais à nossa sociedade de há muitos anos a esta parte. Mas quero-vos dizer, porque também percebi que, no vosso rosto, para além da preocupação, manifestastes e transmitistes-nos, a nós, esse sentimento de esperança que, o querer voltar à vossa cidade, é o querer voltar à vossa cidade natal. E isso demonstra bem que nós, no presente, temos que efetivamente acreditar que a vossa preocupação, o vosso conhecimento e, por isso, um cumprimento especial a toda a comunidade educativa, aos professores, aos agrupamentos que fazem um magnífico trabalho ao dar consciência, ao dar conhecimento. E, como disse o Gonçalo, nas minhas palavras, na Feira Farta, a educação é a base da solução dos problemas da sociedade atual. Quanto mais conscientes, quanto mais pensamento crítico tivermos, mais cidadãos conseguimos ser na resolução direta dos problemas que nos afetam. E os temas que trouxestes aqui são, de facto, da maior importância. Nós estamos, todos os dias, nestes seis anos, portanto, também durante o ano, preocupados a gastar os nosso tempo em encontrar soluções para combater o despovoamento, o envelhecimento da população, a falta da atração a territórios de baixa densidade de pessoas, mas também fazer com que as instituições funcionem cada vez mais num grau de exigência, num patamar de exigência, superior. É verdade que ainda muito falta fazer. Mas sabemos bem que na educação, no ano 2019, nós temos mais de 700 mil euros, cerca de 600 já gastos, na educação. Mas, no orçamento, estão 1 milhão e 170 mil. Ainda temos aqui margem para progredir na área da educação, porque há muito a fazer, porque este é um pilar basilar do desenvolvimento e, por isso, não tenho dúvida nenhuma em afirmá-lo, com os presentes, com a consciência presente de uma sociedade cada vez mais global, mas com a capacidade, com o conhecimento de uma geração, que eu continuo a dizer que está muito bem preparada e que nós acreditamos que o futuro que está assegurado. E, por isso, nós, nesta geração, com a

legitimidade para nos assiste, mandatada pelo povo, mas também com o nosso trabalho diário, com o trabalho da comunidade atual, nós preparamos, de facto, as condições para que as gerações que vêm possam usufruir, possam prosperar de uma dimensão que as anteriores não fizeram. Cometer erros é algo que vai acontecer sempre, mas também é um foco principal para que eles sejam minimizados e nós, nas nossas opções, nas nossas soluções, temos sempre em mente que temos que preparar, não só o presente, mas fundamentalmente a vossa geração, mas também aquilo que é o futuro e a resolução dos problemas que vós aqui trouxestes, com um alto grau de consciência e que nos elogia a todos, enquanto sociedade, enquanto comunidade, preocupada com temas desta dimensão. Obrigado por terem vindo. Espero que esta seja a primeira de muitas vezes e, com certeza, que esse é o caminho que tendes que traçar porque o país, a cidade, a região precisa de vós. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente. E eu gostava, para terminarmos esta primeira parte, gostava de dizer ao Gonçalo e a todos vós que as portas desta casa estão sempre abertas. Não fui eu que vos abri as portas. As portas estão abertas, a casa é de todos nós. Disse-vos, no início. É a casa da democracia, é a casa dos cidadãos sempre que queiram. Obviamente não aqui, por enquanto, como Deputados, mas poderão, se mais tarde quiserem, com certeza, sentarem-se aqui como Deputados, mas as galerias lá em cima estão sempre abertas para vocês e é um gosto ter-vos aqui e uma honra para nós. Uma sociedade que não trata bem a educação e que não trata bem os jovens é, definitivamente, uma sociedade sem futuro. Portanto vocês são, como já foi dito aqui e muito bem, são o futuro deste país e compete-nos a nós, enquanto menos jovens, - como disse e muito bem ali o senhor Deputado Monteiro, nós não somos velhos, somos menos jovens, a diferença é assim pequenina, - fazemos por isso e acarinhar-vos da melhor forma que pudermos e soubermos. Por isso, foi um gosto, para mim, ter-vos aqui. As intervenções foram muito boas, foram excelentes e deixo-vos um agradecimento muito especial pela vossa intervenção, pela vossa participação, pela vossa colaboração desde início. E queria deixar um agradecimento muito especial também aos professores. À Professora Amélia, que é nossa Deputada Municipal também. Ao Professor David que está lá em cima nas bancadas. Ao Professor João Raimundo com quem falei, mas ao Professor João Marques que está lá em cima connosco. E ao senhor Padre Ângelo que, desde o primeiro minuto que falei com eles, disseram logo que sim. Acolheram muito bem esta ideia e, salvo em modéstia, pareceu-me que ficaram muito entusiasmados com esta possibilidade e, tal como lhes disse, e vocês já referiram aqui, esta pode ser uma iniciativa para continuar. Neste formato, num outro formato, mas vamos pensar nisso. Só uma notinha ao senhor Deputado Monteiro. Só para dizer que não foram informados porque, teoricamente, as intervenções do público, podem ser surpresa, digamos assim. Mas estive muito bem. Não precisava de mais nenhuma preparação. Estiveram todos muito bem e acho que responderam todos muito bem e fizeram excelentes intervenções. Queria deixar também uma saudação muito especial aos alunos que estão na galeria. Podem ficar até ao final da sessão. Esse espaço é vosso também. Obrigada por estarem aí. Mas podem ficar o dia inteiro connosco que é um gosto ter companhia. E uma saudação especial ao grupo de menos jovens que está lá em cima e que temos muito gosto em que estejam a

acompanhar-nos nesta sessão hoje da Assembleia. Temos aqui um mix de jovens e menos jovens e é isso que é a nossa sociedade. Por isso, um agradecimento muito, muito, muito especial a todos. Acreditem, do fundo do coração, que estou-vos muito grata. Muito obrigada. Eles vão sair agora mas, se calhar, com uma salva de palmas nossa, está bem? Bom, antes de entrarmos, agora, no Período Antes da Ordem do Dia, vamos começar por dar posse à senhora Deputada, que passará a ser, Teresa Cristina Gomes Martins Freitas da Silva que vai tomar posse. Já tinha dito no início, em virtude da renúncia do senhor Deputado Hugo de Carvalho.” -----

#### **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

- **Deputada Teresa Freitas da Silva (PS):** “Bom dia a todos. Os meus respeitosos cumprimentos à senhora Presidente, restante Mesa, senhor Presidente do Executivo, senhores Vereadores e Vereadoras, senhores Deputados, senhores Presidentes de Junta de Freguesia, Público em geral. Muito obrigada. Vou, então, proceder à minha tomada de posse. Juro solenemente por minha honra, que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito bem. Seja bem vinda, embora já seja uma habitué desta casa, mas agora nitidamente. Começávamos, então, pela leitura das Moções, das Propostas e das Recomendações que foram entregues, tal como tem acontecido nas outras Assembleias. E eu chamava o senhor Deputado Aires Diniz para fazer a leitura dos documentos entregues da CDU. Faz favor. Não sei se a ordem que tem aí é a mesma que eu aqui tenho. Vai começar por ler a Moção «Travar a destruição dos CTT, exigir a recuperação do seu controle público».” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Eu tinha outra ordenação que era começar pelo ambiente. Mas está bem.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Não, não. Muito bem. A ordem é sua. Pelo ambiente. Muito bem. É uma Moção «Pelo direito das populações ao ambiente saudável». Faz favor.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Sim, eu tenho duas. Uma que veio centralmente por causa dos últimos acontecimentos...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, eu duvido é que o senhor consiga ler isto tudo no tempo que tem.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Depois vai-me dar mais tempo porque eu, na parte anterior, portei-me bem. Só gastei meio minuto e houve aí gente que gastou ...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Olhe que não. Olhe que não. Então, vai começar por qual?” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Vou começar «Pelo direito das populações ao ambiente saudável» ” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito bem. E depois?” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Depois vou para a outra, que é muito grande...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “ «Preservar o ambiente e a natureza, prevenir alterações climáticas» ” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Depois é a outra que é sobre os Professores.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Sobre os Professores «Defender a escola pública, valorizar os Professores». E depois?” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Depois é «O direito das populações ao transporte público.»” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “ «Pelo direito das populações ao transporte público» e, por fim os CTT. Muito bem, faz favor. Já sabe que, quando acabar, acabou.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Quantos minutos é que eu tenho? Dez?” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Seis.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Então, pronto. Vou ler a primeira tudo. Depois, as outras vou resumindo. -----

«Pelo Direito das populações ao ambiente saudável. Considerando a necessidade de intervenção ativa em defesa do Parque Natural da Serra da Estrela, promovendo a sua proteção e uso em benefício do ambiente e da qualidade de vida das populações, propiciada pela inclusão da Barragem do Caldeirão; Considerando a necessidade de criação de novos espaços verdes, bem como da requalificação sistemática dos existentes e ainda da necessidade da criação de corredores verdes para circulação pedestre na cidade; Considerando a necessidade da defesa e promoção da floresta em todo o concelho, contribuindo para a sua reflorestação com espécies autóctones; Considerando a necessidade da identificação dos focos de poluição do Rio Noémi e de outras linhas de água do concelho e da necessária intervenção na sua eliminação, sempre com respeito pelo equilíbrio dos seus ecossistemas; Considerando a necessidade da promoção ativa e da divulgação do património natural do concelho; A Assembleia Municipal da Guarda delibera incumbir a Câmara Municipal de promover todos os procedimentos necessários para garantir que, no seu território, exista uma política ambiental, que seja fator de coesão e de dinamização económico e social.» Esta é a primeira. -----

A segunda tem um texto muito grande e eu vou só dizer as conclusões, ou as deliberações. «A Assembleia Municipal da Guarda, reunida a 26 de Setembro de 2019 delibera: Exigir a adoção de medidas de reforço dos meios do Estado para desenvolver uma verdadeira política de defesa da natureza, colocando a riqueza natural do país ao serviço do povo e do desenvolvimento nacional; exige o desenvolvimento de alternativas energéticas de domínio público; o reforço do investimento no transporte público no sentido da sua gratuitidade e alargando a sua oferta em detrimento do transporte individual; o investimento na investigação e desenvolvimento com vista à

diminuição da dependência de combustíveis fósseis; a defesa da produção local. Exigir igualmente o reforço dos meios financeiros das autarquias para poderem prosseguir e melhorar a sua intervenção nas questões ambientais, no quadro das suas competências. Instar o Município a prosseguir e a intensificar as ações, medidas e projetos que no quadro geral de um programa de proteção dos valores ambientais e de promoção dos recursos ecológicos e naturais, contribua para prevenir causas que estão na origem de alterações climáticas». -----

Terceira Moção. «Defender a Escola Pública. Valorizar os Professores. Considerando: Os obstáculos criados à progressão profissional dos professores e educadores pela não contagem de todo o tempo de serviço prestado e a conseqüente desvalorização da profissão, levou já ao disfuncional envelhecimento do corpo docente, prejudicando o funcionamento da Escola Pública. A Assembleia Municipal da Guarda, reunida em 26 de Setembro de 2019, delibera: Saudar os Professores e Educadores Portugueses e a sua Manifestação no próximo dia 5 de Outubro e desejar-lhes um futuro melhor pois são um elemento fundamental na Vida Nacional.» -----

Terceira Moção. A terceira Moção é uma pequena patifaria minha, porque é a mesma que eu apresentei há três meses, em junho. E como tem havido problemas nos transportes coletivo no nosso distrito e concelho, eu voltei a apresentá-la. Portanto, eu só vou ler as conclusões. «A Assembleia da Guarda delibera, de novo, incumbir a Câmara Municipal de promover todos os procedimentos necessários para garantir que, no território do seu município e ainda que na Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela, existam em todos os concelhos carreiras regulares de transportes públicos que sirvam trabalhadores, estudantes, jovens e idosos e sejam fatores de coesão e de dinamização económico e social.» -----

Depois, a última é a dos CTT. «Travar a destruição dos CTT, exigir a recuperação do seu controlo público» Considerando: Com as privatizações o Estado perdeu receitas dos lucros e impostos, os trabalhadores perderam direitos e muitos outros o emprego e as populações perderam estes serviços essenciais; Que os CTT foram uma dessas criminosas privatizações concretizadas pelo anterior governo PSD/CDS. O governo do PS não reverteu esse caminho apesar da CDU, o PCP e o PEV terem apresentado a proposta nesse sentido; Com a sua privatização deu-se início à destruição dos CTT; Na cidade da Guarda perdemos sucessivamente diversas estações de Correio, nomeadamente no Hospital Sousa Martins, Central de Camionagem da Guarda e no Bairro do Pinheiro e no distrito perderam-se muitas estações, incluindo algumas nas sedes de concelho como Fornos de Algodres e Manteigas; Com estes encerramentos agravou-se a acessibilidade ao serviço público de proximidade, prejudicaram muito os utentes, muitos deles idosos, que serão obrigados a maiores deslocações para fora da sua área de residência; As atuais estações de Correios na Guarda são insuficientes para as necessidades dos utentes. E, por causa disso, a Assembleia Municipal da Guarda, reunida em 26 de Setembro de 2019 delibera: Exigir aos futuros Deputados da Assembleia da República, eleitos no próximo dia 06 de outubro de 2019, a reversão do caminho destruidor após a privatização da empresa, dando início a um processo de recuperação de controlo público desta

empresa; Exigir da administração dos CTT a reabertura das estações de correio anteriormente existentes.» E disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Muito bem, nem gastou o tempo que tinha. Vamos pôr à votação as Moções. Eu gostava de perguntar se alguém pretende dizer alguma coisa sobre estas Moções apresentadas pela CDU? Ninguém? Há, há. Uma é local, a outra é nacional, disse o senhor Deputado. Então, faz favor, senhor Deputado Tiago.” -----

- **Deputado Tiago Gonçalves (PSD):** “Muito bom dia, agora, já depois de ultrapassado o formalismo há instantes, agora para afazer um cumprimento à Mesa da Assembleia, ao senhor Presidente da Câmara, Executivo, Deputados Municipais, senhores Presidentes de Junta, Público em geral que também já tinha cumprimentado, senhores elementos da Comunicação Social, Técnicos do Município e àqueles que nos acompanham pela internet. Relativamente às Moções também apresentadas aqui pela CDU, é importante que se diga o seguinte. Há duas Moções relacionadas com esta temática do ambiente, que são duas Moções que merecem, naturalmente, a nossa adesão. Aliás, nesta mesma Assembleia Municipal, talvez até já a seguir, o Grupo Municipal do PSD vai apresentar também uma Moção com a mesma preocupação, relativa à mesma temática e que importa, julgamos nós, também, que vai mais ao concreto daquilo que pode ser a resolução deste tipo de problemas na parte que está, efetivamente, nas mãos desta Assembleia. E, portanto, nós aderiremos a essas duas Moções relacionadas com a temática do ambiente, por entendermos que as mesmas também não colidem com aquilo que iremos aqui apresentar. Relativamente aos transportes públicos essa tem vindo a ser uma preocupação de todos os dias de algumas assembleias, essa tem vindo a ser uma preocupação de todos, de algumas Assembleias a esta parte, nomeadamente desde a alteração legislativa que levou a que tivessem sido criados estes passes sociais em Lisboa e que provoca uma grande desigualdade ao nível do acesso aos transportes públicos, entre as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto e as outras regiões do país. Portanto, relativamente ao apelo que aqui é feito, no sentido da Câmara Municipal da Guarda também tratar, junto da Comunidade Intermunicipal, porque essa foi efetivamente uma competência que foi atribuída às Comunidades Intermunicipais, também estaremos de acordo com esta Moção apresentada pela CDU, porque nos parece, efetivamente, que é isto que tem que acontecer. Que o Governo dote as Comunidades Intermunicipais do dinheiro necessário para elas garantirem uma boa rede de transportes públicos, com boa articulação entre os diferentes concelhos e, sobretudo, naquele que nos diz respeito também, entre os concelhos e a capital de distrito. Já relativamente às duas últimas Moções, e por motivos diferentes, a nossa posição não deverá ser a de aderir ao conteúdo destas Moções. Relativamente à Moção de valorizar os professores e como disse há pouco, pelo menos até há instantes, estavam aqui vários professores e alguns ainda permanecem nesta sala para acompanhar os nossos trabalhos, a posição, e estão aqui também alguns mesmo como Deputados na Assembleia Municipal, a posição do PSD é uma posição, obviamente, de valorizar aquilo que são os professores, aquilo que é a sua carreira, aquilo que é o seu papel fundamental na sociedade. Outra coisa é colocarmos nesta Moção que Assembleia Municipal da

Guarda apoia também a manifestação dos professores, do próximo dia 5 de Outubro. Isso já é uma questão que dirá, efetivamente, respeito à consciência de cada um e, portanto, nessa matéria, quanto à valorização dos professores, absolutamente de acordo com o Professor Aires Diniz. Quanto ao apoio à manifestação do próximo dia 5 de Outubro, cada um entenderá se deve apoiar, ou não, essa manifestação e se entende que a Assembleia Municipal é o espaço adequado para se dar apoio, ou prestar apoio a essa mesma manifestação. Finalmente, relativamente à questão da nacionalização, ou recuperação do controle público dos CTT, tenho que dizer aqui que a posição do PSD tem sido uma posição clara em relação a esta matéria e não é a de adesão à nacionalização dos CTT. É uma posição pela alteração e renegociação do contrato de concessão que existe entre o Estado e os CTT e, portanto, naturalmente, o voto do PSD, em relação a esta matéria, é um voto contrário à nacionalização e à recuperação do controle público. Se, porém, o senhor Deputado Aires Diniz pedir aqui, nesta matéria, que possa ser votado, ponto por ponto, a resolução que apresenta a esta Assembleia Municipal, no ponto um, que tem a ver com a recuperação do controle público, o PSD votará contra, conforme acabo de anunciar. Mas, relativamente àquilo que diz no seu ponto número dois, que é exigir da Administração dos CTT a reabertura dos postos de correios anteriormente existentes, naturalmente, e porque essa é também uma ambição do PSD, que no conjunto da renegociação que venha a ser feita com esta empresa privatizada, que possam ser reabertas algumas estações de correios, aí, naturalmente, votando ponto por ponto esta Moção, a Bancada do PSD votará a favor deste segundo ponto. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém? Não? Senhor Deputado Rui, faz favor.” -----

- **Deputado Rui Ribeiro (PS):** “Bom dia a todos. Permitam-me que saúde a Mesa da Assembleia, em primeiro lugar, na pessoa da senhora Presidente, os Membros do Executivo Municipal na pessoa do senhor Presidente da Câmara, os meus colegas Deputados, os Presidentes de Junta aqui presentes, os Técnicos da Autarquia, o Público e os representantes da Comunicação Social. Sobre as propostas que nos traz hoje aqui a CDU, as Moções, diria que o Deputado Tiago Gonçalves, que me precedeu, já disse o essencial e, em boa parte, concordamos com as considerações que foram aqui feitas por ele. Nomeadamente no que respeita às Moções relativamente à Escola Pública e à destruição dos CTT. Acrescentaria apenas, no caso concreto dos CTT, que para além daquilo que referiu o Deputado Tiago Gonçalves, ou seja, da necessidade de renegociação do contrato de concessão dos CTT, acreditamos ainda que a solução para os problemas, que nós temos diagnosticado no funcionamento do CTT, passarão, em grande parte, também por um reforço na supervisão que é algo que não tem existido até hoje, a capacidade de supervisão por parte do Estado. Depois, relativamente às outras Moções que nos aqui trouxeram, relativamente ao transporte público, obviamente, seremos a favor como já fomos a favor no passado, quando foi apresentada uma Moção de idêntico teor. Relativamente às Moções relacionadas com o ambiente, acompanharemos também a posição que nos trouxe a CDU. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém para intervir? Senhor Presidente, pretende intervir? Não? Pretende intervir? Faz favor, senhor Deputado Marco.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Muito obrigado, senhora Presidente. Dizer que o Bloco de Esquerda irá votar favoravelmente todas as Moções apresentadas pelo Partido Comunista. Dizendo que, neste caso, acrescentando, que não vê, de forma alguma, mal esta Assembleia Municipal apoiar a manifestação dos Professores, bem pelo contrário. Já aqui o fizemos com outras organizações e não se consegue perceber como é que se apela, muitas das vezes, ao bom senso relativamente à defesa de direitos que são de conhecimento público. E essa classe exige o que exige porque merece claramente exigir aquilo que lhes foi simplesmente roubado. Por isso, não vejo, de forma alguma, como é que é mau, ou há uma impossibilidade desta sala, destes membros se associarem a um protesto que passa, e repito, mais do que passar, ultrapassa claramente qualquer ideologia política. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. O senhor Presidente tinha-me dito que não pretende intervir. Verdade? Muito bem. Passamos, então, à votação e começávamos pela ordem que foram apresentadas.” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----

----- **Pelo Direito das Populações ao Ambiente Saudável** -----

- Aprovada, por unanimidade, com cinquenta e um votos a favor. -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----

----- **Preservar o Ambiente e a Natureza, Prevenir as Alterações Climáticas** -----

- Aprovada, por unanimidade, com cinquenta e um votos a favor. -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----

----- **Defender a Escola Pública, Valorizar os Professores** -----

- Aprovada, por maioria, com quarenta e nove abstenções e quatro votos a favor. -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----

----- **Pelo Direito das Populações ao Transporte Público** -----

- Aprovada, por unanimidade, com cinquenta e seis votos a favor. -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----

----- **Travar a Destruição dos CTT e Exigir a Recuperação do seu Controlo Público** -----

- Rejeitada, por maioria, com quarenta votos contra, dezassete abstenções e dois votos a favor. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado Henrique Monteiro, uma Declaração de Voto. Faz favor.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Muito obrigado, senhora Presidente. Espero que me deixe falar até ao fim sem me interromper.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Se o senhor Deputado não ultrapassar o prazo, obviamente que sim. Se ultrapassar, interrompê-lo-ei certamente.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Eu não ultrapassei nenhum limite. Aliás, não houve limites. Houve quem falasse mais do que eu falei. Acho que foi uma deselegância. O tema era importante e a senhora disse para que eu não aproveitasse estar aqui a fazer política. Desculpe, o que é que estamos aqui a fazer?” --

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Eu não disse isso. Senhor Deputado, não ponha na minha boca palavras que eu não disse.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Senhora Presidente, eu quando me levanto e calço primeiro, o sapato direito, estou a fazer política.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Eu também. Eu, assim que acordo faço política, antes de calçar os sapatos. Veja. Mas faz favor.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Isto é uma situação que vem sendo recorrente, as interrupções à Bancada do CDS. Eu só queria dizer que, no CDS, nós não pensamos que uma aspirina, por ter lá escrito privado não nos faz nada, e se estiver escrito público já nos cura tudo. E isto para, de alguma forma, justificar o nosso voto contra a Moção dos CTT. Entendemos que a tomada de domínio público da empresa só se justificará numa situação de não cumprimento do contrato que está assinado. Aliás, nós já trouxemos aqui uma Moção sobre essa matéria. Quanto ao apoio à escola pública, aos professores. Evidentemente que apoiamos a escola pública, apoiamos os professores, mas apoiamos também as escolas com contrato de associação e escolas, outras que haja, no setor social. Portanto, também aqui não entendemos que o público tenha que prevalecer sobre o privado, somos por um estado social de parceria. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém? Senhor Deputado Marco Loureiro, faz favor. É declaração de Voto também?” –

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Muito obrigado, senhora Presidente. Dizer que o Bloco de Esquerda vê com bons olhos se, um dia, e certamente muitos e muitos, milhares e milhares de portugueses, se os CTT voltassem a ser os CTT que outrora, eu ainda cheguei a conhecer, mas muitos de vocês, há muitos mais anos do que eu, conheciam. E, por isso, é incompreensível, mas também já é habitual, assistirmos a posições, quer da parte do CDS-PP e quer da parte do PSD, relativamente a que não lhes incomoda o privado quando esse privado cumpre. Mas quando, de repente, os eixos mais importantes são privatizados, nomeadamente a saúde, serviços como os CTT, educação e, depois, quando começa a falhar e sistema privado, aparecem logo, na via pública, em todos os movimentos: Isto é preciso mudar! Isto está mal! Senhores Deputados, os partidos que vocês representam é que colocaram, esses problemas, nesses setores. Decidam-se lá. É que, para evitar esse problema, não é preciso estarmos a demonstrar e a colocá-los, primeiro, no privado. A saúde, os CTT, a luz, a água, que aí vem outra discussão, não tarda nada, dessa privatização que muitos querem e que vocês, provavelmente, quando se aperceberem, já aprovaram lá nas vossas salas de reuniões e depois vêm para cá dizer: É pá, se calhar, queremos mais umas torneiras. Ora bem, o que acontece é que, nesta posição relativamente aos CTT, é incompreensível

como é que se dá mais valor à criação de Bancos, nomeadamente Banco CTT, e não se dá mais valor ao fecho constante, que depois é reivindicado por alguns partidários e dirigentes nas terras em que viram a fechar os seus postos de correio e que depois se lembram que já não há volta a dar. Há volta. Há volta e, neste caso, que é reverter...” --

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, peço-lhe que termine.”

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “... reverter aquilo que nos foi também, repito, roubado. Reverter para a esfera pública é necessário para que a qualidade dos CTT voltem à qualidade dos serviços e, claramente, de todos os trabalhadores que fazem parte da grande instituição CTT. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Passávamos, então, agora, à leitura dos documentos do Partido Socialista. Quem faz a leitura? O senhor Deputado Rui. Temos uma Moção «Pela manutenção da Dura em Vila Cortês do Mondego». Faz favor.” -----

- **Deputado Rui Ribeiro (PS):** “Renovando os cumprimentos que já tive oportunidade de apresentar a todos, passo então a ler a nossa Moção. «Manutenção da Dura em Vila Cortês do Mondego. Desde o primeiro trimestre deste ano que a fábrica da empresa Dura Automotive Systems, localizada em Vila Cortez do Mondego, tem sido notícia, pelos piores motivos. Nessa altura foi dada nota, pela Comissão de Trabalhadores, de que a empresa estaria com dificuldades em manter os atuais níveis de atividade naquela fábrica, devido às encomendas ao grupo estarem prestes a sofrer uma importante redução. Com efeito, tratando-se de uma unidade produtiva no cluster automóvel, ali têm sido fabricados produtos quase exclusivamente para um único cliente, que, de acordo com as informações disponibilizadas, se prepara para os encomendar a um fornecedor alternativo, que é alegadamente uma empresa do mesmo grupo empresarial que esse cliente da Dura. Reconhecendo tratarem-se de opções empresariais legítimas, encaramos no entanto com preocupação as notícias que dão como possível e/ou previsível uma redução de atividade de tal ordem que a fábrica de Vila Cortez do Mondego teria a sua existência colocada em causa. De acordo com os últimos dados conhecidos, esta fábrica emprega cerca de cento e cinquenta pessoas e o seu encerramento teria um impacto dramático não só na freguesia de Vila Cortez do Mondego, mas em todas as freguesias limítrofes. Tratando-se de uma zona sem um tecido industrial consolidado, não se antevê a possibilidade de os postos de trabalho que vierem a ser perdidos num hipotético encerramento desta fábrica poderem ser recuperados ou absorvidos por outras empresas nos próximos anos, deixando em toda a região uma chaga social que temos de lutar para evitar. O Grupo Parlamentar do PS na Assembleia Municipal da Guarda tem acompanhado a situação junto do gabinete do senhor Ministro da Economia, tendo sido informado que atualmente as Secretarias de Estado da Economia e da Internacionalização desenvolveram contactos com o acionista da Dura Automotive Systems, encontrando-se envolvidos na procura de uma solução que permita prolongar, por mais algum tempo, a laboração naquela unidade industrial. Não obstante, encarando com enorme preocupação o cenário de redução da laboração e da paragem da fábrica, a Assembleia Municipal da Guarda, na sua reunião ordinária

de 26 de setembro de 2019, delibera: 1. Instar o Ministério da Economia, a Secretaria de Estado da Economia e a Secretaria de Estado da Internacionalização, bem como os organismos públicos por si tutelados com competências na dinamização empresarial, a desenvolver todos os esforços na busca de uma solução de continuidade para a fábrica de Dura Automotive Systems localizada em Vila Cortez do Mondego; 2. Dar conhecimento desta Moção aos dirigentes políticos das entidades atrás referidas.»  
Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Alguém pretende intervir sobre este tema? Senhor Deputado Tiago, faz favor.” -----

- **Deputado Tiago Gonçalves (PSD):** “Vinte segundos, a ver se não ultrapasso, para dizer que, naturalmente, iremos aderir ao conteúdo desta Moção. Contudo, consideramos um bocadinho a destempo, na medida em que tem sido isso que a Câmara Municipal fez desde as primeiras notícias que surgiram acerca da possibilidade do encerramento da Dura - contactar Ministério da Economia, contactar as Secretarias de Estado com papel nesta matéria e, nomeadamente, a Secretaria de Estado da Internacionalização e procurar que, de facto, através de contactos internacionais com os gestores do fundo de investimento, que é proprietário da Dura, que tomem opções estratégicas que garantam a continuidade desta mesma unidade industrial. E creio até que o Presidente, posteriormente, até terá algumas notícias a dar a esse respeito, sobre contactos que tem mantido com o senhor Secretário de Estado da Internacionalização e, por isso, naturalmente, todos pela Dura, todos a fazer os possíveis pela manutenção da Dura.” --

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém pretende intervir? Senhor Deputado Henrique Monteiro, faz favor.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Obrigado, senhora Presidente. Faz hoje um ano, que eu alertei para a situação da Dura, nesta mesma Assembleia Municipal. Na altura, o seu Presidente Álvaro Amaro referiu que não seria o local indicado para eu trazer essa novidade. Mas eu acho que foi mesmo este o local indicado e que tem desencadeado o debate sobre este problema, que seria mais um drama social para esta cidade. O CDS não tem Deputados na Assembleia da República eleitos pelo distrito da Guarda, mas os Deputados do CDS fizeram já três perguntas sobre a Dura ao Governo. Uma, em dezembro 2018. Uma, em maio 2019 e, outra, neste mês de setembro. As respostas têm sido redondas por parte do Governo: estamos acompanhar, encaminhámos para o senhor Secretário de Estado da Internacionalização. E, sobre a última, ainda não temos qualquer resposta. Evidentemente que votaremos a favor desta Moção. Obrigada.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Mais alguém para intervir? Senhor Deputado Aires Diniz. Tem razão. Já me tinha pedido há bocado e eu esqueci-me. Não tem perdão. Peço desculpa.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “É assim. Nós, o PCP e a CDU, temos estado muitas vezes à porta da Dura e trouxemos cá o nosso Deputado Duarte Alves que já fez várias perguntas na Assembleia da República. Portanto, nós não estamos alheados. Até

porque, quando o Henrique Monteiro falou, eu já sabia. Eu, nessa altura, tomei a opção estratégica de não falar para não levantar o problema. E levantou, fez muito bem, é a consciência dele. Eu mantive-me sereno até porque estas situações são complicadas porque não dependem do país. É um mundo global. A lógica do capitalismo, que é uma lógica muito esquisita como nós podemos ver através das declarações do nosso presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, que tem um país cheio de miséria como eu pude verificar, ainda há dias, em conversa com o nosso conterrâneo que trabalha nos Estados Unidos. E, portanto, nós vivemos num mundo em que a miséria foi espalhada por todo o espaço global e, aqui, na nossa região, isso acontece. Até porque, quando eu estive à porta da Dura, quando estive várias vezes à porta da Dura, fui tomando consciência de que os trabalhadores da Dura não são só do concelho da Guarda. São do concelho de Celorico, de Trancoso e assim por diante. Ali à volta da Dura, que está nos limites do nosso concelho, há muita gente a trabalhar e, portanto, dependem da Dura. Claro que os problemas do concelho não são só originários pelo facto de a Dura poder encerrar, ou poder terminar a sua vida aqui no nosso concelho. Os problemas são de uma política global do país, que foi empobrecendo o país, que continua a manter a pobreza do país e que nada fez para alterar a situação. Eu tenho andado, desde há uns meses, a trabalhar sobre a questão dos médicos aqui da nossa região e os médicos queixavam-se de que as populações eram muito pobres, que nem lhes davam o suficiente para eles ganharem o suficiente, para não serem pobres, também, como eles. E, portanto, essa pobreza endémica, uma endemia que nós sofremos, que faz com que agora a Dura seja um grande problema para nós e para quem lá trabalha. Claro que esse problema, nós tentamos fazer aquilo a que os médicos chamam cuidados paliativos. Tudo aquilo que estamos a fazer são cuidados paliativos. E, portanto, eu vou estar a favor da Moção do PS. Todos pela Dura, disse o meu amigo e adversário político, Tiago Gonçalves. E, portanto, estamos pela Moção e vamos estar sempre ao lado dos trabalhadores da Dura e ao lado de todos os trabalhadores do nosso país, do nosso concelho, do nosso distrito, dos trabalhadores de todo o mundo, já agora, permitam-me, ser internacionalista. Disse” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém? Senhor Deputado Marco Loureiro, pretende intervir também?” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Muito obrigado Senhora Presidente. Queria apenas dizer que, realmente, às vezes, o meu tom ou alguma observação que vejo e, às vezes, as expressões das pessoas falam muito, não é? Eu sei que, às vezes, a minha voz o meu tom incomoda. Eu, durante anos, ouvi aqui outras pessoas, nomeadamente um ex-Presidente, que é uma forma de estilo. É o estilo de cada um. Peço desculpa, nesse sentido. O resto, não peço desculpa porque eu sou mesmo assim. Se não gostam, paciência. Dizer que, relativamente a esta Moção do PS, não posso fugir, trazendo aqui que, costuma-se dizer, quando o fogo está a chegar à aldeia toca-se o sino. Ora bem, tirando isso, deixa arder. Deixa arder. Foi o que aconteceu, durante anos, aqui. Deixa estar, está tudo bem. Está tudo bem. Quando alguém vinha aqui falar da Dura: tá tudo bem, tivemos contatos, tivemos (dito pelo ex-Presidente) está tudo bem. Está tudo bem, há garantias de que isto não há problema nenhum. Quando já se sabia que havia muito problema. E também é verdade e admito que, muitas vezes, quando se negocia há que

haver cedências. Por isso é que se está a negociar, não é? De ambas as partes. E acredito que em alguns momentos de alguma crise, era preciso não alarmar muito alguns setores à volta. Mas era impossível não deixar de explicar e trazer a esta casa. Por várias vezes foi pedido aqui, exigido, e não foi correspondido essas exigências. Eu recorro que o Bloco de Esquerda, nem vou aqui citar a quantidade ao Senhor Deputado Henrique Monteiro, nem vou aqui citar. É muito bem que o CDS/PP tenha feito essas questões. Que eu me lembre, a meu pedido lá para Lisboa, eu tenho seis. E, seis respostas, um vazio total por parte das entidades competentes. E dizer, também, que não é por isso que não vou deixar de apoiar, mais uma vez, esta matéria e a Moção apresentada pelo PS. E dizer, também, que junto aos trabalhadores, porque é importante a empresa, é importante os trabalhadores. Mas a verdade é que, quando os trabalhadores estão à porta e a exigir, foram poucos aqueles que eu lá vi. E vi Presidentes de Junta e lá vi outros setores políticos. Mas não se viu muitos daqueles que estão sempre, sempre, a defender a entidade patronal, em momentos que não deve defender. E ali foi o que aconteceu em muitos momentos. Fecharam-se dentro da sala de reuniões, não quiseram ser claros. Com quem? Com os trabalhadores! E, por isso, apenas aqui digo. Sempre uma palavra de solidariedade àqueles trabalhadores que ainda não sabem o que lhes vai acontecer e estão a pensar como é que vão continuar a sustentar os seus familiares e os seus problemas financeiros, inerentes à falta de trabalho que toda a gente sabe. Isso é que é o mais importante. Tudo o resto, podem tocar o sino porque isso já não vale. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Presidente, pretende intervir? Ok, muito bem. Sim senhor. Passemos, então, à votação da Moção.” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----  
----- **Manutenção da DURA em Vila Cortez do Mondego** -----  
- Aprovada, por unanimidade, com sessenta e sete votos a favor. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Partimos à Moção do Partido Social Democrata, «Plano Municipal de Descarbonização e Combate às Alterações Climáticas». Quem faz a apresentação? Senhor Deputado Tiago, faz favor.” -----

- **Deputado Tiago Saraiva Gomes (PSD):** “Ora, muito bom dia a todos. Bom dia senhora Presidente, bom dia senhor Presidente e restante Executivo, caros colegas Deputados Municipais, senhores Presidentes de Junta, Técnicos da Autarquia, Comunicação Social e Público que nos acompanha aqui na sala ou através dos meios digitais. Efetivamente nós vamos apresentar esta Moção que eu vou passar a ler de seguida, que se prende, sobretudo, com um plano municipal na defesa do nosso território. «Em boa hora, a preservação do planeta Terra e do meio em que todos nós vivemos, deixou de ser uma realidade abstrata para se tornar uma preocupação e responsabilidade de todos. Para tal importa a consciencialização da não existência de um “Planeta B” e que a melhoria das condições de vida de cada um de nós, e da sociedade como um todo, dependem da nossa resposta concreta na atualidade. As alterações climáticas e os seus efeitos expectáveis para as próximas décadas, não trarão apenas modificações pontuais no clima ou na paisagem, mas acarretam consequências muito mais graves e prejudiciais em várias áreas das diferentes atividades humanas. Exemplos desses efeitos podemos

enumerar o aumento de casos de doenças tropicais, com a prevalência de diversos surtos, a escassez de água, a diminuição da área agrícola e, por conseguinte, a diminuição do alimento disponível e o aumento do seu preço. A existência de efeitos meteorológicos extremos com graves consequências nos bens e vidas das pessoas, também são alguns dos exemplos entre muitos outros. Torna-se, por isso, urgente tomar ações concretas como medida de salvaguarda do território e das gerações futuras, nomeadamente de todos os mais desfavorecidos, uma vez que, segundo os estudos, a tendência é para um aumento das desigualdades sociais à medida que aumentam os efeitos das alterações climáticas. É por isso importante que cada um de nós faça o seu papel nesta verdadeira luta contra o tempo, tendo em vista o cumprimento das metas ambientais nacionais e internacionais, nomeadamente aquelas lembradas, esta semana, em Nova Iorque, na Cimeira da Ação Climática, frisando o ponto fulcral em que durante a próxima década, até 2030, o nosso país terá de reduzir, em 50%, as emissões de carbono e que 80% da eletricidade terá de ser fornecida a partir de fontes renováveis. Perante esta realidade, propomos à Câmara Municipal da Guarda a criação e implementação de um Plano Municipal de Descarbonização e de Combate às Alterações Climáticas, onde serão definidas as formas de redução das emissões de carbono, os meios para a sustentabilidade dos recursos naturais e a estimulação de eficiência energética por parte do Município da Guarda. Pretendemos, também, que este plano contemple as adaptações a serem realizadas ao nível económico, empresarial e social como resposta às alterações climáticas, assim como o apoio necessário à população perante essa adaptação. São diversas as formas que o Município da Guarda dispõe, desde já, para assumir este compromisso para com o futuro. Desde logo, a redução da pegada carbónica ao nível dos transportes e viaturas, assim como nos diferentes sectores, desde a eficiência energética com a substituição da iluminação pública e de edifícios camarários, a poupança e o reaproveitamento de água, o alargamento do número de ilhas ecológicas a todo o concelho para a separação de resíduos, a sensibilização da população para a adoção de medidas concretas para mitigar a perda de recursos, entre muitas outras. De facto, é necessário o envolvimento de todos para atingirmos as metas traçadas. Como tal, no mesmo plano e em consonância com outros planos municipais, nomeadamente o da Defesa da Floresta contra Incêndios, propomos que conste a implementação nos espaços e terrenos municipais de uma reflorestação ordenada, onde os intervenientes seriam os próprios munícipes, sensibilizando-os e participando estes na redução da pegada carbónica do seu Município. Estes meios que propomos só são possíveis olhando e adaptando ao nosso território e às nossas atividades concretas. Torna-se, por isso, importante o envolvimento do mundo rural, estudando e propondo soluções concretas em colaboração com as nossas freguesias. Assim, a Assembleia Municipal da Guarda, reunida em sessão ordinária, delibera: Propor ao Município da Guarda a criação do Plano Municipal de Descarbonização e Combate às Alterações Climáticas.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Alguém pretende intervir sobre este tema? Senhor Deputado Henrique Monteiro, faz favor.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Obrigado, senhora Presidente. Nós vamos votar favoravelmente. Mas eu queria pedir à Bancada Municipal do PSD, se não queria incluir uma segunda alínea, que seria um Plano Municipal para combate à poluição no Rio Diz e no Rio Noeme. Evidentemente que as alterações climáticas estão na ordem do dia. Preocupam-nos a todos muito. Sentem-se, sobretudo, na falta de água. Portanto, não adianta nós estarmos a adotar medidas de combate às alterações climáticas ou climáticas se depois tratarmos a água da forma como a estamos a tratar no nosso Município.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Senhor Deputado Tiago, faz favor.” -----

- **Deputado Tiago Saraiva Gomes (PSD):** “Senhor Deputado, é um Plano Municipal de descarbonização e combate às alterações climáticas e, como tal, nós entendemos que ele próprio deve incluir todas essas matérias do combate à poluição, que é um combate às alterações climáticas.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Mais alguém para intervir? Não. O senhor Presidente intervém sobre tudo no fim, é isso? Percebi bem? Ok. Muito bem. Então, passamos à votação da Moção.” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----

----- **Plano Municipal de Descarbonização e Combate às Alterações Climáticas** -----

- Aprovada, por unanimidade, com sessenta e seis votos a favor. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Passávamos, agora, à leitura dos documentos do CDS. Quem faz a leitura? Senhor Deputado José Carlos. Já agora, a sua ordem, só para ver se é igual à minha. Temos duas perguntas à Câmara e depois as Recomendações. Qual é a sua ordem? (...) Vamos começar por duas perguntas à Câmara Municipal. Depois pela Recomendação sobre «Segurança Rodoviária». A seguir a Recomendação «Pelo reforço de número de lugares de estacionamento para pessoas com limitações de mobilidade» e, por fim, uma Recomendação «Pela dignificação da Feira Quinzenal. Faz favor.” -----

- **Deputado José Carlos Lopes (CDS-PP/MPT/PPM):** “Muito bom dia a todos. Em primeiro lugar, cumprimentar todos os presentes na pessoa da senhora Presidente, mas em especial à senhora Vereadora Cristina Correia, minha colega de velhas guerras e que me iniciou nesta coisa da política há quase quinze anos, quando começámos com o João Prata lá em baixo. Portanto, quero dar-lhe as boas vindas e desejar-lhe um bom mandato. Tenho a certeza que à semelhança do que tem feito, nesta década e meia, pela cidade e com os seus serviços, também aqui prestará bons serviços, com certeza. Começando pela pergunta. «A nove meses da data prevista para a conclusão da intervenção na linha da Beira Baixa, a variante da Sequeira ainda não passa de uma quimera. Passaram dois anos sobre a promessa de “peito feito” de Álvaro Amaro, declarada como fundamental e prioritária para quem vive do outro lado das linhas e se vê limitado à ponte na avenida de S. Miguel e a duas travessias, mais ou menos “pirata”, parece que a mesma ainda não saiu do papel. O Grupo Municipal do CDS vê com muita

preocupação este atraso. Perguntas: para quando estão previstas as datas de execução do projeto e colocação das obras da variante da Sequeira a concurso? Como vão ser as interseções das linhas com esta e restantes vias? Passagens desniveladas ou passagens de nível? Vai ser feita a repavimentação da rua que inicia na estrada dos Galegos e dá acesso ao canil, cujo estado lastimável foi agravado pelas obras?» -----

Próxima pergunta. «Terminados os devaneios da Parque Escolar que esbanjou milhões em “meia-dúzia” de escolas, em remodelações de luxo, ficaram muitas centenas de escolas sob os efeitos da Troika à espera sine die das obras a que tinham direito. A Câmara Municipal de Pinhel, optou por não esperar mais e iniciou, a expensas suas, as obras necessárias na sua Escola Secundária e que estão agora a terminar. Por cá, a Escola Secundária da Sé clama por reabilitação. O vereador Sérgio Costa disse à Rádio F, a 12 de fevereiro do corrente ano, que “o próximo passo é requalificar a Secundária da Sé”. Pergunta: Para quando é que está previsto o início desta intervenção fundamental para a melhoria das condições de centenas de alunos, professores e funcionários?» -----

«Recomendação, Segurança Rodoviária. O troço de via urbana junto ao antigo “Telheiro”, na Av. de Bejar, é atualmente um ponto negro da sinistralidade no concelho da Guarda. Temos ainda bem presentes na nossa memória mais recente os inúmeros acidentes graves que têm acontecido frequentemente. A perigosidade deste e de outros pontos da cidade e a elevada velocidade de circulação das viaturas, já motivaram intervenções do CDS-PP neste órgão municipal. Assim, o Grupo Municipal do CDS- PP vem, mais uma vez, recomendar à Câmara Municipal da Guarda que adote medidas corretivas consideradas adequadas para reduzir a sinistralidade na via mencionada.» Tenho dito.” -----

**- Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “ «Pelo reforço dos números de lugares de estacionamento para pessoas com limitações de mobilidade. A Guarda é uma cidade que apresenta enormes desafios à mobilidade pedonal, por razões que se prendem com aspetos particulares da sua orografia e com outros que resultam de barreiras arquitetónicas que surgiram ao longo dos tempos. A intervenção no espaço público urbano deve assegurar sempre a possibilidade de ele ser utilizado por todos, incluindo pessoas idosas, com mobilidade reduzida ou com qualquer outro tipo de limitações, de forma a que todos se sintam como elementos da mesma comunidade. Sabendo que a população do nosso concelho está cada vez mais envelhecida, o que eleva o número de pessoas com limitações na sua mobilidade, o Grupo Municipal do CDS-PP recomenda à Câmara Municipal da Guarda que: Avalie e estude a possibilidade de aumentar o número de lugares de estacionamento para pessoas com dificuldades de mobilidade, em particular junto de serviços públicos e das zonas com maior atividade comercial da cidade da Guarda.» -----

«Pela Dignificação da Feira Quinzenal. (Em 1255 foi criada a Feira de S. João na Guarda, o que muito contribuiu para o seu desenvolvimento económico e cultural. As Feiras e Mercados, atraindo negociantes de fora do lugar, tiveram uma grande importância no período medieval, ajudando não só a quebrar uma economia fechada, de tipo feudal, que isolava as populações, mas também a permitir encontros que difundiam ideias,

invenções e novos conhecimentos.) Esta citação de Adriano Vasco Rodrigues transmite, de forma muito exata, a importância das feiras e mercados na vida social das comunidades onde elas aconteciam. Era assim no passado e assim continuam a marcar o presente, como locais onde, para além das trocas comerciais, se desenvolvem todo o tipo de interações resultantes da heterogeneidade de todos os que a elas ocorrem. Refere o mesmo autor, na Monografia da Guarda, que (De realçar é a preocupação régia de criar condições de um certo conforto para os feirantes permanecerem, defendendo-os do clima agreste.) Ora, para concretizar esta mesma preocupação com o conforto dos comerciantes, foram criando espaços que garantiam a sua proteção das agruras do clima para que eles não abandonassem a Guarda. Estamos a aproximar-nos do final do ano de 2019, em pleno século XXI, e nada está a ser feito por esta ancestral atividade comercial da nossa comunidade. Para mascarar a ausência de soluções definitivas, tem vindo a ser realizado um mercado por mês no centro da cidade, o que também cria constrangimentos a todos os que moram nas ruas ocupadas para o efeito. Quanto ao local onde tradicionalmente se vem realizando a feira quinzenal, nenhuma intervenção foi feita no sentido de o dotar de condições dignas que garantam o conforto dos comerciantes e dos compradores. No presente, como no passado, não queremos que os feirantes abandonem a Guarda, daí que, nesse sentido, o Grupo Municipal do CDS recomende à Câmara Municipal: 1 - Avalie e estude, com urgência, a possibilidade de dar um caráter definitivo ao local onde a feira se vem tradicionalmente realizando, dotando-o das infraestruturas de apoio indispensáveis ao desenvolvimento das atividades comerciais, em condições de higiene e conforto; 2 - Concomitantemente, que esta infraestrutura possa ser pensada para a realização de outros eventos, tais como festas académicas e espetáculos musicais, libertando o centro da cidade do constante constrangimento que transforma a zona histórica numa espécie de estaleiro permanente, que retira dignidade aos espaços mais nobres da Guarda.» Muito obrigado.” -----

- **António Carlos Fernandes, Primeiro Secretário da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Algum dos senhores Deputados quer fazer alguma intervenção? Senhor Deputado Aragão.” -----

- **Deputado Luís Aragão (PSD):** “Obrigado. Bom dia. Em relação à questão levantada pelo Deputado José Carlos Breia Lopes, para além do radar que põem lá com alguma regularidade e que ajuda, penso eu, a diminuir a velocidade, aquilo é um caso que se consegue resolver com uma pequena intervenção em termos do traçado. Porque nós vimos de uma avenida que tem uma faixa, passa a duas e depois passa a uma e quando abre outra vez, as pessoas têm tendência a quererem ultrapassar. Se meter um obstáculo físico, que faça com que cada um ande em sua faixa, o problema fica resolvido. E a coisa, pelo menos se não acaba, diminui drasticamente. A mesma coisa em relação à rotunda do «G». Com uma pequena obra se conseguia resolver o problema, afastando mais um bocadinho, obrigando a ter apenas uma faixa quem vem pela parte da Viceg e que fica em cima dos que vêm do lado da Yoplait e que caem sempre ali. Portanto, com uma pequena intervenção, seria possível resolver e acho que não é nada de monta. Muito obrigado.” -----

- **António Carlos Fernandes, Primeiro Secretário da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais algum dos senhores Deputados quer fazer alguma intervenção? Não? O senhor Presidente intervém no fim do período? Sim. Não deram entrada inscrições na Mesa para o período da intervenção política. Os senhores Deputados queiram-se inscrever, por favor. (...) Deputado Aires Diniz, faz favor. Tem a palavra.” ---

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Portanto, tenho três minutos? É isso? É verdade? E mais dois. Eu depois vou fazendo as minhas intervenções nos outros pontos. Há que questionar os custos do SIAC4 e os seus efeitos na melhoria do setor museológico da cidade, que de facto não obteve novos pontos de atração aos seus novos museus, que permitam esta cidade competir com cidades similares, como Castelo Branco e Bragança. Há ainda que encontrar melhor uso das obras de arte que se encontram no parque estacionamento da Biblioteca. Questionamos, agora, o atraso nas obras do Parque de Campismo que inviabilizou o seu uso no período de verão deste ano. Questionamos, por isso, o Executivo sobre o porquê do encerramento e demora na abertura do Parque de Campismo, assim como qual é a justificação dos custos apresentados. Perguntamos, agora, se a Câmara vai criar parques de campismo no espaço rural, permitindo assim o alargamento dos efeitos positivos dos fluxos turísticos às aldeias. No concelho de Bragança, há mais dois parques de campismo além do Parque Campismo da cidade. Quanto ao Parque Municipal, desde que foi criado um espaço para as crianças até aos 12 anos, assim como as instalações sanitárias, nota-se uma crescente e salutar revitalização do espaço. Dada a adversidade de opiniões que eu tive oportunidade de recolher, não sabemos se a cidade carece de mais espaços verdes, ou só carece de manutenção desses mesmos espaços. Perguntamos, por isso, se existe uma lista de espaços verdes e o consequente plano sistemático da sua manutenção. A cidade está também, neste momento, com o seu desenvolvimento comprometido pela falta de população, geradora paradoxalmente pela falta de oferta de trabalho. Por isso, questionamos o que está a ser feito para atrair e fixar empresas e para manter as existentes. E já falámos da Dura. E disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Temos agora a intervenção do senhor Deputado António Jorge Esteves.” -----

- **Deputado António Esteves, Presidente da Junta de Freguesia de Gonçalo (PSD):** “Cumprimento a Exma. senhora Presidente da Assembleia Municipal, Dr.ª Cidália, cumprimentar também os Senhores Secretários, Exmo. senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Carlos Monteiro, Exmo. senhor Vice-Presidente, Exmas. senhoras Vereadoras e Vereadores, Exmos. Senhores Deputados, caros colegas Presidentes de Junta de Freguesia, Exmos. Técnicos do Município, Comunicação Social e Público aqui presente. Faço hoje esta intervenção nesta Assembleia para, em primeiro lugar, agradecer a este Executivo a aposta clara e inequívoca, que nestes últimos dois anos teve ao apoiar, quer financeiramente, como também logisticamente o Festival da Cestaria de Gonçalo. Tal aposta permitiu que nos focássemos unicamente no que realmente é importante, que é a centenária Cestaria Fina de Gonçalo. A sua promoção, a sua divulgação e a defesa da sua identidade e imagem enquanto produto endógeno deste concelho, produzido com toda a riqueza e saber dos artesãos que ainda, nos dias de hoje, habitam nesta terra. Nesta minha terra. Este Executivo Municipal é ciente de que uma aposta forte nos produtos endógenos da nossa região, do nosso concelho, se

bem trabalhado, pode significar um impulso económico local muito importante para a fixação de gente no nosso território e o seu desenvolvimento. Em exemplo disso, e além do Festival da Cestaria e outros festivais que se realizaram ao longo do ano, tivemos agora a Feira Farta, onde os nossos artesãos puderam estar e vender os seus produtos. Também com o apoio do Executivo da Câmara, iremos estar presentes em Serralves e Paris a promover a Cestaria Gonçalense. Sem todo este apoio, seria bastante difícil que a freguesia, por si só, o conseguisse e, por isso, o nosso bem-haja! E, por fim, não menos importante, voltar a referir a necessidade de, todos juntos, encetarmos os máximos esforços para que a criação do Centro de Promoção e Valorização da Cestaria de Gonçalo possa ser uma realidade no terreno, a curto prazo, pois só assim se conseguirá certificar, valorizar e promover, a longo prazo, a Cestaria Gonçalense. Não esquecendo a necessidade de criar também um Polo Museológico em Gonçalo, que permita salvaguardar toda a história da Cestaria, as técnicas aplicadas na mesma e a salvaguarda do espólio ainda existente. Senhor Presidente, Dr. Carlos Monteiro, este foi um ponto já assumido previamente por V. Exas. e que reconhecidamente agradeço. Terminando dizendo, como se diz na minha terra «Cesteiro que faz um cesto, faz um cento. Deem-lhe vime e tempo.» -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Marco Loureiro, por favor. O senhor Deputado Marco Loureiro já não tem tempo. Mas se for muito, muito rápido eu deixo. Quanto tempo precisa senhor Deputado? É que depois tenho que dar ao CDS também. É? Mas vocês não querem usar?” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Não é grave, que eu, a seguir, tenho tempo para dizer tudo o que quero. Não é grave, mas...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Pronto. Mas é isso. Vocês têm depois o primeiro ponto da Ordem de Trabalhos, mas pronto. O CDS tem dois minutos. Vocês cedam-lhe só um minuto para ele não falar tanto. (...) Senhor Deputado, faz favor.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Saudar todos os jovens e as várias associações e coletivos, formais ou informais, pela coragem e persistência em promover várias ações reivindicativas pelo meio ambiente e persistência em promover ações reivindicativas, um pouco por todo o mundo, e em especial os jovens que amanhã vão, certamente, liderar mais uma manifestação. Há muito tempo que é de conhecimento público, que as Nações Unidas reconheceram, nos anos 70, a existência de alterações climáticas. Desde então, as emissões mundiais praticamente duplicaram. Resta-nos uma década para as medidas de emergência, que podem estancar processos potencialmente irreversíveis. Assim, não chegam meras decorações de intenções. É preciso agir já para uma transição energética, que previna a catástrofe e defenda as pessoas, com o desenvolvimento de uma nova política agrícola e florestal, com a proteção de recursos hídricos, com o combate à produção e consumo de plásticos descartáveis e de uso único, bem como a aposta na produção de energia solar descentralizada. Tudo isto é possível ser aplicado num trabalho conjunto entre os vários poderes públicos, incluindo o poder local e, ao mesmo tempo, em constante diálogo com a sociedade civil. Aqui me fico.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada senhor Deputado! Temos agora o senhor Deputado João Bandurra, por favor!” -----

- **Deputado João Bandurra (PSD):** “Senhora presidente da Assembleia Municipal e restante Mesa, senhor Presidente da Câmara e o restante Executivo, senhores Deputados, Presidentes de Junta, senhores Técnicos da Autarquia, Comunicação Social, muito bom dia. No passado mês de julho foi assinado entre a Autarquia e a Diretora nacional do SEF, Cristina Gatões, numa cerimónia que contou com a presença do Ministro da Administração Interna, Eduardo Cabrita, um Protocolo em que a Câmara da Guarda cedeu um terreno junto ao parque industrial para a instalação da nova delegação do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e de um Centro de Acolhimento Temporário. No âmbito deste acordo, o SEF vai investir cerca de 3 milhões de euros na construção dos edifícios e criará mais de trinta postos de trabalho. Em contrapartida, o Município disponibilizou uma área de terreno com cerca de quinze mil metros quadrados, na Quinta da Torre, nas imediações da Viceg e da variante de acesso à A23, por um período de 50 anos. Atualmente, o SEF tem já uma Delegação Regional na Guarda, na Rua Paiva Couceiro, e integra, com outras entidades, o Centro de Cooperação Policial e Aduaneira de Vilar Formoso. No total, entre inspetores e administrativos, o serviço conta com cerca de duas dezenas de funcionários. Este projeto tem a ver com aquilo que a Guarda precisa, que são pessoas e esta nova Delegação regional do SEF irá contribuir para aumentar a capacidade de atração da cidade e dinamizar a economia local. Ainda no âmbito da celebração deste Protocolo, a Autarquia desafiou as individualidades do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras presentes, para com ela unirem esforços no sentido de aqui ser instalado o Arquivo Nacional daquele organismo. E são serviços como este que trazem mais valências e mais pessoas para a Guarda, porque a economia não é só feita por iniciativa pela iniciativa privada. Também, por isso, a Guarda vai receber o Comando da Unidade de Emergência de Proteção e Socorro da GNR. A nova estrutura, de âmbito nacional, que engloba, entre outras valências, o Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro, vai ficar sediada nas antigas instalações da empresa Infraestruturas de Portugal, na Avenida Francisco Sá Carneiro, onde está atualmente o Instituto da Mobilidade e dos Transportes. A Autarquia, que foi informada da decisão pelo Ministério da Administração Interna, no início de julho, depois de negociações que duraram vários meses, já celebrou o Protocolo que contou com a presença do Secretário de Estado da Administração Interna. Aí, o Município obriga-se a realizar as obras de requalificação e adaptação do espaço para aquele efeito. Esta estrutura, comandada por um General, irá desenvolver a partir da Guarda a sua atividade, isto é, a estratégia nacional no âmbito da GNR e no âmbito da Proteção Civil e irá contar com a criação de mais de cem postos de trabalho. Ainda no âmbito das negociações que culminaram com a celebração deste Protocolo, a câmara não deixou de chamar, novamente, à atenção do Governo, para a importância de localizar também na Guarda o futuro comando do Sub-Regional da Proteção Civil, na sequência, inclusive, da nova lei orgânica. De facto, a Câmara Municipal da Guarda tem criado condições para que a iniciativa privada possa contribuir para o desenvolvimento do concelho, mas é importante que se diga que, a par disso, tudo tem feito para que também os serviços públicos não só aqui se mantenham, mas para que novos serviços aqui sejam instalados, que tragam pessoas, postos de trabalho, combatendo-se assim o despovoamento e fomentando, desta forma, o desenvolvimento do concelho e o crescimento da economia. A Guarda assume, desta forma, um papel importante e decisivo na liderança regional no acolhimento destes serviços, mas também como resulta da ação do Executivo, nesses últimos seis anos, com a fixação na cidade da sede

da CIM o que lhe confere, de facto, a nível da região, uma posição político-administrativa cimeira. Certo de que esta liderança da Guarda assenta numa política que promove, cada vez mais, e dá condições para que se fixem novos serviços públicos e que aqui se fixe mais gente, é forçoso também que seja exigido ao Governo que, quer no âmbito do Centro Nacional de Educação, que em julho, Eduardo Cabrita veio assinar um Protocolo com o IPG no sentido desta instituição de ensino, estudar, e passo o pleonasma, o que vai ser e que competências vai ter o Centro Nacional de Educação rodoviária, quer ainda no âmbito do Arquivo Nacional de Registo Automóvel, em que foi apenas celebrado um Protocolo para estudar a possibilidade de ser sediado na Guarda, que tais iniciativas não se fiquem por meras palavras vãs, consubstanciadas apenas em anúncios de projetos, mas sem a sua efetiva materialização, pretendendo-se que Lisboa perceba que tais anúncios têm que ser mais do que simples promessas. E isto, porque ao fim de mais de oito meses, o Governo ainda não sabe bem o que quer relativamente a estas duas matérias. Agradece-se a instalação de serviços públicos, mas dispensa-se o show off de estudos e protocolos para estudos. E finalizo dizendo que é com políticas como as que se revelaram nas negociações exaustivas da Autarquia e que culminaram com a celebração dos dois protocolos a que me referi, no início da minha intervenção, que se combate o despovoamento, que se combate o envelhecimento e se desenvolve a economia. Vai, pois, pelo caminho certo, este Executivo. Disse!” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Senhor Deputado Rui Ribeiro, por favor.” -----

- **Deputado Rui Ribeiro (PS):** “A minha intervenção será sobre o foco do investimento Municipal. O Município, desde há muitos anos, tem promovido ou participado numa série de eventos de dimensão relevante à escala regional. Tem-no feito numa ótica de marketing urbano, de promoção do turismo regional, mais ou menos integradas na sua política de desenvolvimento do território. Destes eventos de maior ou menor capacidade de promoção do território, do seu património e do seu legado histórico-cultural, esperam-se efeitos na comunidade por um período de tempo de longe superior àquele em que têm lugar. Porém, não devemos deixar de referir que a estes eventos estão associados grandes gastos, com efeitos de longo prazo incertos e não devidamente avaliados, bem como ganhos de curto prazo para alguns interesses privados. Não se trata aqui de menosprezar os méritos reconhecidos de alguns dos eventos que têm sido promovidos pelo Município. Efetivamente, muitos deles não são meras realizações recreativas, desempenhando uma pluralidade de papéis tanto explícitos como implícitos. Nestes eventos, como o que ocorreu no passado fim-de-semana, sabemos que não se trata apenas de uma mera venda de bens. É antes uma oportunidade de troca de ideias e experiências, de promoção de relações entre as diversas organizações presentes, quer do domínio público, quer privado, de partilha de conhecimento, de inovação e até, nalguns casos, de discussão do papel da arte nas comunidades locais. A projeção da capacidade de realização tem aqui também um papel relevante. Para estes objetivos, tem contribuído decisivamente a forma como a comunicação é feita com os destinatários dos eventos. A população em geral nuns casos, ou grupos definidos por características prévias noutros, sendo central a globalização dos média no alcance global destes eventos. Nunca, como hoje, o alcance potencial destes eventos foi tão abrangente, sendo trivial atração à escala mundial. Porém, esta maior projeção e principalmente os recursos envolvidos na realização de eventos de dimensão

relevante fazem com que se instalem, à volta da sua organização, interesses privados que, mesmo os mais legítimos, absorvem uma parte significativa dos recursos públicos na melhor das hipóteses, podendo chegar a sequestrar algumas das componentes desses eventos como forma de satisfação dos seus interesses, com claras perdas de eficácia para o evento. E aqui deixamos o nosso primeiro alerta para a necessidade de cada vez maior transparência em tudo o que rodeia a organização dos eventos do Município. O planeamento deve ser melhorado, a antecipação deve ser a regra por forma acautelar um conjunto de procedimentos que, em nome do interesse público, sejam claros e não permitam qualquer leitura de favorecimento a interesses privados de qualquer espécie. Ganha o Município, ganham os cidadãos e será uma postura que estabelecerá referenciais de atuação para o futuro. A avaliação dos impactos destes eventos deve ser outra das evoluções a registar. Dado o seu peso no Orçamento Municipal, entendemos serem insuficientes as métricas de medição dos resultados que têm sido utilizadas e já por diversas vezes aqui o referimos. Avaliar uma feira setorial apenas pelo número de entradas, ou um evento desportivo pelo número de participantes, mais não faz do que alimentar a mitologia de que qualquer realização com muita gente justifica os meios envolvidos na sua organização. Não existem evidências para esta assunção, daí nos referirmos a elas como um mito com base tecnicamente aceite. Apesar de ser uma ideia muitas vezes alimentada nos meios políticos, não há evidências técnico-científicas que a comprovem. Estas avaliações terão inevitavelmente de evoluir para uma noção de bem-estar das comunidades, abrangendo esta noção um conjunto de dimensões relacionadas com o desenvolvimento económico, mas também social, introduzido na comunidade pelos eventos de que falamos. A falácia dos métodos de avaliação que têm sido usados é evidente, por exemplo, ao nível da realização de eventos desportivos, que não são sequer postos em causa com base na premissa simplista que o desporto é bom para a saúde e promove hábitos de vida saudável nas populações. Sendo uma premissa verdadeira, não é, no entanto, suficiente para justificar todo e qualquer investimento que se faça na área, porque não tem em conta os efeitos do longo prazo do investimento. Assim, esta crença inquestionável nas virtudes de determinados eventos, tem que ser abandonada devendo dar o lugar a formas de avaliação sistemática que suportem decisões mais racionais e eficazes no que toca ao investimento Municipal. Qualquer sistema de avaliação, que venha a ser desenvolvido pelo Município, deverá ser capaz de dar a resposta a, pelo menos, três questões centrais. A primeira, que infraestruturas necessita e utiliza. A segunda, o contributo para a vitalidade dos negócios e desenvolvimento económico do território. E, a terceira, que capacidade de atração de novos eventos é gerada. Estes são indicadores robustos dos efeitos virtuosos de um evento que se explicam a si próprios. Esta combinação de fatores permitirá, na nossa opinião, uma afetação de recursos mais racional e decisões de investimento com maior qualidade. Fundamentalmente, o que todos desejamos é poder fazer mais com menos. Porém, até hoje, tem-se privilegiado a lógica de medir os efeitos no curto prazo, em detrimento de uma avaliação com foco no longo prazo. O que esperamos, para benefício de todos, é que haja um maior equilíbrio no foco das de avaliação dos eventos, não desprezando obviamente o curto prazo, mas levantando um pouco os olhos para vermos mais longe. Uma nota final, apenas para referir que, da parte do Grupo Parlamentar do PS na Assembleia Municipal, apoiaremos sempre estratégias de investimento nas áreas do acesso à educação, saúde, ciência e tecnologia ao serviço dos munícipes, a par com estratégias que visem a diversificação

dos perfis de emprego criados, por acreditarmos serem estas as principais áreas com comprovados efeitos virtuosos no longo prazo. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Passamos, agora, ao Senhor Deputado António Terras, por favor.” -----

- **Deputado António Terras, Presidente da União de Freguesias de Rochoso e Monte Margarida (PSD):** “Exma. Senhora Presidente Assembleia, Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, senhores Vereadores, senhoras e senhores Deputados, senhores Presidentes de Junta, Técnicos da Autarquia, Comunicação Social. Os meus respeitosos cumprimentos a todos e muito bom dia. Como docente que sou, quero dizer que há pouco me senti bastante feliz, quase emocionado, com a presença de quatro jovens e que me agradaram bastante. Quero dizer que a sua jovial presença e os seus brilhantes discursos são, para mim, motivo para dizer que valeu a pena ter dedicado a vida de trinta e nove anos à classe docente e ao magistério, portanto, nas escolas. Agora, relativamente à minha intervenção que tem a ver com a abertura do ano letivo, quero dizer o seguinte. Setembro é o mês do regresso às aulas. Teve agora início mais um ano letivo com o reboiço e a ansiedade próprias de tantas crianças que esperam acolhimento, dedicação, atenção e entrega, dos vários agentes educativos que lhes foram destinados. Os pais e encarregados de educação esperam fortemente que estes agentes educativos correspondam às suas expectativas e que o sucesso escolar dos seus filhos sejam uma evidência. Os professores dedicados e atentos do nosso concelho, certamente querem corresponder a todos os desafios que se colocam à escola de hoje, que se prima pela qualidade e pela excelência. Contam, portanto, com condições favoráveis, tanto físicas como pedagógicas, para o exercício do seu magistério. E o seu parceiro privilegiado é, como todos sabemos, a Câmara Municipal da Guarda. Por conseguinte, esta Autarquia não enjeitou responsabilidades no lançamento deste ano letivo, tendo assumido um papel coadjuvante de toda a comunidade educativa para que o ensino de qualidade aconteça. Deste modo, a Câmara Municipal da Guarda, e particularmente o Pelouro da Educação, com a determinação, a competência e a serenidade que lhes são próprias, estão a proporcionar ao sistema educativo desta cidade diversos apoios e investimentos que passo a enumerar: A sessão de boas-vindas à comunidade educativa do Concelho da Guarda, que decorreu no passado dia 11 de setembro, na Quinta da Maunça, com o maior empenho e a melhor organização da equipa de técnicos da Divisão de Educação, bem como dos altos responsáveis desta Autarquia. O PNE, ou Plano Municipal de Educação, com a oferta de várias atividades educativas facilitadoras do trabalho dos professores e promotoras de aprendizagens diversificadas, possibilitando aos docentes um planeamento oportuno e enriquecedor. Saliento o projeto desenhar a moeda, da Casa da Moeda, para o 2º e 3º ciclos sobre o ambiente, que envolverá os dois Agrupamentos e o Outeiro de São Miguel. Estas atividades educativas que vão desde as artes, ao ambiente, à cidadania, à alimentação saudável, ao desporto e à cultura, farão jus à Guarda como cidade educadora. O desenvolvimento de um currículo local é, certamente, uma vantagem tanto para o património do concelho da Guarda, como para a formação e o enraizamento dos seus jovens. A modernização do parque informático Pré-Escolar e 1º Ciclo e instalação de duas salas do futuro, uma em cada Agrupamento, objetivando a criação do ambiente de aprendizagem, criado a pensar no desenvolvimento das competências do século XXI. O regime escolar de distribuição de fruta ao 1º Ciclo e Pré-Escolar, mesmo antes da

publicação do despacho de alargamento ao Pré-Escolar. A requalificação do parque Escolar com destaque para as obras de beneficiação da Escola Secundária da Sé. Os transportes escolares diários a todos os alunos do concelho, mais o transporte para os projetos educativos em curso. A componente de apoio à família com condições especialmente vantajosas para os pais e encarregados de educação. A entrega gratuita de materiais e manuais escolares, com oferta das fichas de trabalho a todos os alunos do 1º Ciclo do nosso concelho. A cedência de refeições aos alunos do Pré-Escolar e do 1º Ciclo. O projeto de aulas de natação destinada de todos os alunos do Pré-Escolar e 1º Ciclo, num total que ultrapassa os mil e duzentos alunos. O empenho no combate ao insucesso escolar, nomeadamente aos alunos com dificuldades de aprendizagem através do plano integrado e inovador de combate ao insucesso escolar da CIMBSE nos dois Agrupamentos e o apoio a crianças e jovens em risco através da CPCJ. E muitos outros apoios que certamente me olvidarei, sem querer ser injusto com ninguém. O Grupo de Deputados do PSD, enaltece, pois, o hercúleo e generoso trabalho da Câmara Municipal, que está a efetuar no lançamento deste ano letivo e congratula-se com todos no anseio de uma caminhada escolar de sucesso, que honram a Guarda e valorizam o concelho. Tenho dito!” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Tiago, faz favor.” -----

- **Deputado Tiago Gonçalves (PSD):** “Mais uma vez, um bom dia a todos. Porque a política é algo que só nos afasta circunstancialmente e do ponto de vista das opções e das ideias, hoje também é importante fazer aqui uma nota. Porque nunca confundimos, nem devemos confundir, as pessoas com as ideias e vice-versa. E, por isso, esta é uma hora de mudança na Bancada do Partido Socialista e, nesse sentido, cumpre, também pelo respeito natural que tem que existir entre todos nós enquanto Deputados municipais, fazer aqui algumas referências. Uma primeira palavra, naturalmente, para a Senhora Vereadora Cristina Correia para lhe desejar um bom desempenho de funções, agora que assume também esse lugar, pela primeira vez, aqui, nesta Assembleia Municipal. Mas sem esquecer, naturalmente, o ex-Vereador Pedro Fonseca, ao qual aproveito para endereçar um cumprimento, com votos das maiores felicidades profissionais e pessoais. O mesmo fica também para um Deputado que hoje apresentou a renúncia, o Deputado Hugo Carvalho e que é um amigo que muito prezo e que sempre procurou afirmar os seus pontos de vista nesta Assembleia Municipal, contribuindo para o debate e discussão que são uma marca identitária deste Órgão. Não me refiro, porque ainda não percebi muito bem a situação do Deputado Agostinho e, aí, senhora Presidente se...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Eu posso clarificar aquilo que eu sei oficialmente. Eu tenho o pedido de renúncia às funções de Líder Parlamentar e hoje pediu a substituição da presença na Assembleia. Portanto...” -----

- **Deputado Tiago Gonçalves (PSD):** “Então, isso é outra coisa. Não há lugar à menção, não julgo que se justifique. Mas para os elementos eleitos por o Partido Socialista, que referi anteriormente, fica essa palavra que penso que é importante e democrática, como todos, julgo, que pretendemos que seja sempre este Órgão. Ultrapassámos o período

de estival à velocidade da luz, por entre uma programação relevante e eclética do Verão em Alta, os Festivais de Cultura Popular e diversas atividades desportivas, houve uma efetiva preocupação, da parte do Executivo, com a dinamização de atividades que possam atrair diferentes públicos, chegando um pouco a todos os setores da sociedade. Mas este verão também nos trouxe algumas preocupações. Para além da Dura já anteriormente abordada nesta Assembleia, a alteração do concessionário do Hotel Turismo parece trazer o processo para o ponto de partida. Passados todos estes anos após o encerramento e mais de um ano depois da assinatura do contrato de concessão, este revés não deixa de desalentar os guardenses. Afinal, que mais irá acontecer ao hotel Turismo? Por isso, Senhor Presidente, hoje, nesta Assembleia Municipal, cumpre-me fazer algumas questões esperando que V. Exa. nos possa responder e descansar, de alguma maneira, se isso for possível, relativamente a esta empresa. Que empresa é? Que alterações vão ser feitas, afinal, ao projeto? Que contactos tem havido com vista a assegurar a viabilidade económica deste projeto? O que podemos esperar, quando podemos esperar que as obras, finalmente, se iniciem? Mas estamos também num pleno período de campanha para as eleições legislativas. E eu sou-vos sincero quando vos digo que esperava, hoje, nomeadamente da parte da Bancada do Partido Socialista, ter visto aqui um grande regozijo com o conjunto das propostas que os seus governantes têm vindo a apresentar, os seus governantes e candidatos, têm vindo a apresentar para este concelho. Mas, a verdade, é que do Partido Socialista, pelo menos até ao momento, nada ouvimos. Desde o Centro Nacional do Turismo para o interior, pomposo nome, mas para quê? Desde o Centro Nacional de Educação Rodoviária até à promessa, à grande promessa destas eleições, de descongelar a segunda fase do Hospital da Guarda. Estas promessas têm, naturalmente, um efeito, ao nível das suas palavras, da ambiguidade. É a ambiguidade do discurso. E veja se o que aconteceu aqui na guarda. Se no domingo em que António Costa fez um discurso, aqui mesmo à porta desta Câmara Municipal, prometendo o descongelamento da segunda fase, no dia seguinte houve uma reunião entre o Conselho de Administração da ULS e o Movimento pela Saúde Materno-Infantil, com a ainda Ministra da Saúde, em que, em vez de falarem da segunda fase do Hospital, falaram apenas e tão só do Pavilhão 5. Afinal, o que é que António Costa nos prometeu? Ou melhor, em que consiste a segunda fase prometida por António Costa? Querem ou não querem desfazer esta dúvida para com os guardenses? Querem esclarecer ou querem continuar a apostar tudo em manter um discurso ou um jogo de palavras enganador? A verdade é que, em quatro anos, o Partido Socialista no Governo nada fez. Em quatro anos, a saúde no distrito degradou-se. Em quatro anos a motivação dos profissionais decresceu. E, em quatro anos, o Governo de António Costa é responsável pela subalternização do Hospital da Guarda e do Hospital de Castelo Branco em relação ao hospital da Covilhã...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, mesmo com a concessão do tempo que eu falei, vou ter que lhe pedir que...” -----

- **Deputado Tiago Gonçalves (PSD):** “Eu termino em um minuto. Sobre isso, António Costa não nos deixou nem uma palavra. E a verdade é que passou um ano desde que, numa Assembleia Municipal, também de setembro, do ano passado, falámos aqui sobre

o Decreto-Lei 61/2018, que conferiu o estatuto de Centro Hospitalar Universitário à Covilhã e que, pela primeira vez, distingue os Hospitais da Covilhã, da Guarda e de Castelo Branco. Ao fim de um ano, o Governo do Partido Socialista e o Conselho de Administração da ULS da Guarda, conseguiram fazer nada em relação a este ponto. E isto é muito mais importante do que aquilo que parece. Porque é verdade que a Guarda merece uma segunda fase do Hospital a sério. Merece uma que implica um investimento de 50 milhões e não um investimento, ou uns remendos, de 3 milhões no Pavilhão 5. Mas tão importante como as instalações físicas é que a estratégia de desenvolvimento para o futuro na área da saúde, não subalternize a Guarda em relação a outros Hospitais contíguos e que sejam criadas as condições necessárias para aqui se desenvolver investigação, práticas clínicas inovadoras, ensino universitário e formação médica, sem distinção ou hierarquização, como anteriormente tinha acontecido até à aplicação deste Decreto-Lei...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Tem que terminar, senhor Deputado, peço desculpa, mas...” -----

- **Deputado Tiago Gonçalves (PSD):** “Merecemos que sejam sérios connosco e a seriedade não é prometer palavras a que podem ser atribuídos vários sentidos. Por isso, cá estaremos para aplaudir o Governo se realmente conseguir levar avante a segunda fase do Hospital, a de 50 milhões. E também para aplaudir todos aqueles que contribuam para que a Guarda também seja considerada um Centro Hospitalar e Universitário, dotando-a de meios financeiros e humanos adequados ao desenvolvimento das suas valências.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Matias Coelho, por favor.” -----

- **Deputado Messias Matias Coelho (PS):** “Bom dia a todos. Eu tinha a intenção de falar e questionar o Executivo sobre as obras de recuperação da Nacional 18. Mas, antes disso, e aproveitando, enfim, as palavras do orador que me antecedeu, eu não queria deixar de manifestar aqui a minha surpresa, senhor Deputado Tiago Gonçalves, da afirmação que diz que a saúde na Guarda está pior. Está completamente enganado. Pode ter a certeza. Pode ter a certeza de uma coisa. Neste momento, há mais profissionais de saúde na Guarda, do que havia há quatro anos. Se o senhor Deputado não souber, vá à ULS e pergunte pelos números. Porque não basta chegar aqui e atirar palavras para o ar. Por outro lado, queria-lhe perguntar, nos quatro anos que antecedeu este governo, o que é que o PSD fez pela saúde no distrito da Guarda? O que é que fez? Bom, sobre isso, não digo mais nada. Sobre a Nacional 18, queria dizer o seguinte. Quando, há cerca de dois meses, o Sr. Presidente da Câmara, Dr. Carlos Chaves Monteiro, me anunciou que já tinha financiamento para recuperação Nacional 18, eu fiquei todo satisfeito. Afinal, agora, quando, há cerca de oito dias, eu passo lá todos os dias, verifico que parece-me que as obras estão concluídas porque a estrada está marcada e, portanto, eu tiro a conclusão de que as obras estão concluídas. E que obras são estas? Em que é que se resumiram? Foi, num troço de 3,5 km, tapar vinte buracos, substituir meia dúzia de rails que estavam danificados por acidentes que foram

ocorrendo e, na faixa esquerda, quem desce a estrada, compostas novas valetas. Estava eu convencidíssimo que as obras de recuperação se reportavam a todo o troço da Nacional 18 que pertence à Câmara. Isto é, desde a Gaia até «G». Afinal, não. Resumem-se apenas a 3,5 km. E, se repararem, senhor Presidente fiquei a saber de uma coisa, daqui a um ano eu estou-lhe aqui a dizer que estrada vai estar como estava agora, ou pior. Por uma razão simples. Eu passo lá três, quatro, cinco vezes por dia. E, se lá passar, vai verificar, tirando estes 3 ou 4 Km em que os buracos ficaram bem tapados, mas faltou-lhe o tapete, todo o resto do troço até à Gaia está cheio de fissuras de pequeninos buracos. Basta vir agora o inverno para, daqui a um ano, estarmos pior do que estamos hoje. Por outro lado, verifique que, na parte final deste processo, quem vai daqui para a Vela, não foram limpas as bermas. Há placas que estão cobertas por mato. Segundo, quem for daqui até à Santa Cruz, ou quem vier melhor da Santa Cruz para cá, verifica que até ao cruzamento do Sabugal, as placas existentes não se queimaram porque aí não houve incêndio, mas estão queimadas do sol e não se nota que são proibidos de ultrapassagem, nem as setas de orientação da curva. Não se nota nada. E inclusivamente a placa que diz Sabugal, metade não existe. Portanto, nem sequer concluíram a substituição das placas. E eu pergunto, ou melhor, propunha que, efetivamente, se se tivesse feito a aplicação de um tapete desde o início até ao fim, esta obra ficava em condições de garantir segurança por meia dúzia ou uma dúzia de anos. É assim, nós, daqui a um ano, vamos estar no mesmo. E a pergunta que eu faço é porque é que se não fez? Porque é que só se remendou 3 ou 4 Km? E eu vou adiantar-me o meu pouco porque temo que a resposta seja esta, dizer que não há dinheiro para tudo...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, não se adiantem muito porque o tempo já vai adiantado...” -----

- **Deputado Matias Coelho (PS):** “Então, trinta segundos só para dar resposta à pergunta que eu faço. É que, se calhar, com mais 50 mil, ou com o dinheiro que gastou na festa, não na Feira Farta, mas nas festas em aluguer de tendas e pagar aos artistas, dava para pôr o tapete à Nacional 18. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Calma, calma, calma! Eu tenho primeiro o senhor Deputado Henrique que ainda tem tempo para falar. Quem é que fala? Faz favor, senhor Deputado Henrique Monteiro.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Ora bem. Eu fiquei um bocadinho admirado com a intervenção do senhor Deputado Matias Coelho. Até parece que ele nem votou as quatro, ou cinco Moções sobre os problemas da Saúde da Guarda nesta Assembleia Municipal. Desde o subfinanciamento, desde o problema da falta de médicos, desde o problema da falta de medidas para a fixação dos médicos. Portanto, eles têm sido muitos e foram votadas aqui. Agora, de repente, estamos em período eleitoral e a saúde na Guarda melhorou. E, se calhar, o senhor Deputado também não sabe que, neste momento, há muito utente do Serviço Nacional de Saúde neste distrito, principalmente dos concelhos mais distantes, idosos com reformas baixas, que não tendo transportes públicos para se deslocarem às consultas de especialidade que lhes são marcadas no Hospital da Guarda, desistem dessas mesmas consultas porque não

têm 100 euros para pagar um táxi. Isto acontece. Isto é uma realidade. A eutanásia ainda não foi legalizada, mas isto é uma forma de eutanásia passiva e também é eutanásia passiva quando uma consulta de cardiologia, no Hospital da Guarda, demora cerca de quinhentos dias. Também soubemos há dias, quando esteve o senhor Secretário-Geral do PS aqui, que as obras do Hospital afinal foram deliberadamente congeladas porque ele veio anunciar o descongelamento. E eu lembro-me que o Partido Socialista da Guarda, aquando do início do mandato do atual Governo, vinha dizer que agora é que isto vai, agora é que a segunda fase do Hospital se constrói. Nem segunda fase, nem Pavilhão 5. Nada acontece. Eu só espero que agora, que as alterações climáticas se vão fazer sentir na Guarda e vão descongelar a segunda fase do Hospital, não descongelem também, novamente, o processo de encerramento da Maternidade.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Tiago, ver se percebi. Vinte segundos. Não mais. Já ultrapassou em cinco minutos o tempo a que tinha direito, mesmo descontando o meu tempo, vá, três minutos.” -----

- **Deputado Tiago Gonçalves (PSD):** “Só, então, para dizer ao senhor Deputado Matias Coelho. De facto, o Professor Henrique Monteiro, que me antecedeu, disse um pouco do que eu queria dizer. O Partido Socialista nesta Assembleia Municipal e neste mandato já aqui aprovou, por diversas vezes, Moções em que criticava o estado da saúde no distrito da Guarda e sempre com a referência a uma pioria do estado da saúde no distrito da Guarda. Mas também para lhe dizer, só para terminar, o seguinte. É um facto que há mais profissionais, sobretudo em áreas não médicas. Muitos deles foram integração de preçários e de contratos a termo que o Hospital foi obrigado, nalguns casos até por sentenças judiciais, a fazer. E só dizer-lhe que, aquilo que os dados revelam e a que os dados da Autoridade Central dos Serviços de Saúde revelam, é que há um aumento generalizado das listas de espera no Hospital da Guarda. E, portanto, algo se passa. Se há mais profissionais e mais listas de espera, a verdade é que a gestão está pela hora da morte.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. É assim, vocês não têm tempo. Ou fala um ou fala outro, entendam-se aí. Está aí o senhor Deputado Matias... senhor Deputado Monteirinho, vinte segundos. O tempo não lhe diz nada senhor Deputado. Quem lhe diz sou eu e, por isso, tem vinte segundos.” -----

- **Deputado António Monteirinho (PS):** “Não podia deixar isto em claro. Mas eu penso que é oportuno lembrar aqui pouca coisa, mas que é significativa. A primeira coisa que eu lembro e pergunto, e o CDS que não lave as mãos como Pilatos porque teve os últimos quatro anos coligados com o PSD e a saúde no distrito... não... eu estou a dizer há quatro anos atrás. E, portanto, a saúde, no nosso distrito, ficou a lástima que fico. Mas eu deixo-vos aqui um número. Um único número que é para todos perceberem exatamente o alcance daquilo que foi feito, pelo Partido Socialista, nestes últimos quatro anos. Em 2016 havia dez mil, trezentos e oitenta e dois, eu vou repetir, dez mil, trezentos e oitenta e dois utentes que não tinham médico de família. Neste momento, estamos a falar em dezasseis mil, seiscentos e dez utentes que não têm médico de

família, atualmente. Significa isto que foi uma redução de 84%. Portanto, quando atiram pedras à nossa casa, cuidado quem tem telhados de vidro porque pode reverter essas mesmas pedras. Deixava só mais um pequeno apontamento. A última vez que um Primeiro-Ministro teve na Guarda e que prometeu uma obra na ULS, cumpriu. E esse Ministro foi do Partido Socialista. Isso significa, para bom entendedor meia palavra basta, mas isto significa que, mais uma vez, um Primeiro-Ministro teve na Guarda e que veio dizer que o primeiro passo da segunda fase será durante o próximo mandato, que é o Pavilhão 5. Portanto, neste aspeto estamos completamente seguros e o Partido Socialista e os guardenses sabem muito bem qual é que é a intervenção do Partido Socialista. Muito obrigada.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado, já não tem..., ainda tem aqui, vá. Quer dizer, na verdade, não tem.. Eu sei, eu sei. Eu vou-lhe dar tempo, senhor Deputado. Senhor Deputado, não perca mais tempo. Eu vou-lhe dar tempo, mas não se esqueça que cedeu o seu tempo ao Bloco.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Cedi e não o gastou todo. Gastou cerca de um minuto que estava atento. Mas, se olharmos para o painel, vemos qual é a situação.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Eu sei, mas quem faz a gestão...” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Não me quer deixar falar?” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Deixo. Fale. Já tinha dito o que queria dizer.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Em vez de mo dizer por boca, pode-me apresentar por escrito, se quiser. Bom, senhora Presidente, a mim dá-me impressão que o PS cristalizou e que ainda vive no tempo da Troika, que chamou, que não esteve nos últimos quatro anos no Governo. E eu, o único episódio que me ficou na memória da vinda de Ministros do Partido Socialista, de Governos do Partido Socialista à Guarda, foi o pontapé na cadeira do Ministro Correia de Campos. Não me lembro de mais nada.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** Muito obrigada. Senhor Presidente, tem a palavra, faz favor.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara Municipal:** “Relativamente, portanto, às Moções que nós aqui ouvimos e discutimos, eu queria começar logo pela CDU e, relativamente aos transportes, Deputado Aires Diniz, nós temos feito um grande esforço e ele é efetivo no terreno porque sabemos bem que a situação tem sido complexa, até porque as empresas têm-nos colocados sempre em confronto com a necessidade de equilibrar aquilo que são os custos da própria rede. Mas, ainda assim, nós temos dado resposta, quer pagando também mais pelas carreiras, quer também preocupando-nos com os nossos cidadãos. E, bem recentemente, tivemos uma empresa que suspendeu o serviço habitual de transportes públicos no concelho mas, o Município, com meios

próprios, conseguiu dar resposta. Mas aquilo que tem feito é dar uma cobertura alargada ao concelho e, dentro das necessidades conhecidas, e as necessidades conhecidas são aquelas que são trazidas ao Município, ao setor dos transportes. Mas estamos abertos, como sempre disse nesta sala, que qualquer situação que seja necessário dar resposta e que não esteja a ser colmatada por este Executivo, nós imediatamente daremos resposta a qualquer situação que caia fora da nossa rede de transportes. Portanto, em conjugação com aquilo que tem sido o trabalho do Município, mas agora de acordo, como disse também aqui o senhor Deputado Tiago, com a Comunidade Intermunicipal, devido às alterações relativas que recentemente entraram em vigor, alterar transporte nestes concelhos intermunicipais, portanto, os transportes intermunicipais caíram na mão da Comunidade Intermunicipal. Ainda assim, como é do conhecimento público, não sendo possível, nesta data, porque não houve reorganização, capacidade para a CIM assumir todos os transportes, os Municípios, designadamente o da Guarda, tem dado a resposta que, em termos legais, já seria da CIM, mas que irá ser no próximo ano e nós, até lá, iremos suprimir essa falha da Comunidade Intermunicipal, se assim poderemos chamar, dando resposta à necessidade dos nossos utentes da rede transportes concelhia, porque é para isso que nós também dirigimos a nossa ação. Relativamente ao Deputado Rui Pedro, a questão da Dura, de facto, e eu aqui fazia este apelo. Todos temos trabalhado. Não vale a pena levantar bandeiras a quem fez mais ou fez menos. Eu tenho a noção clara que esta é uma matéria que a todos nos une, que a todos nos convoca e cada um, na sua medida do esforço, na medida da sua influência, se tem feito o trabalho necessário para que possamos contar com a melhor solução possível. E essa, nós, ainda não a conhecemos. Não somos capazes de diagnosticar aquilo que vai ser o resultado final. Sabemos que a situação é difícil. Tenho estado em contacto permanente com o senhor Secretário de Estado de Internacionalização. Ainda hoje me ligou porque ontem lhe referi uma certa preocupação do contacto que tive com os trabalhadores. E aquilo que eu também tenho dito aos trabalhadores é que estamos numa fase de negociação e é preciso dar aqui algumas tréguas. Sendo certo que eu também entendo preocupação dos trabalhadores. Eles têm os seus direitos, têm que ser salvaguardados. Mas o que me foi solicitado, aquilo que eu também pedia, é que deixássemos correr, um pouco, este tempo. Porque eu sei que as entidades responsáveis, e aqui cada um tem que se posicionar naquilo que é a capacidade de dar a resposta a um problema desta natureza, como sabemos, a empresa nem sequer aceitava falar com o Governo português e não fosse o Embaixador nos Estados Unidos da América, provavelmente ainda hoje sequer o nosso Secretário de Estado de internacionalização teria falado com os responsáveis deste Grupo. Assim não aconteceu, a diplomacia funcionou. O representante do nosso Governo, a que o Secretário de Estado de Internacionalização, Eurico Brilhante Dias, tem encetado contactos diversos e abrangentes, que tem dado conhecimento aos diversos interlocutores, e, por isso, eu pedia mais alguma serenidade para que o último resultado, e aquele que se luta e todos lutamos, possa passar sempre pelo não encerramento da empresa. Mas claro, é uma matéria relevante. É uma questão que nos preocupar a todos e, por isso, em boa hora ela também veio aqui à nossa Assembleia Municipal. Tiago Saraiva, a questão da sustentabilidade ambiental, das alterações

climáticas, é uma matéria que está na ordem do dia, não só na nossa região, no nosso país, mas em todo o mundo. Ainda bem. Está na hora e se não fizermos nada, de facto, o planeta corre o risco de ter uma vida mais curta do que aquela que nós podíamos pensar e nós fazemos parte dele. Esta também é uma matéria que nos convoca a todos. E com certeza que todos temos que dar o contributo, seja maior, seja menor, mas quero-vos dizer que está a ser preparado o Plano Municipal Contra as Alterações Climáticas. Ou seja, nós também estamos preocupados. Temos envolvido os nossos técnicos, mas também especialistas externos para, efetivamente, podermos também alterar hábitos, encontrar soluções que valorizem uma cidade e um concelho. Se há algum fator que tem que ser promovido e que pode ser atrativo de desenvolvimento e bem-estar, é exatamente o ambiente. É isso que nós temos para dar, é isso que temos para divulgar, é isso que temos para atrair. E o ambiente, como também resultou recentemente nesta questão, aí de um processo complexo, mas onde a Guarda também esteve empenhada, como sabem, este reconhecimento da Unesco da marca Geopark da nossa Serra da Estrela e é o reconhecimento das características naturais, geológicas, desta região, deste espaço territorial, é algo que demonstra claramente que, se todos estamos convocados, também a Guarda, também esta região da Serra da Estrela tem que, cada vez mais, assumir um protagonismo no sentido de combater essas alterações climáticas e dar sustentabilidade àquilo que é o nosso meio ambiente. E para termos futuro, como ouvimos os nossos jovens, temos exatamente que nos focar nesta questão ambiental e com certeza que em boa hora também este tema foi aqui, mais uma vez, discutido. E dizer que a nossa sensibilidade, a vossa sensibilidade, também nos convoca para que as próximas Conferências da Guarda tenham a ver exatamente com este tema da sustentabilidade ambiental, das alterações climáticas. E, por isso, irei propor aos meus colegas do Executivo que esta próxima Conferência tenha como temática, centro e foco da nossa preocupação, exatamente encontrar as soluções, debater os problemas para encontrar as soluções que melhor resolvem estas questões. Depois, dizer ao senhor Deputado do CDS, relativamente às questões que me colocou, ao reforço de lugares de estacionamento para pessoas com limitação na mobilidade, Henrique Monteiro, eu tenho a dizer que, nesta matéria, nós temos estado sempre atentos aos pedidos que nos têm chegado. Quero-lhe dizer que, neste momento, existem já setenta lugares para pessoas com mobilidade reduzida, mas podia dizer que existem cento e oitenta e cinco estacionamentos na cidade gratuitos para diversas instituições, que não tem só a ver com as pessoas que têm mobilidade reduzida, mas também que prestam serviços à coletividade e que merecem ter uma atenção especial, nesta matéria, também por parte do Município da Guarda. Podemos dizer: ainda assim é insuficiente. Há que fazer o diagnóstico exato daquilo que são as necessidades e nós, à medida que elas vão surgindo, vamos dando resposta como aconteceu agora. Tenho a dizer que, até hoje, nenhum pedido destes foi recusado. Relativamente à pergunta: para quando estão previstas as datas de execução do projeto e colocação das obras da Variante da Sequeira. Quero transmitir que a execução será iniciada ao mesmo tempo com a linha da Beira Alta. Portanto, a linha da Beira Alta iniciará a sua execução, as Infraestruturas de Portugal iniciarão a sua execução e, com certeza, vão também iniciar estas obras quando tal ocorrer. Estão a ultimar o projeto, é a informação que nós temos neste

momento. É um projeto da responsabilidade das Infraestruturas de Portugal e não vai haver passagem aérea. Vai haver, efetivamente, passagens subterrâneas em viaduto para resolver a passagem, a transposição de um lado para o outro da linha. Relativamente à Avenida Cidade de Bejar, claro que é uma questão que nos preocupa a todos. Estamos a falar da segurança rodoviária dos nossos peões, das pessoas que ali se deslocam diariamente. Sabemos também que não é uma situação fácil, mas no contacto que temos tido com as diversas entidades responsáveis, temos definido algumas soluções possíveis e aquela que nós vamos aplicar naquele local é a colocação de semáforos. Portanto, é essa a solução que tecnicamente nós considerámos mais adequada para a resolver este problema. Quanto ao que está previsto para a intervenção relativamente à Escola da Sé. A Escola da Sé. Começou, há dois meses, a obra. Se passar lá vê que temos os andaimes colocados e, portanto, está em curso e queremos que a sua conclusão aconteça no mais curto espaço de tempo. Quanto às questões, penso que respondi a tudo. Depois, novamente o senhor Deputado Aires Diniz colocou a questão do parque campismo. Em boa hora está aberto. Portanto, já podemos contar com o parque de campismo a funcionar em pleno e isso aqui é de realçar. Mas claro, é importante também saber porque é que não se abriu antes? Pronto, é verdade. Não somos super-homens. Mas tenho-lhe a dizer, senhor Deputado Aires Diniz, que nós fizemos um primeiro procedimento, abrimos um primeiro procedimento que foi julgado deserto. Deserto porque não apareceu nenhuma proposta. Ou porque o valor estava abaixo daquilo que interessa aos concorrentes, ou por outra razão, mas eu invoco esta porque foi esta que me foi transmitido. Atrasou. Depois, fomos fazer uma segunda abertura do procedimento. Uma segunda abertura do procedimento, mas já com alterações. Ou seja, nós, a realidade, a dinâmica, e mal fora que nós cristalizássemos, há pouco eu ouvi aqui esta expressão, mas que nós cristalizássemos e que não mudássemos as coisas também à medida que as coisas vão acontecendo. E, nesse sentido, fizemos uma nova abertura de um procedimento já com alterações do caderno de encargos e, como sabem, um caderno de encargos não se faz do pé para a mão, temos que fazer planeamento, temos que estudar os assuntos e às vezes pensamos que o alcatrão chega até ali, ou que a berma não trazia pedra e que era só terra, e há questões que são mais complexas. Eu gostaria que muitas vezes, também, nós avaliássemos o resultado final. O que interessa, e podemos desfrutar dele, é que já temos um parque de campismo disponível para nós podermos dar a quem nos visita. Depois, senhor Deputado Jorge Esteves. Em boa hora, porque, de facto, a Cestaria é também uma matéria que tem a ver com a nossa identidade, com aquilo que nós somos enquanto comunidade, aquilo que é a nossa história e, por isso, a Cestaria está na Feira Farta, como disse e muito bem. Vai estar em Paris daqui a pouco mais de uma semana. Com a nossa ação, com o nosso trabalho, com a nossa vontade de cada vez realizar mais coisas. Também vai estar, não é só a Cestaria, podia-vos falar na raça Bovina Jarmelista que vai estar também em Serralves. Temos aqui, não sei se sabiam, mas a vaca Jarmelista, há várias espécies de animais desta raça, desta natureza, que estão presentes em Serralves. E nós temos um o animal que é da nossa terra, que tem características próprias do nosso território e queremos também que esteja lá representada. Este sábado vamos estar em Serralves. Portanto, vejam, eu vejo esse semblante a rir, e bem, mas vejam que a cultura... olhem

para isto de maneira diferente. Mas podemos ver isto mais como uma forma de saciar a fome. Há outros que vão saciar o espírito. E nós é assim que interagimos e queremos estar na política. Também vamos ter em Serralves a castanha de Famalicão. Portanto, não é só a Cestaria de Gonçalo, a raça Bovina Jarmelista, mas também o Cobertor de Papa e a castanha de Famalicão. É evidente que vamos lançar um desafio também às instituições de ensino da UBI, do IPG de Castelo Branco, do IPG da guarda, para trabalhar em conjunto de forma mais científica, de forma mais técnica, como podemos promover ainda mais estes produtos, como Cobertor de Papa, a Cestaria, que são elementos que nós todos estamos irmanados no sentido de os desenvolver, de os promover. Mas, lá está, se ficarmos só pelas ideias... muitas vezes discutimos só as ideias. Elas são boas, é o ponto de partida. Mas, a verdade, é que há ações. E as ações concretizam-se porque se pensa, porque se planeia e queremos, cada vez mais, dar resposta àquilo que são as necessidades que nós temos em mão. Depois, o Dr. Matias Coelho, eu queria-lhe dizer que, de facto, estou aqui com o Deputado Tiago Gonçalves. Tenho sérias dúvidas, com tristeza minha, que a saúde na Guarda esteja melhor. Foi no Simpósio de Arte Moderna, que o marido de uma pintora colocou a seguinte questão. Sentiu-se mal na viagem para a Guarda, foi às urgências, colocaram-lhe um cateter, fizeram-lhe duas vezes análises e nunca ninguém falou com o senhor. Ele saiu do Hospital ao fim de seis horas e foi a uma Clínica Privada para lhe tirarem o cateter. Foi esta a imagem que levou da cidade da Guarda. E, neste ponto, eu quero dizer e já o disse publicamente, não é hoje a primeira vez. Para se atrair investimento, para se atrair pessoas, se temos algum emblema que nós devemos importar e que devemos dizer lá fora que somos capazes, é no setor da saúde. E o desafio que eu faço, ao nível da saúde, é que cada vez mais gente convoquemos, assumamos nós exatamente essa responsabilidade, de que temos que valorizar os nossos profissionais. Se eles estão lá, então vamos fazer com que eles contribuam efetivamente para a prestação de um melhor Serviço de Saúde, porque valoriza todos nós, mas valoriza também a imagem de qualidade no serviço, a qualidade humana e a qualidade de uma instituição de saúde que nós queremos que seja também uma bandeira crucial para afirmar o nosso desenvolvimento, para afirmar a nossa competência, à qual não posso deixar de juntar um desafio que também já fiz no passado e que reitero agora e que o Tiago Gonçalves também referiu. Que o Centro Universitário Hospitalar da Guarda tem que obrigatoriamente que percorrer o seu caminho, tem que ser criado e, em primeiro lugar, a ULS tem essa responsabilidade, mas nós também estamos abertos. Queremos também puxar exatamente pela criação desse Centro. Na Covilhã ou noutra cidade são mais capazes? Se eles criaram, quando foi até o anterior Presidente da Câmara da Guarda que o referiu, vamo-nos juntar, vamos dar potencialidade, vamos dar mais valor acrescentado às coisas que nós fazemos e esta, na minha opinião, penso que muita gente também me acompanhará, é, de facto, uma solução importante para promover a saúde. E, através da Saúde, nós conseguirmos ter um reconhecimento, ao nível externo, superior na qualidade do serviço, mas também na qualidade superior que os nossos especialistas, que os nossos médicos, que os nossos técnicos, que os nossos colaboradores da saúde, prestam a um setor que eu acho que tem que ser marcante na nossa cidade. Depois..." -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, já ultrapassou em quase de dois minutos o seu tempo, por isso.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara Municipal:** “Só para terminar. Só mais dois minutos. Dizer que a estrada, Dr. Matias Coelho, nós fizemos uma requalificação que tinha a ver exatamente com os incêndios. A parte ardida é que foi requalificada, não era para requalificar toda a estrada. Ainda assim, nós fizemos uma candidatura para conseguirmos fazer a reparação e melhorar toda aquela via, mas não foi possível. E, por isso, cingimo-nos ao trabalho da recuperação das bermas, a limpeza, o arranjo da parte do pavimento onde estava mais danificado, e também da sinalização e valetas que a mesma exigia. Isso foi feito. Podíamos ir mais longe mas, neste momento, não o conseguimos fazer. Ao Deputado Monteirinho só dizer-lhe que, ao nível da saúde, é a primeira vez, porque esta ligação entre o Primeiro-Ministro... ninguém tinha ainda ouvido, até hoje, que o Primeiro-Ministro veio à Guarda dizer que afinal se iniciava a segunda fase do Hospital. E agora ouvimos aqui, de facto, o Deputado Monteirinho a dizer que a segunda fase se inicia com a requalificação do Pavilhão 5. Não foi nada disso. Eu acho que nós nos devíamos comprometer claramente com aquilo que se comprometeu o Sr. Primeiro-Ministro. O senhor Primeiro-Ministro veio à Guarda, é uma pessoa esclarecida, sabe do que fala e diz. A segunda fase é para começar. É isso que nós queremos, é isso que eu peço também à Bancada do Partido Socialista, é que assuma também esta responsabilidade daquilo que o Primeiro-Ministro já disse, que é dizer, eu quero na Guarda a segunda fase. E a segunda fase não é o Pavilhão 5, mas acrescenta-se também o Pavilhão 5. Muito obrigada.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente. Vamos interromper aqui para o almoço. Às 14h30 retomamos os trabalhos, está bem? E entramos depois no período da Ordem do Dia.” -----

## PERÍODO DA ORDEM DO DIA

### Ponto 2.1 - Assuntos de Interesse Geral Municipal. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Vamos começar, senão depois atrasamos muito. Ora bem, vamos então entrar agora no período da Ordem do Dia, com o 2.1. E temos um requerimento da CDU. Senhor Deputado Aires Diniz, quer fazer a sua intervenção, por favor? Transportes coletivos em território de baixa densidade.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Este trabalho é um trabalho de pesquisa no arquivo, com alguns factos anedóticos e esclarecedores do nosso passado, que eu vou dizendo para pensar que, neste momento, também podemos regressar ao passado para retomar medidas que fizemos no passado. Agora que notamos como faltam transportes coletivos que melhorem vida social e económica nos territórios que habitamos, é bom que recordemos que em 1966 aconteceu: (isto tirei do Arquivo do Municipal da Guarda) A Câmara Municipal da Guarda por lhe ter chegado ao conhecimento que a empresa Viúva Carneiro & Filhos Lda., com sede na Meda, solicitou da Direção Geral de Transportes Terrestres a concessão de uma carreira regular entre Guarda e Bragança, apoia este projeto argumentando que é uma solução para problemas prementes e a realização de uma das aspirações mais relevantes e de mais alto interesse para os dois distritos.

Valorizavam-se desta forma os meios servidos, ou seja vilas e aldeias dos dois distritos, tanto quanto às pessoas servidas, como para a troca de produtos agrícolas e industriais e também sociais no setor público e privado, deliberando, por isso, por unanimidade, a Câmara apoiar esta iniciativa, solicitando, para isso, à Direção Geral de Transportes Terrestres, a melhor atenção e conseqüente deferimento pois representa a solução de problemas prementes e a realização de uma das aspirações mais relevantes e de mais alto interesse para os dois distritos e para a região, sendo esta agora a designada região da Beira Interior e a Beira Transmontana também. Já antes, em 1939, e isso encontrei num livro que comprei na terça-feira passada, em Coimbra, alguém escrevia, o Presidente da Câmara de Figueiró dos Vinhos, escrevia: «Os meios de comunicação para Figueiró dos Vinhos são frequentes e fáceis. Servem-na as estações de caminho de ferro de Pombal, Tomar e Miranda do Corvo,» - recordemos que Miranda do Corvo fazia parte da linha da Lousã que está parada há uns anos largos - «donde partem, diariamente, muitas carreiras de camionetas. Por outro lado, as suas estradas são excelentes». E o objetivo era desenvolver o Turismo, algo que nós também devemos desenvolver. Não admira que o Vereador José Maria Andrade Pereira, Vereador da Câmara da Guarda, em 30 de março de 1971, argumentando com o aumento da população registado na cidade e povoações limítrofes transcendem a rotina a que as populações se submeteram, particularizando com o aumento do número de estudantes, empregados e operários, acabe por propor que a Câmara, apoiada no parágrafo primeiro do artigo 98º do Regulamento de Transportes em Automóveis, com a redação dada pelo Decreto 59/71 de 2 de março de 1971, requeira ao Ministro dos Transportes autorização para usar da competência que lhe foi dada neste mesmo artigo, que é a de fazer a criação imediata de transportes coletivos urbanos, abrangendo estes para suprir as lacunas desta zona urbana as localidades da Guarda-Gare, Póvoa do Mileu, Sequeira e outras povoações já bastante industrializadas. Este serviço de transportes urbanos, após o recebimento de um pedido de elementos da Direção Geral de Transportes Terrestres, será criado em 18 de Janeiro de 1972 conforme deliberação, por unanimidade, que devem ser explorados em regime de concessão, nos termos do Programa de Concurso e Caderno de Encargos, transcrito na ata dessa sessão, que é ligeiramente alterado em 25 de janeiro de 1972. Terá ainda que fazer outras alterações por indicação da Direção Geral de Transportes Terrestres. Mas, aberto o concurso de concessão, este fica deserto em 5 de setembro de 1972, e justificando-se o facto pelo período de férias em que decorreu. Foi nesta altura, mais ou menos em setembro. Abre-se um novo concurso. Surge finalmente como candidata a Companhia de Viação de Sernache, com sede em Cernache do Bonjardim, mas com condições pois não aceita o artigo 11º, segundo parágrafo, deste modelo de concurso. Algum tempo depois, algumas freguesias como Maçaínhas de Baixo e Chãos solicitam o alargamento a elas deste serviço. Era um tempo em que a Guarda, apesar de manietada pelo Estado Novo que já estava a acabar, se desenvolvia, embora não fosse o suficiente para reter a população que então partia em massa. É bom recordar que nos anos 60, século passado, e já no final dos anos 50, houve a desertificação do nosso distrito e do nosso concelho que agora continua. Se não formos capazes de parar, vai continuar. Infelizmente, há poucos dias, um transporte, isto é pegar no real que vamos vivendo, que vinha desde há muito a servir aldeias entre o Sabugal e a Guarda, deixou de existir durante alguns dias. Mas a Câmara resolveu manter esta linha rodoviária e eu ponho um ponto final e digo, felizmente. Agora, a região e a Guarda devem aproveitar todas as oportunidades que o Governo Atual criou, sendo necessário que criemos as

condições para que uma nova esperança aconteça e a população que nos resta não parta por falta de transportes coletivos. E, ainda há pouco, quando estava a almoçar, alguém me falou de um conjunto de velhotes já de uma certa idade, que andam por aí a passear, e, portanto, para que eles passem, é bom que haja transportes coletivos. E, já agora,..."

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** "Senhor Deputado, tem que terminar que já ultrapassou em um minuto." -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** "É só mais dez segundos. E, já agora, estes transportes coletivos devem trazer os efeitos do turismo até às nossas aldeias. As nossas aldeias têm que viver, nem que sejam com turistas. Turistas e outras pessoas que possam visitá-las. E eu agora, só para chatear mais um bocadinho a Dra. Cidália, quero dizer que, em Bragança, têm dois parques de campismo fora de Bragança. E eu também queria ter um parque de campismo ou dois parques de campismo fora da Guarda, aqui perto, para salvaguardar a vida das aldeias. Eu, já agora, não pedindo muito, um no Jarmelo. Disse."

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** "Muito obrigada, senhor Deputado. Só para dizer que, a mim, não me chateia. Temos é regras para cumprir e é preciso cumpri-las. Muito bem. Alguém pretende intervir sobre este assunto? Não. Passemos, então, à intervenção do Partido Social Democrata. Temos a primeira intervenção sobre Geopark Estrela. Senhora Deputada Catarina, faz favor." -----

- **Deputada Dulcineia Catarina (PSD):** "Exma. senhora Presidente da Assembleia Municipal e respetiva Mesa, senhor Presidente da Câmara Municipal, senhoras e senhores Vereadores, senhores Deputados, senhoras Deputadas, Comunicação Social, Público presente, Técnicos da Autarquia, Público on-line, muito boa tarde a todos. A recente aprovação da candidatura da Serra da Estrela a Geopark Mundial, pela Unesco, na quarta sessão do Conselho Geoparks Mundiais, que decorreu na Indonésia, representa um marco tão importante para esta região e para a Guarda que não podemos deixar de sublinhar. Por via desta qualificação, o património geológico da Serra da Estrela e a sua área protegida de limites definidos, servirão de apoio ao desenvolvimento socioeconómico da região e à melhoria da sua imagem como destino turístico de excelência. Com mais esta conquista, a Guarda vê reforçada a sua centralidade e o seu posicionamento geoestratégico, elevando assim o seu potencial e o reconhecimento do seu património geológico ambiental e cultural, sendo também o concelho que tem maior território na Serra da Estrela. É assim de enaltecer o mérito da Associação Geopark Estrela, composta por nove Municípios dos distritos da Guarda, Castelo Branco e Coimbra, também pelo IPG e pela UBI e, obviamente, de todos os intervenientes neste processo, desde a fase do planeamento, até à formalização da candidatura. Bem sabemos que o Município da Guarda, que detém a presidência da Assembleia Geral da Associação Geopark, assumiu, desde a primeira hora, um papel preponderante em todo o processo e com o envolvimento ativo e empenhado na pessoa dos Presidentes Álvaro Amaro, Carlos Chaves Monteiro e respetivo Executivo. É por isso de registar o importante contributo, como seus impulsionadores e forças ativas, na precursão de uma estratégia política ambiciosa e com resultados que serão certamente mensuráveis num futuro próximo. Seguramente que, para a nossa cidade, esta será também uma forma de estimular outros projetos catalisadores do turismo e especificamente do segmento natureza, como é o caso dos Passadiços do Mondego. Caberá agora a todos nós, os que aqui estamos hoje e a todos que almejam sempre mais e melhor para a Guarda,

continuar a reivindicar e a defender, não só a sede desta Associação, como também a apoiar esta forma concertada de manter a região da Serra da Estrela e os seus recursos preservados para o bem da comunidade e de uma estratégia de turismo sustentável. Todos estamos convocados. Fazendo uso das palavras, de hoje de manhã, do senhor Presidente. Trabalhar de forma cooperante em prol de um objetivo comum, trouxe à Serra da Estrela o seu reconhecimento internacional, suportado na coesão territorial e na sua identidade, numa altura em que a preservação ambiental se assume numa preocupação à escala global e uma urgência pela manutenção das condições de vida do planeta. Acresce, por isso, a nossa responsabilidade pessoal e coletiva na conservação do nosso espaço físico e na melhoria constante da qualidade de vida dos nossos cidadãos, bem como da qualidade dos serviços prestados aos turistas e visitantes. Todos os agentes envolvidos na garantia da oferta turística da região e da Guarda, devem aqui vislumbrar uma oportunidade em cada uma das suas linhas de trabalho, com retorno para a economia inclusivamente na definição de um macro recurso endógeno capaz de definir um rumo mais assertivo para a definição da marca Serra da Estrela. Também, e não menos importante, de salientar, é a intenção de conciliar todos estes proveitos com o conhecimento científico a cargo das entidades públicas de ensino superior da região, o Instituto Politécnico da Guarda e a Universidade da Beira Interior que pretendem, por via deste trabalho, incrementar a investigação académica e a formação de quadros especializados na preservação ecológica, na proteção ambiental e na gestão turística. Oxalá venham a concretizar tais propósitos. Por tudo isto, o Grupo Parlamentar do PSD, nesta Assembleia Municipal, congratula-se por este posicionamento da Guarda naquele que se espera ser um ecossistema representado pela emergência de uma inteligência coletiva, com métodos próprios de valorização da Serra da Estrela e de todo o seu potencial natural e paisagístico. Acreditamos, pois, que este é o momento da Guarda abraçar e de estar alinhada com a marca Serra da Estrela e com o seu manancial de valores e tributos para a região, focada em conquistar a mente, o coração e o espírito de quem nos visita e procura. Este é o repto. Pela Guarda, pela mais alta de Portugal, hoje e sempre. Muito obrigada.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Temos a seguir a intervenção, Desenvolvimento do Mundo Rural, penso que pelo senhor Deputado Pedro Nobre. Faz favor.” -----

- **Deputado Pedro Nobre (PSD):** “Quero cumprimentar a todos mas, de um modo especial, a senhora Vereadora, Dra. Cristina, e desejar que desempenhe aqui uma função profícua em nome de toda a população da Guarda. Decorreu, no passado fim-de-semana, um certame que tem por grande objetivo a promoção dos nossos melhores produtos. A Feira Farta foi, de facto, muito farta. Lá, conseguimos ver tudo o que de bom é feito nas nossas freguesias, em todas elas. Repito, em todas elas. Em destaque estiveram os produtos endógenos, desde as mais tradicionais verduras das hortas, como dos pomares. A gastronomia teve grande relevância com vários tipos de pães cozidos em fornos de lenha, as filhoses, os biscoitos e até uma inovadora bola de azeite e azeitonas, que muito me surpreendeu. Mel, compotas, licores, vinho. Um sem fim de produtos que nos avivam a memória e confortam o palato. Esta também foi a Feira onde as tradições, as nossas tradições não foram esquecidas, como a Cestaria de Gonçalo ou o Cobertor de Papa de Maçainhas. Mas também lá estiveram produtos vanguardistas como um vinho feito de frutos vermelhos, um novo produto que não tardará a sair de

Avelãs de Ambom para o resto do mundo. A quinta edição da Feira Farta foi, sem qualquer tipo de dúvida, um grande evento, onde as freguesias e todos os quatrocentos e vinte produtores presentes conseguiram mostrar o que de melhor têm e fazem. Este é um evento onde, a população da Guarda e todos os que lá foram, ficámos a ganhar por termos a possibilidade de adquirir produtos sem igual. Mas, por muito importante que este evento seja, o facto é que está chegado o momento em que se deve dar um salto para se fazer mais. A dinamização do Mercado de S. Miguel poderá ser uma ajuda neste sentido. Um objetivo deste Executivo no qual deverá continuar a trabalhar, onde as Juntas de Freguesia terão um papel muito importante. No seguimento deste anseio, a criação de um Centro de Recolha de Produtos é também um importante passo para proporcionar aos consumidores a possibilidade de adquirirem produtos verdadeiramente biológicos. Este Centro de Recolha deveria ser utilizado pela própria Câmara para adquirir os produtos necessários para fornecer a cantina e, assim, não só os trabalhadores desta casa, como os alunos, estariam a ter uma alimentação com uma qualidade muito superior. O PSD não é um Partido que, na sua génese, considere que tudo deva ser feita pelo Estado ou, neste caso, pela Câmara. Muito pelo contrário. O que pensamos é que é obrigação do Estado promover e proporcionar as condições para que os privados possam progredir. Assim, em complemento ao anterior dito, consideramos que a Câmara deverá promover um colóquio sobre a agricultura familiar, no qual vários temas deverão ser abordados. Desde logo, explicar o estatuto de agricultura familiar, algo que já está consagrado na lei e que poderá ajudar muitos agricultores a escoar melhor os seus produtos. O levantamento exaustivo de cada freguesia, com objetivo de serem identificados os terrenos onde cada tipo de plantação deverá ser feito e, inclusivamente, plantações alternativas às mais tradicionais, por forma a poderem tirar o maior rendimento dos seus terrenos. Coordenar as produções, para que não se verifiquem excesso de umas e falta de outras. O PSD tem a certeza que esta é uma forma efetiva de ajudar os agricultores e uma forma de combate à desertificação das nossas aldeias. Os agricultores são os primeiros bombeiros. Esta frase não é minha, nem sei quem foi o autor. Sei que estou completamente de acordo com ela. Todos reconhecemos que a primeira razão da dimensão dos incêndios têm, como grande culpado, o abandono dos terrenos. Uma forma eficaz de prevenir tais catástrofes é a ocupação dos terrenos, quer por agricultura, quer por pastagens. Um bom exemplo desta evidência está bem perto de nós. Existe uma freguesia onde não se registam incêndios há anos. Pala, no concelho de Pinhel. A razão é que tem os seus terrenos tratados e, uma grande parte, com vinha. Ou seja, é um encadear de situações que trazem muitos benefícios a todos. Mas não se deve ficar por aqui pois o turismo também deve ser incluído nesta equação. Mais concretamente o turismo rural, o qual, só por si, não conseguirá sobreviver sozinho, mas em conjunto com tudo que o rodeia. Podemos dar um exemplo, também ele próximo de nós, como é o caso do Douro. Alguém, só por si, iria visitar o Douro? É claro que não. É pelo rio e pela sua extraordinária paisagem que é proporcionada pelas explorações agrícolas presentes em todo o seu percurso. Quantos de nós tinha ouvido falar do rio Paiva? Ou sequer, da vontade de lá ir, antes de se conhecerem os passadiços? Alguém, aqui presente, tem alguma dúvida dos benefícios que esta região teve com a obra dos passadiços? É claro que não. É uma evidência. Pois também aqui este Executivo tem vindo a trabalhar, e bem, para o desenvolvimento rural da nossa região. Finalmente, a Barragem do Caldeirão tem uma utilização turística. O equipamento lá construído tem levado muita gente àquele bonito local, onde

recentemente foi realizado uma prova de triatlo mostrando, aos participantes, um local único. Temos a certeza de que esta obra será proporcionadora de muitos investimentos de carácter turístico. Os Passadiços do Mondego são um grande projeto que deverá ir para o terreno o mais breve possível. Também esta ideia coloca no mapa localidades que sofrem de despovoamento e que, com esta iniciativa, a desertificação será combatida, pois novos argumentos são dados de modo a que as pessoas se fixem nestas localidades. Mais ainda. Do outro lado do concelho é já uma realidade o percurso do Rio Diz e Noéme. Mais uma excelente ideia que dá a conhecer o bonito percurso junto às encantadoras margens daqueles dois rios. Mais uma iniciativa que traz consigo a despoluição destes dois percursos de água onde, não há muito tempo, se poderia pescar e tomar banho e hoje é completamente impraticável. Já existem obras no terreno, como a Etar do Torrão ou de Vale de Estrela. Seguir-se-ão outras obras que tardaram mas que este Executivo teve o bom senso, não só de as por no papel mas, e principalmente, de as pôr no terreno. Estamos convictos de que esta é a forma correta de resolver muitos dos problemas do nosso concelho. Não tendo iniciativas desgarradas, mas funcionando em rede, onde uma ação leva a outra e, todas juntas, levam ao sucesso e ao desenvolvimento rural que nos é tão caro e importante para todos nós e, como referi anteriormente, para o meio ambiente. Assim, congratulamos por estas iniciativas já tomadas, solicitando que acatem as propostas aqui elencadas para que seja alcançado o sucesso ainda maior. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Deputado. Alguém pretende intervir sobre estes dois temas abordados? Não? Passemos, então, à intervenção do Partido Socialista sobre educação. Senhora Deputada Paulisa, faz favor.”

- **Deputada Paulisa D’Assunção (PS):** “Começo por endereçar os meus respeitosos cumprimentos, na pessoa da Exma. senhora Presidente da Assembleia Municipal, a todos os presentes e ao Público que nos acompanha através dos meios de Comunicação Social. A minha intervenção é sobre o ensino superior como foco de atração e desenvolvimento regional. Arrancou agora um novo ano letivo e o Grupo Municipal do PS não poderia deixar de congratular o Governo, pela forma como a abertura do ano letivo decorreu, dentro da normalidade, mormente quanto à colocação dos professores que tem gerado polémica ao longo dos anos, devido aos atrasos. Pois, este ano, pela primeira vez na história dos concursos nacionais de professores, os docentes dos quadros e os contratados, foram colocados um mês antes do início do ano letivo. A nível local, gostaríamos de poder ter motivos para congratular a Câmara Municipal da Guarda, mas a verdade é que, apesar de reconhecermos o esforço que tem sido feito, e a preocupação do Executivo em identificar as carências do Instituto Politécnico da Guarda, sobretudo no respeito à questão do alojamento dos estudantes, o que é certo é que queremos resultados e estamos no início de mais um ano letivo e urgia ter já uma solução para esta situação. No entanto, o problema persiste e, em particular, no caso dos estudantes estrangeiros, que não podem alojar-se nas residências de estudantes, que apenas podem receber estudantes nacionais por serem comparticipadas pelo Estado. Exmo. senhor Presidente da Câmara, questionamos: o que é que está a ser feito para resolver este problema, da carência de alojamento, para os estudantes do IPG? Prevê-se, para quando, uma solução definitiva? A Autarquia tem um papel preponderante na procura de soluções para este problema e é preciso que o faça de forma proactiva, colaborando, dentro de todos os possíveis, com o Instituto Politécnico

da Guarda, no sentido de preconizar soluções a dar às carências que existem. E há mecanismos criados pelo Governo, precisamente com o objetivo de colmatar as carências no âmbito do alojamento para estudantes, como o Plano Nacional para o alojamento no ensino superior, que visa proporcionar um aumento na oferta do alojamento para estudantes do ensino superior a preços regulados e vem permitir uma resposta imediata às necessidades de alojamento, enquanto decorrem obras de remodelação de imóveis públicos ao abrigo do Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado, o FNRE. Este fundo é um dos instrumentos da nova geração de políticas de habitação, posto em marcha em 2017, que tem como principal objetivo oferecer arrendamento para habitação e residências para estudantes do ensino superior a rendas acessíveis nos centros urbanos, através da reabilitação de património imobiliário devoluto do Estado, das Autarquias e de entidades do terceiro sector. Os custos e as obras de reabilitação são suportados pelo FNRE, através de financiamento pelo Fundo de Estabilidade Financeira da Segurança Social e o participante recebe em troca unidades de participação no fundo que podem gerar rendimento. Ou seja, troca-se um ativo que pode gerar custos, por um ativo que pode gerar rendimento. Através deste programa mobiliza-se assim edificado público devoluto e a Fundiestamo, que é a entidade gestora do FNRE, promove todas as ações necessárias até à sua reabilitação e colocação no mercado, destinando-o a arrendamento acessível, praticando rendas 20% abaixo do valor médio de mercado, contribuindo, assim, para a regeneração dos centros urbanos e para a melhoria do nível de vida das famílias e da população em geral. Exmo. senhor Presidente da Câmara, questionamos: o Executivo já lançou mão de alguns destes instrumentos? Já identificou algum edifício para apresentar ao Fundo Nacional de Reabilitação Urbana? O que é que a Câmara está a fazer para resolver esta questão? Outra das preocupações que nos fizeram chegar, a par da questão do alojamento, é a falta de transportes públicos urbanos, especialmente aos domingos pois quando os estudantes do IPG, que vêm de fora, chegam de comboio ou autocarro, não têm transportes públicos urbanos para o levar até às suas residências. Ora, se esta cidade pretende captar população jovem, tem que oferecer condições aos alunos do IPG que vêm para aqui estudar para a nossa cidade. Porque, trazer população jovem para a Guarda, passa pelo ensino superior. Temos cerca de três mil estudantes e podemos chegar aos quatro mil. Podemos, se tivermos condições para os receber. O Instituto Politécnico é um foco de atração de jovens e mais alunos significa que se gera mais emprego, mais professores, mais funcionários, mais restauração, mais comércio. Tem um efeito multiplicador de desenvolvimento regional. Mas é necessário que depois se criem condições de emprego para se cá fixarem esses jovens, como há pouco aqui apelaram os jovens que aqui estiveram. O IPG já faz a sua parte. Faz parcerias, forma quadros para as empresas oferecendo formação por medida para qualificar novos quadros e requalificar os quadros que já possuem. E compete à Câmara também fazer a sua parte, com medidas de investimento com vista à criação de emprego, com propostas de atividades que envolvam o IPG, ajudando assim a valorizar esta instituição que é um dos principais promotores de desenvolvimento desta região. Compete à Câmara criar incentivos para os alunos do IPG que residam no nosso concelho, através de apoios sociais, como o Grupo Municipal do PS já aqui propôs, e fazer mais investimento no IPG porque o valor de 20 mil euros, atualmente investido, é irrisório, sobretudo comparativamente a outros gastos que o Executivo tem despendido e que não têm um retorno que o justifiquem, nem se traduzem no desenvolvimento que este tipo de

investimento traria. Portanto, esperamos melhores opções políticas nesse sentido e um maior esforço deste Executivo em trazer soluções para as carências aqui expostas, que não podem ser vistas como um problema do IPG, ou da sua comunidade académica, mas como um problema da nossa cidade e, como tal, pedimos ao Exmo. senhor Presidente que esclareça que medidas é que este Executivo já tomou, em concreto, para solucionar estes problemas? Muito obrigada.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhora Deputada. Alguém pretende intervir sobre esta questão? Senhor Deputado Tiago, faz favor.” -----

- **Deputado Tiago Gonçalves (PSD):** “Muito boa tarde a todos. Eu estava aqui a ouvir a senhora Deputada Paulisa D'Assunção e a ter um déjà-vu no sentido daquilo que o Governo, no início deste ano, aprovou no decreto-lei que a senhora Deputada também aqui referiu. Porque, na realidade, o Governo, nessa altura, incluiu imóveis do concelho da Guarda unilateralmente, sem pedir a opinião, na altura, da Câmara Municipal, como foi o caso da Pousada da Juventude. E a verdade é que, nessa altura, por fevereiro, março, deste ano, o Governo disse que, através da Fundiastamo, da entidade gestora, iria tomar posse desses imóveis e iria fazer uma avaliação desses imóveis, das obras que são necessárias nesses imóveis, com vista a poder, futuramente, colocá-los ao dispor das instituições de ensino superior, nomeadamente no caso do Instituto Politécnico da Guarda. Isto em fevereiro, não é? Passaram, portanto, vamos fazer as contas, como dizia o Engenheiro Guterres, é só fazer as contas, passaram sete meses. Sabem quem é que já lá foi à Pousada da Juventude da Guarda fazer essa análise do que é necessário? Ninguém. Nessa altura, aliás o senhor Presidente do Instituto Politécnico da Guarda dizia que, em setembro, ou em outubro, tinha a ideia da possibilidade das obras até já estarem concluídas. É ver, única e simplesmente, aquilo que lá está. Da parte da Câmara Municipal da Guarda a verdade é que logo, desde essa altura, houve intenções, reuniões, mostrar ao Instituto Politécnico alternativas de residências, inclusivamente, muitas delas, ligadas até à Igreja, ligadas até à Diocese da Guarda. A verdade é que também esses contactos ficaram por aí porque, da parte do Instituto Politécnico, também não se viu, no fundo, grande adesão às soluções que lhe foram apresentadas. É verdade, o problema está identificado. Nesse aspeto, a senhora Deputada, tem toda a razão. É um problema que urge resolver, não só do ponto de vista daquilo que sejam residências para o Instituto Politécnico, mas, como já aqui falámos algumas vezes nesta Assembleia Municipal, também do ponto de vista de residências para o ensino secundário. Porque o ensino secundário, à nossa volta, cada vez mais, nos concelhos limítrofes do concelho da Guarda, corre riscos de, mais dia, menos dia, encerrar. E a Guarda tem que ter atratividade desse ponto de vista. Já o tem em diversos aspetos. Ainda hoje aqui estiveram elementos da Escola Profissional da Guarda, da Ensiguarda, e tem sido muito noticiada a capacidade que a Ensiguarda tem tido para trazer alunos de outras zonas do País, nomeadamente um conjunto de alunos, muito vasto, do concelho de Freixo de Espada à Cinta. É esse o caminho, tanto no ensino secundário como no ensino superior. Mas vir aqui a uma Assembleia Municipal dizer o que é que a Câmara Municipal tem feito neste sentido, quando o Governo incluiu um imóvel, num decreto-lei que lançou no início deste ano, e nada mais fez ao respeito, simplesmente o incluiu, isso é que, simplesmente, também não pode ser aceite, de ânimo leve, por parte de quem está aqui nesta Assembleia. E, portanto, numa coisa estamos completamente de acordo. O problema existe e é necessário dar-lhe resposta. Mas não convém que essa resposta

seja a de colocar as coisas em diplomas legais e passar sete meses sem fazer nada, como aliás aconteceu, não só com essa situação, mas com o Centro Nacional de Educação Rodoviária, que foi aqui prometido perante todos nós, no dia 27 de novembro do ano passado, para em julho deste ano vir-se assinar um protocolo com o Instituto Politécnico da Guarda, para o Instituto estudar o que é que vai ser. Ou seja, oito meses depois de ter sido anunciado, o Governo do Partido Socialista ainda nem sequer sabia o que é que vai ser o Centro Nacional Educação Rodoviária. E, por isso, esse é que certamente não é o caminho para se resolver os problemas. O caminho é a ação e menos palavras, nomeadamente menos palavras no papel.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Quer intervir? Mas muito rapidamente, está bem? Tem tempo. Mas, como sabe, o tempo...”

- **Deputada Paulisa D’Assunção (PS):** “O senhor Deputado Tiago Gonçalves, acho que pode estar um pouco confundido sobre o papel que esta Assembleia Municipal tem. Mas, se me permitir esclarecer, este órgão, é um órgão deliberativo e é um órgão fiscalizador da atividade da Câmara e, como tal, pede contas à Câmara para que preste informação sobre a sua atividade. Portanto, prestar contas é pedido ao Executivo. Eu sei que deve ser aspiração do senhor Deputado fazer parte do Executivo mas, neste momento, ainda não é parte do Executivo. E eu pedi ao Executivo a resposta a essas questões que gostaria que o Executivo depois respondesse. Certamente que estarão em melhores condições de o fazer, do que o senhor Deputado. A solução que foi dada da Pousada da Juventude, que foi proposta pelo Presidente do Instituto Politécnico, levantou logo aqui uma grande polémica. Que vamos ficar sem um edifício, que está devoluto há dez anos, mas quando alguém arranjou uma solução para recuperar o edifício e dar-lhe o uso para o qual foi destinado e, ao mesmo tempo, colmatar as deficiências a nível do alojamento estudantil, houve logo vozes que se levantaram, nomeadamente, sabemos bem, sim a sua. E, portanto, estar agora aqui a apontar deficiências às soluções encontradas pelo Governo, quando já se sabe que as alternativas poderiam não ser tão viáveis, quer dizer, acaba por parecer aqui assim um bocadinho de hipocrisia política, não é? Gostaria era que era que o Executivo fizesse o esclarecimento que lhe foi pedido sobre aquilo que está a ser feito e gostaríamos de ouvir. Se, efetivamente, as medidas estão a ser tomadas, melhor ainda. Mas acho que não caberá ao senhor Deputado fazer essa resposta. Muito obrigada.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhora Deputada. Os Deputados têm todos a possibilidade de fazer intervenção. Não tem que ser necessariamente resposta. Porque aquilo que a senhora veio fazer aqui foi exatamente também responder ao senhor Deputado. Portanto, se entramos nesta disputa não saímos daqui. Todos estão disponíveis... eu estou a falar. Todos têm a possibilidade de fazer intervenções, todos têm a possibilidade de responder quando eu assim o entender e, portanto, é para isso aqui estamos, para discutir os assuntos. Aquilo que estamos aqui a fazer é discutir os assuntos. Cada um põe e dá o seu ponto de vista. Senhor Deputado, também quer responder à senhora Deputada? É que se entramos no diálogo, não saímos daqui.” -----

- **Deputado Tiago Gonçalves (PSD):** "Senhora Presidente, simplesmente para dizer. É verdade, e eu assumo perante esta Assembleia, com muito orgulho aliás, que o PSD tomou uma posição claríssimo contra a entrega da Pousada da Juventude ao Instituto

Politécnico da Guarda. Agora, outra coisa, não se pode dizer aqui é o seguinte, quem governa manda. E se o Partido Socialista quisesse efetivamente ter feito alguma coisa tinha-o feito. Tinha-o feito. Da mesma maneira que, na Câmara Municipal da Guarda, nas coisas que são da responsabilidade da Câmara Municipal da Guarda, quando tem que fazer alguma coisa também não está à espera de saber se o PS concorda, ou não concorda. Aliás, os senhores manifestam aqui muitas vezes oposição àquilo que são as opções políticas da Câmara Municipal da Guarda e não é por isso que as coisas deixam de ser feitas. Portanto, não venham cá com essas coisas, de que foi porque isso levantou uma grande celeuma aqui na Guarda, que os assuntos não se resolveram. Não se resolvem porque, efetivamente, o Governo do Partido Socialista quer é mandar atroadas para o ar de que vai resolver os problemas de uma determinada maneira, mas quando trabalhinho é bom e é para resolver os problemas falta à chamada.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Senhor Deputado, faz favor.” -----

- **Deputado José de Almeida Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Santana da Azinha (PSD):** “Boa tarde a todos. Já que estamos aqui numa questão de perguntas e respostas, pergunto também à senhora Deputada, em relação a um docente e eu vou dizer até o número do utilizador, não digo os números todos para não o identificarem, 6168925 e não digo os restantes três números. Por engano, engano este não é imputável ao docente, e que pertence CZP 05 Guarda e Castelo Branco, foi colocado em Lisboa. Falou aqui que os docentes foram colocados ainda durante o mês de agosto, e bem, para tratar da sua vida. Mas estamos a 26 de setembro e a situação ainda não está resolvida e o docente tem que estar a aguardar na escola. Onde? Vila Franca de Xira. Estamos a 26 de setembro. Pergunte lá ao seu Governo também.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém para intervir? Muito bem. Passamos, agora, à intervenção do Bloco de Esquerda. Senhor Deputado Marco Loureiro, por favor. Acessibilidade, Saúde, Ambiente e Educação.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “(...) Boa tarde a todas e a todos os presentes, Presidência da Câmara, Vereadores, Público presente, lá em casa aqueles que nos acompanham, Funcionários, Jornalistas também fazem parte da promoção positiva, penso eu, daquilo que aqui se debate. Começando o novo ano letivo, não podemos deixar de felicitar, Bloco de Esquerda, e dar as boas vindas a todos os estudantes que escolheram o Instituto Politécnico da Guarda e, conseqüentemente, a cidade guardense e senense para a sua nova etapa académica. Contudo, não esquecemos, nem deixaremos de manifestar o desagrado, perante a falta de coragem do poder central em reconhecer a necessária reorganização do ensino superior, apresentando medidas concretas para potencializar e apoiar os estabelecimentos de ensino do interior. Com isto dizer também e porque não se pode, de forma alguma, também esquecer e eu aqui não esquecerei e tenho toda a liberdade para assim o dizer. Viabilizámos, durante estes anos, o Governo, tentámos dar o nosso melhor no que se chega, Bloco de Esquerda, a várias conquistas e outras que não se conseguiram, nomeadamente, um delas, que foi esta. Uma decisão concreta do que se quer para o ensino superior em Portugal. Uma solução concreta, se se mantêm Institutos Politécnicos desta forma, se se mantêm o ensino superior só desta forma. É aqui este algo e nós iremos continuar, Bloco de

Esquerda, a forçar para que haja uma clarificação rápida do que se quer na nossa rede de ensino superior no país. Isto é urgente. Isto não pode levar mais tempo a ser decidido, doa a quem doer. À esquerda, à direita ao centro. Porque a nossa região e todas as outras à sua volta, não vão conseguir, de forma alguma, manter números de alunos como todos nós gostaríamos de ter. Haja bom senso. Não se aguenta. Eles vão fugir. Por isso é que temos, nestas eleições, só três Deputados. Vejam os números. As pessoas estão a ir embora e quando for mesmo tarde, aí é que já não há volta a dar. E, por isso, não fugimos, enquanto partido que viabiliza, não fugimos, tenho esse à-vontade, dessa responsabilização de continuar a forçar. Nesse tema e noutros temas, porque a verdade é essa. Já nem vou falar dos professores porque aí já se percebeu, desde sempre, quem é que está mais ao lado dos professores nas diferentes matérias. Depois o resto é compreensível porque os outros partidos também têm andado a dizer para um lado sim, para o outro lado não e há apenas dois partidos, Bloco de Esquerda e Partido Comunista, que tiveram, desde sempre, a sua posição mais que definida relativamente à situação dos professores. E continuam. Neste momento, gostaria de perguntar agora ao senhor Presidente, qual é que tem sido a postura utilizada para que a Autarquia consiga responder como nós queremos, provavelmente todos, àquilo que o Tribunal de Contas tem pedido relativamente aos Passadiços? Há ou não há dinheiro, se não houver fundos comunitários, para esse grande projeto ser construído? É importante percebermos isso. Felicitar, obviamente, a Serra da Estrela e tudo o que se envolve a ela, relativamente à recente aprovação, por parte das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura, mais conhecida por Unesco, relativamente ao Geopark Mundial. Felicitar quem trabalhou para isso e, de forma alguma, estar aqui a dizer que, depois, o que aí vem, é discutir onde é que vai ficar a sede. Não vejo qualquer problema que a sede fique noutra concelho. Eu sou a favor da centralização positiva, não tenho qualquer problema que ele vá parar a outro concelho que não a Guarda. Porque os outros concelhos constituem este projeto e todos eles querem e, por isso, se temos que ser solitários, se queremos que Lisboa seja connosco e Porto, então vamos também fazer nós para com os outros. Não tenho isso como grande guerra, nem irão ver o Bloco de Esquerda aqui a levantar-se contra Manteigas, contra Seia, contra Gouveia, contra todos aqueles que andam já por aí a lançar, ou a Covilhã, o que querem. Nada disso. Não queremos entrar nessa guerra. Não é necessário e é muito mau se formos por esse caminho porque hoje eles, amanhã nós. E, por isso, temos que acreditar que é possível haver bom senso nessa matéria futura, se é que tem que haver essa discussão. Relativamente ao Parque de Campismo...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, vai ter que terminou. Já ultrapassou em um minuto.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Termino já. Relativamente ao Parque de Campismo, vale mais tarde do que nunca. Senhor Deputado Tiago Gonçalves, realmente o Governo falha muito em prazos, mas a Câmara também não é grande exemplo em algumas das suas obras anunciadas, nomeadamente as três vezes que anunciou a reabertura do Parque Municipal. E, para terminar, gostava de saber se a Câmara já tem alguma ideia do que vai fazer àquele pavilhão das antigas Piscinas Municipais. Se não tem, senhor Presidente, eu sugiro já aqui. É tempo de dar uma coisa digna a quem pratica skate, a quem gosta de skate. É necessário um parque, em pleno século XXI na Guarda, numa cidade desenvolvida, para o skate. Por isso, senhor Presidente, veja lá o que é que se

pode fazer. Não é preciso ser tudo projetado para o Polis, não é preciso ser tudo projetado para outra área...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, tem que terminar.” ---

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “... quando temos instalações que podem ser dignas para essa função. Muito obrigado e veja lá se chega também de rotundas porque eu não percebi muito bem essa nova ideia da rotunda na Avenida de S. Miguel, entre quinhentos metros uma da outra. Não consegui perceber essa ideia. Muito obrigado.” -

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Alguém pretende intervir? Senhor Deputado Monteirinho, faz favor.” -----

- **Deputado António Monteirinho (PS):** “Senhora Presidente, só fazendo aqui uso de mais algum tempo da sua condescendência, para fazer aqui uma intervenção.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Eu hoje estou muito condescendente, mas daqui a pouco... É que não tem tempo. Sabe que não tem tempo, sabe isso?” -----

- **Deputado António Monteirinho (PS):** “Eu tenho ali um bocadinho. Está a contar e eu ainda nem sequer falei.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Tem um bocadinho? Não, não tem. Mas vá... vinte segundos.” -----

- **Deputado António Monteirinho (PS):** “Ok. Rapidamente, então. No passado fim-de-semana decorreu, na Guarda, mais uma edição da Feira Farta...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, não vai ler isso tudo. Não, não vai.” -----

- **Deputado António Monteirinho (PS):** “Vou ler as cinco folhas que aqui tenho, mas leio em dois minutos.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Dois minutos não, porque eu não lhe dou dois minutos, desculpe lá. Senhor Deputado vamos lá. Mas abrevie, por favor, porque se eu começo a dar dois a cada um, não saímos daqui.” -----

- **Deputado António Monteirinho (PS):** “Depois posso fazer no outro período.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Não, mas se for rápido, faz favor. O que eu lhes peço é que tentem cumprir os tempos.” -----

- **Deputado António Monteirinho (PS):** “É que já andou dos 26 para os 47 e eu ainda não li nada.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Eu sei, eu sei. Mas eu tenho que chamar à atenção porque se todos começam sistematicamente a não cumprir os tempos então, primeiro, não vale a pena termos tempos e, depois... como? Sim e os pontos. Estamos no período da ordem do dia, temos pontos agendados, temos assuntos agendados. Portanto, convém cumprirmos algumas regras. É só isso que vos peço, está bem? Muito rapidamente, faz favor.” -----

- **Deputado António Monteiro (PS):** “No passado fim-de-semana decorreu, na Guarda, mais uma edição da Feira Farta. Paulatinamente, ao longo das últimas semanas, fomos vendo crescer as tendas, fomos vendo arranjando espaços. Mais recentemente, fomos vendo entrar os expositores, uns mais produtores do mundo rural do que outros, até ao dia em que, finalmente, a festa arrancou. O Partido Socialista não vem aqui hoje, de maneira nenhuma, assumir o papel contestatário da festa. Foi uma festa bonita. O povo da Guarda gostou. Andou por lá, viu, sentiu, comprou, divertiu-se e isso é muito mais importante para o Município, que tem a obrigação de fazer, todos os dias, essa ponte cada vez mais fundamental entre a cidade e o espaço rural, entre as cidades e o mundo terreno, carregando tradições, cheio de história, pleno de vontades, mas onde agonizam, também, infelizmente, algumas das marcas que mais nos distinguem e que melhor nos identificam. A Câmara da Guarda decidiu este ano, e bem, no nosso entender, destacar na Feira Farta alguns dos nossos produtos endógenos mais significativos. Tanto quanto foi possível destacar, até pelo destaque que lhes foi dado, logo à entrada da Feira estava a Cestaria de Gonçalo e o Cobertor de Papa de Maçaínhas. Merecem honras maiores no que ao artesanato diz respeito e tal como a Vaca Jarmelista, no campo da degustação. E ainda bem que foi assim que a Câmara organizou esta Feira. Aquilo que não podemos deixar de lamentar, hoje e aqui, é o facto da Câmara Municipal da Guarda continuar sem uma política séria e estruturada relativamente ao mundo rural do concelho e, mais concretamente, em relação a estas verdadeiras riquezas do património vivo do concelho. E dizemos do património vivo, porque queremos que elas continuem a ser verdadeiramente património vivo e não passem depressa para a secção do património museológico, olhando para elas apenas como memória estática de um tempo, de um espaço, de história, de um povo. A Cestaria, o Cobertor de Papa, a Vaca Jarmelista e tantas outras riquezas que nos distinguem e nos identificam como a grande marca da Guarda, não podem ficar à mercê de um certame anual de Feira Farta. Não podem ficar à mercê de um festival de cultura, que em vez de se fazer a festa, se fala do produto e depois tudo se esfuma com o passar do tempo e por mais um ano. Isto vai acontecendo assim, ano após ano. Ano após ano. Não que não seja importante a realização destes ciclos de festivais culturais, não que não seja importante promover os nossos produtos, as nossas marcas distintivas na Feira de Outono em Serralves e noutras tantas iniciativas congéneres. Mas perguntem aos produtores...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, vou ter que lhe pedir que termine. Tem quatro minutos e eu não vejo o fim às folhas. E mais...” -----

- **Deputado António Monteiro (PS):** “Já estava na terceira...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, eu até estou a gostar de o ouvir falar e está a falar do mundo rural e dos nossos produtos. Até estou a gostar de o ouvir falar. Mas é preciso que se entenda uma coisa. Nós temos um Regulamento e temos regras que devem ser cumpridas. Nós estamos a discutir, no período da Ordem do Dia, o primeiro ponto que é assuntos de interesse municipal. O senhor não tem inscrição para isso, esgotou o seu tempo e eu perguntei se alguém queria falar sobre a intervenção do Bloco de Esquerda e o senhor vem para aqui e traz-me um discurso que, por acaso, eu até gosto, mas acho que é preciso... faça-me entender?” -----

- **Deputado António Monteiro (PS):** “Mas a melhor parte ainda está para vir senhora Presidente, se puder continuar. Se não puder, eu aceito.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “E porque é que não trouxe essa intervenção no período que vocês tinham direito? Ou porque é que não a fez no período Antes da Ordem do Dia, onde podia ter feito essa intervenção muito bonita?” -----

- **Deputado António Monteiro (PS):** “Não tínhamos, também, já tempo senhora Presidente. Muito bem. Agradeço.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Mas a gestão é vossa, senhor Deputado. Peço desculpa, mas a gestão é vossa. Porque se abro uma exceção para si, tenho que abrir para os outros, isso é que é democracia. Muito obrigada. Então, senhor Presidente tem a palavra. Faz favor. Já não fala mais ninguém. Mas, Senhor Deputado, quer fazer uma intervenção sobre a intervenção do Bloco de Esquerda? Não. Mas entregou-a? Mandou por email para onde, para a Assembleia? Eu esclareço já isso, mas eu não tenho nenhuma intervenção sua. Bom, faça lá a intervenção, então. Mas o que é certo é que eu não tenho nada agendado do CDS. Por acaso achei estranho, na verdade achei estranho. Mas não tinha. Chegou alguma coisa? Poder, pode. O problema é que isso não chegou à Assembleia. Faça, então, a sua intervenção, faz favor. Senhor Presidente, peço desculpa.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Eu já pensava que era má vontade, senhora Presidente. Eu gostei de a ouvir agra nesta intervenção em que diz que tem que haver regras, que as regras têm que ser iguais para todos. Mas, a prática, não tem sido essa. E, olhe, o meu avô, de quem eu gostava muito, sempre me disse, tinha uma máxima: meu neto, não há nada pior do que um bom conselho seguido de um mau exemplo. Senhora Presidente, que a regra seja haver regra. (...) Eu pedi além ao senhor Lavajo, se fizesse o favor, se projetava aquelas imagens que foram projetadas há bocado, porque me foi interrompido. As pessoas concentraram-se mais na interrupção do que na própria imagem e a imagem vale mais do que mil palavras. Pode passar, se fizer o favor. Isto foi fotografado dia 7 de setembro, semana passada. Portanto, eu venho aqui falar, vou introduzir aqui a minha intervenção pelas alterações climáticas que estão na ordem do dia e cujo impacto se faz sentir sobremaneira na nossa região, com muita carência de água apesar de termos aqui importantes bacias hidrográficas. Portanto, o aquecimento global já chegou à Guarda, faz-se sentir. Não se fez sentir no Hospital, nem nas cativações do Ministro Centeno, mas parece que agora o aquecimento eleitoral vem resolver os problemas que não foram resolvidos. Eu sei que a Bancada do Partido Socialista não terá grande comodidade a ouvir estas coisas, mas, efetivamente, parece que o Governo não lhe dá grande crédito e não têm, se é que o fizeram, dado grande importância a eventuais diligências a favor da Guarda. Temos muita água mas não temos bacias de retenção de água. E a água que aqui nasce, segue o teu curso natural e vai embora sem que possamos tirar dela grandes benefícios. A falta de água tem graves implicações numa das atividades mais ancestrais do homem, a agricultura. Continua a ser um importante fator de fixação das pessoas à terra, um travão ao despovoamento, à propagação de incêndios e também uma fonte de riqueza para os concelhos do interior. Apesar disto que eu acabei de dizer não ser nada de novo, ser do conhecimento de todos os que aqui estão, acho que o Município continua a levar pouco a sério esta realidade e eu peço para olharem para aquelas imagens. Quando digo

pouco a sério estou a pensar no excesso de água, por exemplo, que é gasta para regar flores que abundam nas rotundas distantes, mas que faltam nos jardins de proximidade dos bairros que estão, pura e simplesmente, abandonados e não é necessário estar aqui a referir um a um. Faltam jardineiros ou há jardineiros a mais? Quando digo que leva pouco a sério esta realidade, estou a lembrar-me das inúmeras nascentes existentes na Guarda que estão a ser desperdiçadas e que poderiam garantir, como garantiram no passado, a rega do Jardim José de Lemos, do Jardim fronteiro à Esquadra da Polícia e outros. Quando digo que leva pouco a sério esta realidade, estou a lembrar-me do crime ambiental que continua a ser cometido contra o Rio Diz e Noéme, bem traduzidos nestas imagens projetadas. Como é que é possível que se ande a enganar as pessoas afirmando que está em curso a despoluição do Rio Diz e do Noéme, quando a realidade é aquela que se aqui vê. Limpar margens é diferente de despoluir. Muito se tem falado da origem da poluição e até se tem apontado o dedo a esta ou aquela fonte poluidora, mas o Município já avaliou qual é o volume de esgoto sem tratamento que ainda chega a estes dois cursos de água? O Município já avaliou a qualidade do tratamento dos efluentes que está a ser feita na Etar de São Miguel? A Etar de São Miguel tem capacidade para tratar, em quantidade e em qualidade, os esgotos que para ali drenam? A mim, parece-me que não tem capacidade necessária e que é necessário fazer algo. Da mesma forma que é necessário aferir da qualidade da água do Rio Diz, antes da receção das descargas da referida Etar. Este crime ambiental não pode continuar e a Câmara não pode ser, nem conivente, nem responsável por esta situação. Tem que tomar medidas. Estão a poluir-se duas importantes linhas de água e a tornar impróprias para as atividades agrícolas as terras por ela banhadas. Não podemos tratar desta forma irresponsável a água que tanta falta nos faz. Isto remete-nos agora para uma outra realidade, a dos impostos municipais que se mantém alta. Com tantos impostos que pagamos, ainda não são eles suficientes para vermos este Município bem cuidado? Quais as prioridades do Município na alocação das verbas cobradas? Serão as mais corretas? Continuamos na política da rotunda, em vez de caminharmos para a política da captação de investimento e da geração de emprego? Ainda hoje, tivemos aqui jovens que, muito provavelmente, gostariam de, um dia, poder voltar à nossa terra. Preferimos festas a investimento na qualidade ambiental? Tudo aponta neste sentido, pelos exemplos que vamos vendo e ouvindo anunciar. Agora até já se anuncia mais uma rotunda em cima de duas rotundas existentes. Talvez fosse preferível ligar as duas rotundas e ficávamos apenas com uma, em vez de três. Senhor Presidente, se quer, um dia, ser recordado como tal, imponha uma marca nesta cidade. A marca da governação do Presidente Carlos Chaves Monteiro. Afirme-se pela diferença, por uma diferença positiva para o concelho e abandone as receitas de quem nunca soube fazer de outra forma. E, por falar de diferença, estou a lembrar-me que, na anterior Assembleia Municipal, a Bancada do PSD chumbou uma proposta do CDS para que se alargasse a ARU a toda a zona urbana da cidade e se criasse uma em cada freguesia rural. Vemos agora que, nesse sentido, há uma proposta, é um passo tímido, para o alargamento do atual perímetro da ARU. Senhor Presidente, são passos pequenos e a Guarda precisa de decisões mais céleres e intervenções mais abrangentes, em matérias que são para o benefício económico de todos os que aqui vivem e resistem. Enquanto se pensa em mais rotundas e se decide manter impostos em alta, a Dura continua a lutar entre a vida e a morte, como se essa calamidade social pouco significasse para o concelho. E, aqui, relevam sempre também as questões fiscais. Eu, há pouco, li uma passagem relativa ao

povoamento da Guarda e àquilo que foi uma decisão do Rei D. Afonso IV, em termos de conceção de impostos, para fixar aqui as pessoas. E novamente a chamo aqui para lembrar, mais uma vez, que é preciso tomar decisões nestas matérias que tornem a vida mais fácil nestas terras a todos aqueles que ainda aqui viemos. Aquando da Tomada Posse do senhor Presidente, o CDS nunca pôs em causa a legitimidade de o fazer. Nunca pôs isso, apesar de haver uma Bancada que o questionou. Mas eu gostava de saber e, termino já, eu gostava de saber se é intenção deste Executivo cumprir um mandato até ao fim, ou se está por lá inclinado para convocar eleições intercalares. Qualquer decisão acho que deve ser, em primeira mão, comunicada este órgão, antes de ela ser eventualmente do conhecimento público. Acho que, por uma questão de respeito democrático e institucional, é algo que deveria ser feito desta forma, no nosso entendimento. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Agora sim, senhor Presidente, faz favor.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara Municipal:** “Relativamente aos assuntos que agora foram citados, cumpre-me dar aqui alguns esclarecimentos e são de interesse Municipal. O Deputado Rui Pedro não está já nesta Assembleia, mas gostaria de transmitir um dado, porque é que com elementos objetivos que nós podemos fazer política, ou, pelo menos, fazemos política de uma forma mais rigorosa e objetiva. Dizer que, no ano 2019, fizemos cento e trinta e seis procedimentos de contratação. Destes cento e trinta e seis procedimentos de contratação, temos cinquenta e dois de ajuste direto. Ou seja, os restantes, foi tudo consulta pública, consulta prévia, ou concurso público. Isto quer dizer exatamente que, a maioria dos procedimentos de contratação feitas pelo município da Guarda, é sempre por concurso público ou por consulta prévia. No ajuste direto, porque é que temos aqui cinquenta e quatro ajustes diretos? Porque dentro das regras, nós sabemos que, pelo critério material, eu não posso pedir para virem os Anjos ou o Rouxinol Faduncho à Guarda e dizer que tenho que pedir três propostas para este senhor vir à Guarda. Porque tem que haver mais dois sócias para vir à Guarda. Portanto, pelo critério material, não poderemos fazer de outra forma. E estou disponível, senhor Deputado, para quando quiser. Porque quando se fala de transparência, quando se fala de regras claras... nós temos regras claras. Eu não sei o que é que se passa na mente, principalmente dos senhores Deputados do Partido Socialista, onde este clichê da falta de transparência, falta de regras... senhor Deputado, são mais as formas de contratação que não são por ajuste direto, do que elas que são por ajuste direto. Acabei de lhe dar os números. Cento e trinta e seis procedimentos em 2019, mais de metade por consulta prévia ou por concurso público. Quero-lhe dizer também, concretamente no exemplo que deu da Feira Farta. Senhor Deputado, foi feito concurso público. Onde é que está a falta de transferência, diga-me? Pronto, fica só entre nós. Mas reconheço e faço-lhe justiça. A verdade é que, a Feira Farta, já não tem só uma dimensão recreativa. É também e reconhecida aqui também pelo senhor Deputado, e isso é com satisfação que o vejo e que leio, esta dimensão sociocultural da Feira Farta. Tem uma dimensão efetivamente sociocultural. Tem também esta exigência de participação do cidadão, das freguesias, das associações e isto é que faz pulsar, de facto, a nossa comunidade, a nossa sociedade. E é para isso que os políticos têm que ser facilitadores do desenvolvimento. Conseguem aproximar, numa Feira, como já foi aqui reconhecido por todos, se não pela grande maioria, de que é uma Feira que cumpre

efetivamente aquilo que é a ligação do meio rural ao meio urbano, aquilo que é a proximidade dos produtos rurais ao consumidor, porque também é disso que se trata hoje nas novas políticas. E acabei hoje de ter contacto com mais uma realidade. Na Feira Farta eu falei de algumas situações, mas quero-vos transmitir aqui. Nos mercados curtos ou na economia familiar, como eu ouvi ali ao Pedro Nobre, a verdade é que está, neste momento, uma medida já em curso. Qualquer produtor que tenha estes produtos e que os queira levar ao mercado, porque o que se quer potenciar é a proximidade entre o produtor e o consumidor, tem um apoio por cada mercado que faz, de 48 euros, sendo que para investir em viaturas e equipamentos para promover esta sua atuação, pode fazer investimentos apoiados até ao valor de 50 mil euros. Portanto é esta a dinâmica. Portanto, as palavras, e falando também na questão do desporto, que eu digo muitas vezes e é verdade, porque quando penso nas pessoas, para mim, o bem-estar é uma ação determinante para apoiarmos, cada vez mais, a prática desportiva e os eventos desportivos na cidade. Mas claro, como é muito redutor, como o senhor Deputado acabou de dizer, que efetivamente apoiar o desporto não é só bem-estar. E não é. Porque nós temos, de facto, um investimento grande como foi o espaço realizado, a piscina e o edifício de apoio no Caldeirão, e ainda agora realizámos uma prova. Pela primeira vez na vida, que não se iria realizar se não tivéssemos aquelas condições. O desporto é mais do que isso. É, de facto, atração, é trazer gente, é dar a conhecer o nosso património, a nossa gastronomia. Quando tivemos aqui o andebol, foram mais de mil e seiscentos participantes, mas no total quase três mil, e a verdade é que tiveram contacto com a nossa realidade. Foram aos nos restaurantes, foram visitar os nossos monumentos, foram aos nossos museus, viram os nossos espaços naturais. E isso é que é usar o desporto como um fator de promoção e desenvolvimento humano, mas fundamentalmente para dar a conhecer aquilo que podíamos gastar numa televisão nacional a dizer: a Guarda tem isto para oferecer. Assim, trazemos as pessoas e eles, em direto, em contacto com aquilo que nós somos e com aquilo que podemos dar, percebem exatamente aquilo que a Guarda vale e aquilo que nós temos para transmitir a quem nos visita. O Hotel Turismo, como sabem a Greenfield é a empresa que vai suceder na posição da MRG. E é verdade que existe, ainda ontem falei porque é assim que nós fazemos política, este Executivo não tem outra forma, estar próximo das pessoas, estar próximo dos agentes do desenvolvimento, estar próximos das empresas, e ainda ontem falei com o representante da Greenfield. E ele diz que a MRG tem problema, um PER, está em recuperação da empresa, e o liquidatário judicial carece de autorizar internamente a MRG para fazer o contrato de cessão da posição contratual para a Greenfield que é a empresa, que é o fundo SGPS, que vai dar seguimento àquilo que são as diretivas que estão no contrato e que nós queremos que, a breve trecho, possam ter a sua conclusão na abertura deste grande edifício. O Deputado João Bandurra, há pouco não me referi e quero-lhe dizer. É exatamente essa a lógica, é iniciativa privada apoiar, criar condições, aliás, vamos ver isso nos assuntos da Ordem do Dia, onde as empresas não aparecem por acaso. Nós vamos à procura delas, temos que fazer ainda mais. Tenho provavelmente uma reunião agendada, sem data ainda mas que temos já isso avançado, para ir a vários países da Europa para pedir, para dizer o que somos, para trazer investimento para a Guarda. Mas isso, lá iremos mais tarde. Portanto, não dormimos. Não colocamos a cabeça debaixo da areia, falamos das coisas. Senhora Deputada Paulisa, não há problema nenhum. Aqui o Deputado Tiago fala pela Bancada, fala pelo Partido Social Democrata não fala pelo Executivo. Mas eu até

escusava de falar, porque ele respondeu bem à senhora Deputada. Mas já lá vamos. O professor Terras dizer-lhe que, nada melhor do que sermos professores, saber o que é investir na educação e vir aqui como veio dizer à Guarda, dizer aos senhores Deputados, porque isto também é uma mensagem que tem que passar lá para fora. Aquilo que é, aquilo que está a ser o investimento deste Executivo na educação e dizer que nós queremos uma escola de futuro. Queremos apostar, cada vez mais, para que a igualdade de acesso à educação seja definida de uma forma equitativa para todos e esse trabalho é visível com a exposição que nos trouxe aqui. Mas, volto aos transportes coletivos, senhor Deputado Aires Diniz. Como sabe, já o referi várias vezes nesta Câmara, nesta Assembleia, dos 18 aos 25, como sabe, há já redução do valor dos passes. Mas também, a partir dos 65 anos, também na Guarda já existe a redução dos passes. Portanto, há aqui um reforço naquilo que são as linhas nacionais de apoio à rede de transportes locais, também o Município, através da CIM, se associou, temos a nossa rede de transporte e reportamos à CIM toda a informação necessária, para podermos trazer cada vez mais gente para a rede transportes concelhia e a custos mais baixo, como são estes dois setores da sociedade. Falar de idosos, falar das pessoas com mais idade, aqui estamos nós a dar apoio, a ajudar a que, gastando menos, possam andar mais pelo nosso território. A questão dos transportes coletivos, reitero, quando quiser, souber, tragamos as dificuldades, aquilo que são lacunas e nós cá estaremos para resolver. Não fazemos tudo bem, mas queremos, de facto, dar a resposta e isso é básico. Os cidadãos no interior têm que ter exatamente a mesma qualidade de vida, o mesmo acesso a determinados bens que têm no litoral e nós, mal fora, se não tivéssemos essa sensibilidade para, cada vez mais, apostamos nessa mesma lógica. Deputado Pedro Nobre, reafirmar, efetivamente, que o Mercado São Miguel há uma candidatura. Porque os produtores, se nós queremos esta proximidade e facilitar a economia familiar e que o pequeno produtor possa escoar os seus produtos diretamente, com proximidade ao consumidor, temos logo, numa primeira linha de estratégia, naquilo que é o apoio ao mundo rural e ao produtor agrícola, a aposta na requalificação do Mercado São Miguel que está, de facto, a definir. Temos que recorrer, de uma forma mais eficaz, e valorizar aquele espaço, mas também o Centro de Recolha de Produtos e Distribuição que resulta também do conhecimento que temos. Eu dei o exemplo, na Feira Farta, como é que esta ideia também surge. São os próprios de particulares, são os próprios agricultores. O Vale do Mondego, cheios de fruta nesta época, não conseguem vender 1kg maçãs. Não conseguem vender 1kg de uvas. Portanto, alguma coisa temos que fazer. E, no mínimo, também por desafio com outras Associações de Produtores da Guarda, onde têm de facto dinâmicas próprias, e temos que juntar e ganhar aqui escala num conjunto de produtos e reforçar, de facto, esse espírito mais comunitário para poder aproximar os nossos produtos, que têm qualidade de produto de montanha, de altitude, menos fitofármacos, como sabemos. E isso é também uma marca importante para vender os nossos produtos. São em pequenas quantidades, por vezes não têm a melhor beleza na apresentação, mas não interessa, são os mais saudáveis. E também temos que vender os nossos produtos por aí. A agricultura é também e estou crente que se houver mais agricultura, se houver mais tratamento da terra, haverá mais qualidade da água. O Deputado Henrique Monteiro também o referiu, a aposta na valorização e na qualidade da água é determinante. Ela é um bem escasso, já não é um bem abundante e, por isso, se houver agricultura, se houver sustentabilidade nos solos, se apostarmos em políticas equilibradas de produção agrícola, com certeza que valorizamos também aquilo que é a

segurança das pessoas, a ligação das pessoas à terra e também potenciamos o desenvolvimento do nosso concelho. Os rios, as margens requalificadas, há trabalho feito. O senhor Deputado Henrique Monteiro referiu que é preciso investir mais. É verdade, temos que investir mais. Sabemos que ainda não está tudo feito. Temos um problema em determinado local no Rio Diz e no Rio Noéme, mas nós estamos atentos e vamos ter que tomar decisões, resolver problemas, porque queremos uma cidade saudável. Nós queremos uma cidade onde possamos viver a natureza. Com certeza com Rio a correr com mau cheiro e outras coisas mais, não facilita essa atração a esse espaço. Mas temos que falar também das coisas positivas. Há menos de um ano, como sabem, no que diz respeito ao Rio Noéme, houve uma intervenção na Etar, onde se aumentou a capacidade de tratamento de resíduos, designadamente aqueles que proveem da Gelgurte, mas também da Coficab. E este é um investimento de parceria com as Águas de Lisboa e Vale do Tejo, mas também da Câmara Municipal da Guarda. Portanto, se não fosse isto, teríamos ainda águas mais poluídas e sempre mais a nascente. Portanto, há trabalho feito. Temos que continuar nesta senda, porque o ambiente é um eixo, como as pessoas e a educação, é um eixo importante de desenvolvimento local e concelhio. Senhora Deputada Paulisa, o que é que temos feito no ensino superior? Temos feito muito. Se nós fôssemos o ensino superior nesta escola, teríamos feito muito mais neste espaço. Mas nós não somos. Por vezes somos locomotiva, outras vezes somos carruagem. E é verdade que, naquilo que diz respeito à atração de alunos e das condições que o Instituto Politécnico tem que ter para atrair mais alunos, nós somos locomotiva. Há dias, muito recentemente, o Presidente do Instituto ligou porque reúne praticamente todas as semanas com ele. Ou almoço ou janto com ele. E falamos sobre os problemas e as potencialidades do nosso Instituto Politécnico e, por isso, ele recentemente me dizia, já esta semana, vêm aí mais alunos. Portanto, até agora, é preciso perceber que, por exemplo, a residência de estudantes da Gulbenkian, hoje existem lá alunos do Instituto Politécnico da Guarda porque a Câmara da Guarda foi motor, foi locomotiva nessa solução. É uma residência de estudantes que pertence à Direção Regional da Educação do Centro, não é do ensino superior, é do ensino secundário como sempre foi. Estava com uma utilização diminuta e fomos nós, ainda com o anterior Presidente, mas no conjunto do Executivo, que fizemos e diligenciámos no sentido de reportar, de levar pessoas, estudantes para aquela residência. Mas não ficamos por aqui. São várias e muitas as reuniões com o Bispo da Guarda e não é de agora. Há mais de seis meses atrás, estivemos em edifícios que merecem ser requalificados e que eram soluções. O Paço Episcopal, o Seminário Maior da Guarda, que são espaços que estão, neste momento, devolutos e que é preciso tomar decisões. Tomar decisões porque os alunos estão aí. Nós assumimos com a iniciativa privada, a Guarda, com este Executivo, assume garantir todas as rendas dos alunos que vieram estudar para a Guarda, faz de avalista de todos os contratos de arrendamento, que o Instituto Politécnico e os alunos que vieram para a Guarda, com os particulares. Portanto, desde já, assumimos essa responsabilidade e já o disse ao Presidente do Instituto. Mas eu sei que esse não é o único problema, não é o único óbice à realização deste objetivo. Sabemos também que há uma dificuldade em arrendar. Permita-me, Deputado Henrique Monteiro, que eu tive há dias e, por acaso, pedi uma informação por causa de um conjunto de edifícios, se ele me sabia dizer quem eram os donos, estavam devolutos. E ele próprio me refere, permita-me esta abordagem, refere-me que as pessoas têm receio de arrendar estes espaços, porque destroem. Não é só o edifício

onde vivem, mas também as partes comuns do edifício. E isto tem criado... eu achava que, dando o aval, garantia as rendas para aqueles casos que não conseguissem, porque é fundamental para os alunos estudarem na Guarda que tenham sustentabilidade financeira para o efeito. Não é o Município, nem é o Instituto, que vai criar condições especiais para que essas pessoas estudem na Guarda. Eles têm que ter sustentabilidade financeira para estar na Guarda. Mas problemas todos podemos ter. E, nesses casos, o Município da Guarda consegue assumir aqui contratualmente a garantia, perante um senhorio, o proprietário do imóvel, com base no arrendamento e pagamento da renda. É algo que também queremos dar confiança a quem arrenda, estamos a dar um sinal de que é importante valorizar os alunos que vêm de fora. Porque é, e concordo consigo, é com a presença deles, é com a aposta na educação também desta população estudantil que vem de fora, que nós, como acontece noutras partes do país, em Coimbra, em Lisboa e no Porto, também é através deles, e eu sei bem que Portugal precisa de cinquenta mil pessoas, por ano, para conseguir ultrapassar as dificuldades de população que vão existir no ano 2050. Então, começamos já. E este é um caminho, que eu também já transmiti, e estamos em uníssono com o Presidente do Instituto para dar resposta. Mas claro, também temos edifícios que adquirimos, não para esse fim, agora, recentemente, na Praça Velha, várias casas. Temos uma casa que dá para isso que vamos adquirir já, depois de termos adquirido, esta semana, as duas que estão por reabilitar na Praça Velha. Mas temos onze frações na Rua dos Cavaleiros, ainda temos duas no Rio Diz e, com certeza, como eu disse ao Presidente do Instituto, da nossa parte estamos sempre presentes e apoiaremos todas as soluções que o Instituto Politécnico da Guarda nos apresentar para atrair mais alunos e dar condições. Não é só criar os edifícios, é preciso ter condições de qualidade, de excelência, para eles residirem no nosso território. Também é certo, esta questão, e eu não a quero politizar demais porque já se falou demais. Das duas uma, ou entregam ao Município a Pousada da Juventude e o Município abre a Pousada da Juventude, ou não entregam e se é a Fundiéstamo, sim senhora, digam o que é precisam da Câmara da Guarda. Porque nós queremos aquilo aberto, seja para o que for. E se esta é uma necessidade, é uma necessidade do Instituto? Não. É uma necessidade da Guarda. Nós queremos cá mais gente, temos que dar condições. E o Município da Guarda ou está atrás, ou vai à frente. Portanto, escolham, decidam e a gente cá está para cumprir a nossa obrigação, cumprir o mandato que os guardenses nos conferiram. Depois, Deputado Marco Loureiro, os Passadiços. Eu já o disse. Claro que quando ouvi a notícia, também digo assim: bem, isto aqui já sei que vai criar aqui... O Município, a situação financeira do Município toda a gente a conhece. O Município da Guarda não contratou um único euro até este momento, tem a tesouraria que tem, tem as contas equilibradas, assim o diz o Relatório e Contas do Revisor, diz também o documento Acompanhamento do Pael. O que acontece é o seguinte. Nós temos duas formas, ou mais, mas eu diria duas formas para fazer obras desta dimensão, desta natureza. Ou temos os fundos próprios e a gente paga, contrata e paga. Ou, não tendo o dinheiro todo, vamos ao Banco, contraímos um empréstimo. Ou fazemos uma candidatura à Europa e suportamos a parte que corresponde à componente nacional. Ora bem, nós tentámos candidatar, até agora, este projeto. Ainda não temos candidatura à Europa que apoie financeiramente esta obra. Ora bem, o Tribunal de Contas pede-nos informação: digam lá, onde é que está a candidatura? Nós temos uma candidatura para entrar, mas aonde? Em que gaveta? Não sabemos. Não há ainda uma gaveta para isso. Mas o processo está no Tribunal de Contas para apreciação.

E eles dizem: ou têm a candidatura, mostrem lá qual é, mas se não tem a candidatura, diga lá como é que vão conseguir pagar isto? E nós fizemos uma justificação a dizer: pese embora estejamos a desenvolver uma candidatura a fundos comunitários, essa ainda não foi possível de apresentar porque a União Europeia ainda não abriu as gavetas para esse efeito, mas, mesmo assim, nós temos capacidade financeira para realizar este projeto. Aliás, os contratos estão assinados, como sabem. Nós estamos apenas pendentes do Tribunal de Contas para emitir o visto, sob pena dos contratos serem ineficazes se não tiverem este visto. Portanto, nós estamos numa fase derradeira e já dissemos ao Tribunal de Contas que temos o dinheiro. Justificámos por A mais B. Como fizemos quando fizemos o Saneamento Financeiro, tivemos que explicar porque é que fizemos desta maneira e não fazíamos daquela. Portanto, não é um problema de falta de dinheiro. É dizer como é que vamos ter o dinheiro para fazer as obras. E nós já o dissemos. Temos o dinheiro, ou vamos a uma conta que temos no Município para fazer essa obra, ou não indo aí, em última instância, podemos contrair um empréstimo para o efeito. E, em última instância, ainda acreditamos que possamos candidatar esta obra à Europa. As Piscinas Municipais é uma solução podermos ali requalificar. Mas nós também temos ideias e ainda é muito cedo para estar a falar, mas, como sabem, nós temos, no programa eleitoral, um Centro de Exposições Transfronteiriço. E esse é o nosso foco. Não podemos andar a pôr os ovos em muitos cestos. Temos de pôr os ovos nos cestos que nós achamos que são determinantes para o desenvolvimento. Este espaço merece ser requalificado. Merece. Está bem, mas também há projetos que nós queremos lançar e aquilo que afligia muito, não só o Partido Socialista, mas outras forças políticas, a verdade é que os projetos que já foram lançados. Não foi este mandato, já vêm de trás. Nós temos esse compromisso. Com as condições, vamos realizar todos os que a gente prometeu, ou uma grande maioria dos que conseguimos definir no nosso caderno eleitoral. E essa é a nossa meta. Aquilo que lá está é para cumprir. Não me digam é que, como já referem no Parque de Campismo, houve dois anúncios. Quer dizer, vou agora dizer que este projeto da Incubadora ou o projeto do Centro de Exposições é para o ano, é daqui a 2 anos e, depois, lá estamos nós a ver, a contar o calendário se é mesmo naquele dia. Olha, não, já passaram dois dias, já passou um ano. Não interessa. Então, vamos ser objetivos. Objetivos é termos essa ideia objetiva de que queremos fazer os projetos que prometemos e, a seu tempo, com o mínimo de condições para os definir, mas também para vos comunicar, nós cá estaremos a dizer-vos o que é que vamos fazer, nos próximos tempos, com os projetos que queremos cada vez mais potenciar. O Geopark, a Catarina falou, e muito bem, secundado aqui pelo Marco Loureiro. É evidente que esta é uma grande marca para o território, é uma grande conquista dos Municípios. A Guarda tem o seu papel, todos temos o papel importante. Mas, para mim, ainda agora acabou de se iniciar o processo. Nós somos reconhecidos Geopark, mas inicia-se o processo. É o mesmo que ter um carro parado na garagem. Por muito bom que seja, se não tivermos carta de condução e agora é um problema de carta de condução. Se todos soubermos conduzir, iremos ter um Geopark que faz a diferença no espaço europeu porque sabemos os milhões de pessoas que circulam, ao nível mundial, ao nível europeu, para procurarem espaços com esta natureza. E, portanto, cabe-nos a nós, agora, fazer o grande trabalho. E essas questões de, mais sede, menos sede, de facto, para mim, é chocante. Na história da Guarda isso foi sempre marcante. Se era dentro, se era fora da cerca, se é na Pousada, se não é não. Não quero discutir isso porque não tem interesse. Eu sei é uma coisa. Por respeito do IPG, que me merece,

o IPG ainda não me disse que estava lá a cair água, tem boas condições para assumir as pessoas que lá estão, o projeto foi desenvolvido pelos técnicos, pelos cientistas do IPG, e essa, para mim, é uma não questão. O IPG enquanto quiser, e a Guarda também quer, será no IPG. Porque a Guarda nunca se vai rebaixar a ninguém porque foi ali que foi feito o trabalho. Eu nunca irei pedir a outra Instituição, seja ela qual for, que determinada valência tem que vir para a Guarda, ou tem que ir não sei para onde. Há coisas que, naturalmente, estão onde estão e bem. O trabalho foi feito, é uma grande conquista, as condições estão lá. Portanto, o IPG é uma boa solução para prosseguir com este grande projeto para o futuro. Isso é muito redutor. Temos é que pensar em conduzir o tal carro e vamos ver se, todos nós, temos carta de condução para o fazer...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, já ultrapassou em dois minutos por isso pedia-lhe que condensasse, por favor.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Já vou terminar, muito rápido. Deputado Monteirinho, estou de acordo. Mas verdade, verdadinha, é que, quer o Cobertor de Papa, quer a Cestaria, quando as empresas, as coletividades encerraram, quando definhou este produto foi na gestão do Partido Socialista. E somos nós agora, há seis anos a esta parte, que estamos a levantar a nossa identidade. Que estamos a levantar aquilo que somos e que acreditamos que pode ser um fator diferenciador desenvolvimento. E agora: não, não queremos que seja um espaço museológico. Vocês mataram-nos. Vocês mataram este produto. Vocês nunca olharam para ele com a potencialidade que ele tinha. Mas agora, Aqui d’El Rei, porque nós queremos é a ciência viva, queremos espaço vida, queremos que a Cestaria tenha vida. É o que estamos a fazer. Por isso, há pouco, eu referi. O Instituto Politécnico de Castelo Branco, a UBI, o IPG, nós desafiámos para ou o Centro de Promoção da Cestaria, ou outra solução quaisquer. Estas entidades estão no processo e nós queremos que o Cobertor de Papa, que não é dos Trinta, o Cobertor de Papa é do mundo, é da Guarda, mas é também dos Meios, é também de Maçaínhas, dos Trinta e é desta região toda. E é assim que nós temos que olhar para ele. Por isso, e feita esta consideração, só para terminar aqui dizendo, mais uma vez, ao Deputado Henrique Monteiro, que nós, para além da aposta que temos feito no ambiente, como eu acabei de referir, nós queremos também ganhar aqui uma dimensão em termos de política fiscal, queremos evoluir nisso, mas os projetos, as necessidades ainda são abrangentes. Mas isso, de seguida, iremos debater. Obrigado, senhora Presidente.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito Obrigada senhor Presidente. Passávamos agora à Discussão do ponto 2.2.” -----

**Ponto 2.2 - Discussão e votação da proposta de Transferência de Competências para as Autarquias Locais e para as Entidades Intermunicipais, previstas na Lei 50/2018, de 16 de agosto, e consubstanciadas nos seguintes diplomas sectoriais: DL 22/2019, de 30/01/2019; DL 106/2018, de 29/11/2018; DL 104/2018, de 29/11/2018; DL 105/2018, de 29/11/2018; DL 97/2018 de 27/11/2018; DL 98/2018 de 27/11/2018; DL100/2018 de 28/11/2018; DL 101/2018 de 29/11/2018; DL 103/2018 de 29/11/2018; DL 107/2018 de 29/11/2018; DL 20/2019 de 30/01/2019; DL 21/2019 de 30/01/2019; DL 23/2019 de 30/01/2019; DL 58/2019 de 30/04/2019; DL 72/2019 de 28/05/2019; DL 116/2019 de 21/08/2019. -----**

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Eu ia primeiro perguntar, senhor Presidente, pretende intervir sobre este ponto? Então, faz favor. Depois eu já digo o que ia dizer a seguir.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Muito bem. Senhora Presidente. Relativamente a este ponto é algo semelhante ao que tem vindo a acontecer em sessões anteriores da Assembleia, em que, de facto, nós temos um conjunto de competências que já assumimos naquilo que é o quadro legal do Município. Já assumimos a cultura, a gestão do património imobiliário público, as estruturas de atendimento do cidadão e a habitação. Estas foram competências que nós assumimos até esta data. Mas outras estão também elencadas e, por isso, aqui trazemos a esta reunião da Assembleia Municipal, mas com as quais nós não aceitamos. Quer dizer, poderíamos num processo de transferência de competências, num processo de descentralização, claro que é bem visto pelos Municípios. O municipalismo enriquece-se com essa ação por parte do Governo. Mas, aquilo que já é nossa experiência de dois anos e naquelas competências que já são nossas, nós nunca tivemos um momento em que o representante do Governo veio ao Município e relativamente a estas competências que eu acabei de referir, ficaram delimitadas as diretrizes, os trâmites, para que fosse exequível a assunção destas competências. Até hoje, nestas que já assumimos, não houve nenhum contacto, não houve nenhuma reunião. Aliás, de acordo com o que estava previsto e daquilo que foram as palavras do próprio Secretário de Estado e do Ministro era que teria que haver reuniões preparatórias, reuniões intercalares, reuniões onde se debate nesta competência. Nós pedimos o edifício tal, estamos à espera de respostas. Há edifícios da Administração Central na Guarda. Queremos esses edifícios, até hoje não há resposta. Ou seja, para além desta matéria, em que não há uma verdadeira articulação entre aquilo que é a exequibilidade da decisão do Governo e a transposição, a transferência para os Municípios e sentarmo-nos à mesa para definir concretamente esses trâmites, nunca o Governo deu um passo nessa matéria. Ainda assim, o que é que tem acontecido e motivo pelo qual também não aceitamos as competências que estão na alínea b), da proposta que vos trazemos. É o seguinte. Nós, para acautelar estas competências, precisamos de recursos financeiros, é preciso recursos humanos. Mas quem são estes recursos humanos? Vêm em que regime? Por exemplo, no âmbito da educação. Nós deparamos com situações de vinculação à administração pública diferenciadas, ou seja, o regime laboral que está subjacente aos funcionários que trabalham no ensino básico, que já está sob a tutela do Município, é diferente do regime legal que estão sujeitos os trabalhadores que estão, por exemplo, no ensino secundário. Ora, nós, ao assumirmos, com estas vicissitudes que eu há pouco referi, mas ao assumirmos esses trabalhadores vamos criar quadros locais diferentes para as mesmas funções. A mesma auxiliar, ao lado de um auxiliar que vem do Município e a outro auxiliar que veio de uma escola secundária, vão ter remunerações e regras diferentes. Isso traz-nos também, não é um conflito, mas temos aqui uma incompatibilidade de gestão que é preciso dirimir. As tais reuniões eram importantes para nós definirmos melhor de que maneira é que esses recursos humanos vêm para o Município e como vamos articular, de uma forma mais harmoniosa, de uma forma mais unificada, todos estes recursos humanos. Por outro lado, também sabemos que a regra do financiamento, por exemplo, nas escolas, são cerca de 10 mil euros por escola, independentemente do tamanho, independentemente do grau de deterioração. Ora, isto são situações que nos trazem algum constrangimento. Mas também sabemos que, em 2021, nós vamos ter que aceitar estas competências. E

há que preparar, de facto, 2021. Estamos a fazê-lo. Desde logo, são importantes estas informações. Porquê? Porque temos que preparar o quadro de pessoal. Ora, o quadro de pessoal, tal como está, não é adaptável à assunção de novas competências e, quando elas surgirem, porque vão surgir, nós sabemos disso, vamos integrar que pessoas? Que qualificações elas têm que ter para dar resposta a essas novas competências? Esse é um grande desafio para os Municípios. Mas não tenho dúvida que o primeiro alicerce para nós concretizarmos esta transferência de competência é esta proximidade, esta reunião permanente no sentido de colmatarmos algumas das dificuldades, onde se inserem as que eu acabei de referir. E isto tem servido aqui de óbice a nós assumirmos as competências que estão previstas, de uma forma global, na alínea b). Depois, uma nova competência quanto à Comunidade Intermunicipal. Nós não nos opomos e, por isso, propomos aqui que aceitamos que a CIM, se assim o entender e tiver condições, que assumas as competências que lhe aprovar. Nesse ponto, nós não temos restrição e a nossa proposta é nesse sentido, desde que a CIM, nós não nos opomos. Mas se a CIM assim decidir aceitar ou não, é uma decisão única e exclusivamente que vai responsabilizar a Comunidade Intermunicipal. Na alínea d), relativamente ao modelo de cogestão das áreas protegidas, também aqui nos traz alguma dificuldade na assunção desta competência porque não temos os recursos humanos, não está definido. Ficou explícito naquilo que está no diploma que a constitui, mas também nas palavras do senhor Secretário de Estado das Autarquias Locais que iria haver, e pelo pessoal técnico, iriam haver as tais reuniões intercalares, reuniões preparatórias. Nunca aconteceu nenhuma até hoje. Nas contraordenações, uma no âmbito da cogestão das áreas protegidas, uma das subcompetências é a aplicação de contraordenações. Onde é que está o pessoal? Quem são os inspetores? Quem são os fiscais? Que meios é que temos para ir visitar os territórios? Quer dizer, não temos essa concretização que é uso tentáculo para nós assumirmos estas transferências. Na ausência destes elementos básicos, deste substrato, quer pessoal, financeiro e patrimonial, nós não podemos, não temos condições, neste momento, de assumir estas competências. E é isso que nós trazemos aqui a esta Assembleia para ser votado. Muito obrigado, senhora Presidente.”

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente. Alguém pretende intervir? Senhor Deputado Rui Ribeiro, faz favor.” -----

- **Deputado Rui Ribeiro (PS):** “Boa tarde a todos. A Bancada do PS, na Assembleia Municipal, ao longo das anteriores votações para este efeito, para o efeito da transferência de competências para as Autarquias Locais, teve como posição central que o Executivo deveria ter aceitado negociar estas transferências, nomeadamente no que respeita aos respetivos envelopes financeiros. Aliás, o senhor Presidente acabou de nos transmitir que, no caso das competências que foram aceites, as negociações ainda não avançaram por aí além, ou praticamente nada, mas também do que julgo saber, essa aceitação dessas competências, ainda não representou encargo para o Município. O que há é uma porta aberta para negociar e essa negociação ainda não foi concluída. E, portanto, nós achamos que este exemplo devia ser estendido às restantes competências como, aliás, já tivemos aqui a oportunidade de dizer nas votações anteriores, que deveriam ter sido abertas essas portas e ter sido dada essa abertura para negociação. Portanto, não tendo sido essa a opção do Executivo, embora acompanhem os pontos a) e c) da proposta, entendemos que o proposto nos pontos b) e d) dessa mesma proposta, que nos traz o senhor Presidente de Câmara, deveria ser em sentido oposto

àquele que lá consta. E, por isso mesmo, tratando-se de uma proposta global que tem dois pontos a favor e dois contras, votaremos contra ela nos termos em que ela está elaborada. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Mais alguém para intervir? Senhor Deputado Aires Diniz, faz favor.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “A nossa força política é contra esta delegação de competências, em tese, e estamos a ver que a concretização da delegação de competências esbarra na falta de consequências a nível político, de transferência de recursos financeiros e humanos e, portanto, à partida, acompanharemos a questão da rejeição, o não pretender da transferência das competências. Há aqui alguma confusão porque CIMBSE vai aceitar se quiser e nós aceitamos aqui a proposta que acorda na receção pela CIM, mas, o que é certo é que não sabemos muito bem quais são as consequências dessa aceitação pela CIM. E, portanto, as consequências financeiras e de recursos humanos. E há depois aqui a questão da cogestão das áreas protegidas, que também não é muito claro aquilo que vai acontecer, porque pode haver, nessa gestão, alguma agressão aos direitos das populações afetadas. E eu, ainda há dias alguém falou que, na questão do Parque Natural da Serra da Estrela, pode haver problemas e eu sei que, por exemplo, na parte de Montesinho, em Bragança, também há problemas porque eu conheço esses problemas in loco, porque eu pertença lá a uma associação que quer defender os agricultores. E, portanto, é assim, nós somos contra a aceitação de qualquer competência e é isso que eu quero votar.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Tiago, faz favor.” -----

- **Deputado Tiago Gonçalves (PSD):** “Boa tarde a todos, mais uma vez. Estamos aqui, neste ponto 2.2, confrontados com a necessidade de nos pronunciarmos sobre a transferência de competências do Governo para os Municípios de um vasto conjunto de áreas. Ao contrário do que disse o Aires Diniz que me antecedeu, o PSD é uma força política que, em teoria e em tese, defende claramente essa descentralização de competências. E, como é sabido, teve até um papel importante na negociação deste pacote legislativo, através do nosso ex-Presidente de Câmara, Dr. Álvaro Amaro. Somos um partido eminentemente descentralizador, razão pela qual esta transferência de competências devia merecer o nosso aplauso. Mas como, e aproveitando um bocadinho aquilo que disse o Aires Diniz, uma coisa é a teoria e outra coisa é a prática. E, na prática, o Governo, na execução desta transferência, está a falhar clamorosamente e sobretudo no aspeto mais importante do ponto de vista da visão de sustentabilidade, que as Autarquias têm que ter se não quiserem ser absolutamente irresponsáveis. O Governo tem que mostrar efetivamente ao que vem e apresentar, de uma vez por todas, o pacote financeiro que acompanha cada uma destas competências que transfere para as autarquias locais. Não o fazendo, a verdade é que mais vale travar a fundo este processo no próximo ano. E isto porque, conforme disse e muito bem o nosso Presidente de Câmara, a verdade é que, em 2021, estas transferências vão passar automaticamente, se a lei não mudar até lá. Chegará, por isso, o momento em que não precisaremos de, nesta Assembleia, nos pronunciar e a Câmara Municipal da Guarda ou recebe estas competências de forma voluntária, ou de forma involuntária. E isso, independentemente das mudanças legislativas que possamos desejar no próximo ano,

é um trabalho que tem que começar já. E, por isso, senhor Presidente, independentemente da luta que, em conjunto com outros Municípios do país, julgo que irá travar para que as competências não passem automaticamente no ano 2021, a verdade é que lhe pedimos, e lhe pedimos enquanto Grupo Municipal, mas, no fundo, creio que posso fazer minhas até as palavras dos outros Grupos Municipais, que comece realmente a ser ponderado e pensado quais são os recursos humanos que já existem nesta Câmara Municipal da Guarda, que podem ser aproveitados para as novas áreas de competência. Que seja realmente ponderado quantos recursos humanos e em que áreas eles precisarão efetivamente de ser contratados, para receber essas competências no ano 2021. E, também, uma coisa tão importante como essa, é qual a estratégia que nós queremos desenvolver, enquanto Município da Guarda, nestes diferentes domínios de competência que nos poderão ser atribuídos. É preciso que comecemos a abordar estas e outras questões, pois, neste momento, ainda nos basta dizer que não. Mas, no próximo ano, já poderemos estar confrontados com o facto consumado. Assim, porque é premente usarmos da maior responsabilidade e prudência, rejeitamos as competências para este ano de 2020, certos, também, que ao longo do ano 2020, teremos discussões sérias e relevantes sobre a estratégia e meios necessários para as assumir em 2021, se for esse o caso.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Henrique Monteiro, faz favor.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Sobre esta matéria, acho que o tempo está a dar razão a CDS quando disse que isto não era uma descentralização, mas era apenas um processo gerador de confusão. E ela está aqui claramente assumida. Manter-nos-emos fiéis àquilo que foram as nossas posições. Votar contra as deliberações que determinem a assunção de competências e concordar com a declinação dessas mesmas competências. Eu penso que o documento será votado, senhora Presidente, penso que o documento será votado alínea a alínea e não pelo todo, não é? Obrigada.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Sim, alínea a alínea. Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém para intervir? Não? Muito bem. Então, vamos passar à votação desta proposta e vamos fazer a votação alínea a alínea. Relativamente à alínea a), que são as competências que o Município pretende aceitar, à semelhança do que já aconteceu em 2019, também aceitou estas competências que se referem à cultura, gestão do património imobiliário público... Não vamos discutir outra vez a proposta. Em todas as Assembleias tem sido assim. Discutimos isso da primeira vez que vieram à Assembleia. Não é verdade, isso. Eu já expliquei isso. A proposta é única mas pode ter vários assuntos sujeitos a votação diferente. Não tem que ter uma proposta por cada um dos temas. Não tem que ter. Já falamos sobre isso. Mas não é confusão, vocês é que estão a achar que é confusão. É uma proposta única que tem vários temas que podem ser votados em separado, sem problema nenhum. O que vamos votar... não, na Ordem do Dia está bem. O que vai à Ordem do Dia é a transferência de competências para as Autarquias e para a CIM. É o que lá está. Qual é que tem mais do que um ponto? Não sei se tem. Tem? Não sei. Já vemos. Mas pode ser votado em separado. Pronto, mas esta questão da transferência de competências, já falámos sobre isto várias vezes. Bom, mas o que eu estava a dizer é que temos, na alínea a), as competências que o Município vai

aceitar para 2020 e que são os mesmos que já aceitou em 2019 e que são cultura, gestão do património imobiliário público, estruturas de atendimento ao cidadão e habitação. E eu punha, para já, esta alínea a votação. O Município pretende aceitar estas competências para 2020, como digo, à semelhança do que já aconteceu em 2019 que também aceitou estas competências.” -----

*- Resultado da votação do Ponto 2.2 - Discussão e votação da proposta de Transferência de Competências para as Autarquias Locais e para as Entidades Intermunicipais, previstas na Lei 50/2018, de 16 de agosto, e consubstanciadas nos seguintes diplomas sectoriais: DL 22/2019, de 30/01/2019; DL 106/2018, de 29/11/2018; DL 104/2018, de 29/11/2018; DL 105/2018, de 29/11/2018; DL 97/2018 de 27/11/2018; DL 98/2018 de 27/11/2018; DL100/2018 de 28/11/2018; DL 101/2018 de 29/11/2018; DL 103/2018 de 29/11/2018; DL 107/2018 de 29/11/2018; DL 20/2019 de 30/01/2019; DL 21/2019 de 30/01/2019; DL 23/2019 de 30/01/2019; DL 58/2019 de 30/04/2019; DL 72/2019 de 28/05/2019; DL 116/2019 de 21/08/2019: -----*

**Alínea a)** com sessenta e um votos a favor e quatro votos contra, que seja comunicado à Direção-Geral das Autarquias Locais, que o Município da Guarda pretende, no ano de 2020, a transferência das competências anteriormente recebidas previstas nos: -----

- DL 22/2019, de 30 de janeiro que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da cultura, ao abrigo do artigo 15.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto; -----

- DL 106/2018, de 29 de novembro, que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da gestão do património imobiliário público, ao abrigo do artigo 16.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto; -----

- DL 104/2018, de 29 de novembro que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das Estruturas de Atendimento ao Cidadão, ao abrigo do artigo 22.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto; -----

- DL 105/2018, de 29 de novembro que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da Habitação, ao abrigo do artigo 17.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto. -----

**Alínea b)** com cinquenta e dois votos a favor e doze votos contra, que seja comunicado à Direção-Geral das Autarquias Locais, que o Município da Guarda não pretende, para ano de 2020, a transferência das restantes competências previstas na Lei n.º 50/2018 e consubstanciadas nos diplomas sectoriais emanados ao abrigo desta (DL 97/2018 de 27/11/2018; DL 98/2018 de 27/11/2018; DL100/2018 de 28/11/2018; DL 101/2018 de 29/11/2018; DL 103/2018 de 29/11/2018; DL 107/2018 de 29/11/2018; DL 20/2019 de 30/01/2019; DL 21/2019 de 30/01/2019; DL 23/2019 de 30/01/2019; DL 58/2019 de 30/04/2019; DL 72/2019 de 28/05/2019; DL 116/2019 de 21/08/2019). -----

**Alínea c)** com sessenta e dois votos a favor e quatro votos contra, que seja comunicado à CIMBSE, para efeitos da comunicação da responsabilidade desta, que o Município acorda na receção pela CIMBSE, para o ano de 2020, das competências previstas na Lei n.º 50/2018 e consubstanciadas nos diplomas sectoriais emanados ao abrigo da mesma.

**Alínea d)** com cinquenta e quatro votos a favor e onze votos contra, que seja comunicado à Direção-Geral das Autarquias Locais, que o Município da Guarda não pretende, no ano de 2019, a transferência das competências previstas no Decreto-Lei

n.º 116/2019 de 21 de agosto, que define o modelo de cogestão das áreas protegidas e que concretiza o princípio de participação dos órgãos municipais na respetiva gestão, ao abrigo do previsto na alínea c) do artigo 20.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto e, em consonância com o anteriormente exposto, também não o pretende para o ano de 2020.

### **Ponto 2.3 - Discussão e votação da proposta de Taxa Municipal de Direitos de Passagem.** -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor presidente, não? Muito bem. Então, eu posso... sim, eu ia sugerir uma coisa, se me permitem. É apenas uma sugestão, se não concordaram, voltamos atrás. Podemos pôr à discussão e votação, embora façamos depois a votação ponto a ponto, este conjunto de impostos que aqui está. Ou seja, do ponto 2.3 ao 2.6. Alguém se opõe? Eu só estou a falar da discussão, depois votamos ponto a ponto. Só estava a falar da discussão. Quem quisesse intervir, fazia a intervenção... a não ser que vocês tenham intervenções em separado. Não? Têm? Mas podem falar um de cada. Sim, ok. Então, vamos lá. Os pontos são: discussão e votação da proposta de Taxa Municipal de Direitos de Passagem; discussão e votação da proposta da Taxa de Derrama; discussão e votação da proposta de Fixação da Participação Variável no IRS e discussão e votação da proposta de Fixação da Taxa do Imposto Municipal sobre imóveis. Sobre estes temas, já temos o senhor Deputado Aires Diniz que quer fazer uma intervenção. Faz favor. Pode falar logo de todos. O senhor nem precisa de mudar, é só um. Fala logo de todos.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Bem, eu ainda não tinha feito a saudação às pessoas, faço agora. Faço também a saudação à Dra Cristina, que é hoje a primeira vez que a vejo aqui no Executivo Municipal. E em relação vários impostos, é assim. Eu, em relação às Taxas Municipais de Direitos de Passagem, acho que, quem devia pagar, eram as operadoras de telemóveis, de telefones e outras coisas mais. Eles é que usam o território para ganhar dinheiro. E, portanto, nós, que somos munícipes, aqui e acolá, apagamos, porque é esta a tradição de ser quem está a viver é que paga. Mas quem devia pagar eram as pessoas que utilizam o território e que utilizam as várias redes que aqui circulam, que deviam pagar. Portanto, é aí que eu não estou de acordo. Em relação ao resto, penso eu que os impostos, em princípio, são para todos nós pagarmos. Pareceu-me que o IRS não há grande vantagem em haver deduções para as pessoas, porque interessa é que as pessoas que têm mais dinheiro é que são beneficiadas com estes ajustamentos e, portanto, aqui, neste caso, dentro de uma política distributiva, não deve haver tolerância, digamos assim... como é que isto se chama... que é aplicação da Participação Variável no IRS. Portanto, essa fixação, os 5% devem ser pagos por todos. Portanto, não estou de acordo na parte dos Direitos de Passagem. Acho que devemos votar contra, ou que vamos votar contra. Mas, no resto, votamos a favor. Disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém para intervir sobre estes pontos? O senhor Deputado Henrique Monteiro, faz favor.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Nestes pontos, o Município decidiu manter os níveis de impostos e das taxas e nós já o dissemos aqui. Isto é contrário ao incentivo para a fixação das pessoas. Nós, em tempos, tínhamos

apresentado aqui uma proposta que ia no sentido de que o IMI pudesse reduzir 0,25 ao ano, para que, no final deste mandato, pudesse atingir a taxa mínima dos 3 pontos. Parece-me que o rumo realmente não está a ser esse, apesar de, na altura, o senhor Presidente até o ter considerado razoável. Claramente que não concordamos com esta situação e entendemos que o Município deve usar as ferramentas fiscais que tem ao seu alcance para favorecer quem aqui vive, quem aqui se quer instalar e, de alguma forma, dar o seu contributo também para a inversão do processo de povoamento. Obrigado.”-

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém para intervir? Faz favor, senhor Deputado Monteirinho.” -----

- **Deputado António Monteirinho (PS):** “Senhora Presidente, para não confundirmos aqui, eu agora venho falar sobre a Derrama, depois falarei sobre o IMI...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Sim, sim. É só uma questão de identificar o ponto sobre o qual está a falar.” -----

- **Deputado António Monteirinho (PS):** “Muito bem. Eu gostaria de discordar um bocadinho de intervenção do Senhor Henrique Monteiro, porque ele disse aqui que a Autarquia resolveu manter os níveis taxas e impostos. E, caros Deputados, não é verdade. Parcialmente, há cidadãos nesta Guarda que vão sofrer um aumento de impostos. Senão, vejamos. Diz a atual proposta da Derrama, o ponto 1, o ponto 2 e o ponto 3, em que lança 1% até o limite de 1,5 sobre o lucro tributável... vou deixar de ler isto, mas aquilo que se passa é que houve dois pontos que foram cortados da proposta do ano passado. Eu não sei se isto foi um lapso ou se não foi. Então, eu vou ler os dois pontos que estavam na proposta anterior e o senhor Presidente vai responder. A isenção da derrama 2018 ou sujeitos passivos do ramo das atividades de restauração e pequeno comércio, conforme cai listados em anexo I, e que faz parte integrante da presente proposta com um volume negócio inferior a 150 mil euros. É ou não é verdade que, no ano passado, os pequenos comerciantes e a restauração estava fora deste o imposto? E a pergunta que eu coloco é muito simples. Está disposto o Executivo e o PSD a assumirem o ônus político desta proposta? É que toda a gente disse que não havia aumento de impostos e afinal temos aqui milhares de pequenos comerciantes, com um volume negócio inferior a 150 mil euros, que agora vão pagar a derrama. Não posso deixar de salientar mais um pequeno aspeto e o senhor Presidente vai-me responder com toda a certeza. Se está disposto a assumir essa responsabilidade política e o PSD também. Mas deixe-me dizer o seguinte. Em 2017 a derrama deu, em termos de receita, 628 mil, 833. Em 2018 já deu 1 milhão, 109 mil, 975. E isso significa que houve uma variação de 76,51%. Ou seja, mais uma vez, a Autarquia está disponível para ser o sorvedor de dinheiro e afinal vai, efetivamente, aumentar os impostos. Fico a aguardar esclarecimentos, senhor Presidente.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Henrique Monteiro, faz favor.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Nesta matéria, também quero lembrar aqui que o Governo também deu o seu contributo para agravar a vida às famílias ao aumentar o valor de referência por metro quadrado, para cálculo das taxas de IMI, de 603 euros para 615. O que significa que muitos dos nossos concidadãos, que

pensavam até pedir uma reavaliação da respetivas habitações, neste momento, ao fazerem, correm o risco de ver o imposto ser agravado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém para intervir? Se faz favor, senhor Deputado Ricardo.” -----

- **Deputado Ricardo Neves de Sousa (PSD):** “Senhora Presidente da Mesa, destintos Membros, senhor Presidente do Executivo, senhoras e senhores Vereadores, senhoras e senhores Deputados, senhoras e senhores Presidentes de Junta, Técnicos da Câmara Municipal, Comunicação Social, restante público, uma boa tarde a todos. Como nós sabemos, os Municípios têm, basicamente, duas grandes fontes de financiamento. Uma é o dinheiro que vem do Orçamento que vem do Estado e a outra são a receitas próprias. E o próprio legislador, para evitar que as Câmaras às vezes se esticassem muito, definiu balizas, dentro das quais, os Municípios podem ajustar em função daquilo que é conjuntura num determinado momento, as taxas podem variar dentro de um determinado intervalo. E, portanto, é um instrumento à disposição dos Municípios para adquirir receita, para depois redistribuir sobre a forma que eles melhor sabem fazer, criando infraestruturas à população, oferecendo situações para os jovens em termos de desporto, para recuperação de casas para outras atividades. Olhem, também servem sabem para quê? Para ter dinheiro no banco, para quando um concurso ou uma determinada candidatura não funciona, tem que ser recursos próprios para ser acorrer se se quiser fazer obra. Portanto, os impostos que se compram também servem para isso. Obviamente que a fixação da taxa de imposto é uma opção gestionária, de um determinado Executivo. Estes senhores, quando chegaram cá à Câmara em 2013, se bem me recordo, foi nesta sala em 18 de outubro de 2013 que tomaram posse, encontraram as finanças municipais, bem, naquele estado que eu já me vou abster de dizer, porque todos nós sabemos como é que estavam. E, inclusivamente, foram obrigados a fazer um Plano de Saneamento Financeiro, que nós falaremos mais à frente noutro ponto, mas que esse plano impunha entre, outras coisas, que, por exemplo, a nível do IMI, se utilizasse a taxa máxima de 0,45%. Isso era o máximo definido por lei e que, à data, foi imposto legalmente para se poder acorrer a esse tal Plano de Saneamento Financeiro que esta Autarquia precisava como de pão para a boca, porque o Executivo socialista, há data, como sabemos, depauperou, vilipendiou as finanças municipais. Estes senhores, paulatinamente, tiveram que recuperar este colosso, e transformá-lo naquilo que são hoje umas finanças sãs, umas finanças que não envergonham ninguém e que têm liquidez para acorrer a vários investimentos. Mas, no que toca aos impostos, isto traduz uma opção gestionária deste Executivo. São impostos equilibrados, impostos que balanceiam aquilo que é a maximização, ou melhor, a otimização da obtenção de recursos como preocupações sociais ao nível daquilo que são os nossos munícipes. E, a título de exemplo, por exemplo, no caso do IMI, em que famílias com um dependente têm um desconto de 20 euros, famílias com dois, de 40 euros, e famílias com três ou mais, um desconto direto de 70 euros, naquilo que é o pagamento do IMI desse ano. E se quisermos fazer até aqui uma conta, vamos considerar academicamente o valor de um imóvel que seja de 100 mil euros, que não há de andar muito distante daquilo que é o valor médio de um imóvel na cidade da

Guarda. Ora bem, aplicando-lhe aquilo que é taxa de 4% que este Executivo determinou, que já é inferior à taxa de 4,5% que o plano de saneamento financeiro obrigada, vai dar um valor anual, por família, de 400 euros. Vamos supor que descemos a taxa para 0,35%. Dá uma descida de 50 euros por ano. Obviamente que, 50 euros, numa família, é dinheiro. Mas isto traduz cerca de 4,12 euros por mês. 4,12 euros por mês pesará muito numa família? Eu julgo que não. Mas esses 4,12 euros, vezes não sei quantas famílias, vezes não sei quantos meses, traduz um valor importantíssimo e considerável para o Executivo da Guarda. E, portanto, são estas contas que nós temos que fazer. Se queremos ter uma Câmara interventiva, preocupada, que olhe para o futuro, que queira construir a obra que alavanque esta cidade e que crie o dinamismo que já existe e que todos nós ambicionamos que seja maior, precisa de ter esta estratégia para que a coisa se mantenha equilibrada e sustentável. Mas, eu acredito e acredito piamente, acredito mesmo com muita convicção que este Executivo é sensível a que, no futuro, proximamente, se as contas assim o permitirem, que baixe, dentro das medidas das possibilidades, algo nestes impostos municipais, também como forma de mostrar a sua preocupação com aquilo que são as preocupações das pessoas e das famílias. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém para intervir? Senhor Deputado Rui Ribeiro, faz favor.” -----

- **Deputado Rui Ribeiro (PS):** “Sobre a proposta do Executivo, relativo à Taxa Variável de IRS, cabe-me referir que, em linha com o que tem sido as opções políticas deste Executivo, em matéria fiscal, mais uma vez, estamos perante uma proposta ilustrativa da contradição entre o discurso e a prática. Por um lado, exige-se, e bem, do Governo central, medidas que contribuam para a fixação de pessoas nos concelhos de baixa densidade como o nosso. Por outro, nas medidas que dependem diretamente das suas opções políticas, abre mão dos poucos instrumentos de que dispõe para contribuir para essa fixação de pessoas. O Deputado da Bancada do PSD referiu aqui o diferencial que representa uma descida para as famílias, mas quando nós ambicionamos que o nosso parque habitacional seja recuperado e que as pessoas invistam na recuperação de imóveis, para arrendamento, por exemplo, se calhar para o investidor que tem duas ou três casas, a descida já é mais sensível e já contribui para a sua decisão de investir ou não. E, portanto, entendemos que a participação variável de IRS é um exemplo desta contradição do Executivo que nos traz uma proposta adoção da taxa máxima prevista na legislação aplicável. E, portanto, em face dessa contradição, a Bancada do Partido Socialista na Assembleia, votará contra a proposta de Fixação da Participação Variável do IRS apresentada pelo Exmo. Senhor Presidente da Câmara. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém... Sim, sim. Faz favor senhor Deputado Ricardo.” -----

- **Deputado Ricardo Neves de Sousa (PSD):** “Muito obrigada, senhora Presidente, por esta oportunidade. Eu apenas quero dizer uma coisa que, há bocado, me esqueci. Como é que um partido, o Partido Socialista neste caso, que hoje, em 2019, carrega sobre nós a maior carga fiscal da nossa história, e repito, o Partido Socialista, em 2019, em

Portugal, lançou sobre os contribuintes maior carga fiscal da história da democracia portuguesa e, depois, tem a veleidade de vir para Assembleia Municipal da Guarda a pedir, a implorar para que se desçam os impostos. Olhe, senhor Deputado, com todo o respeito, amizade e consideração que me merece e que sabe que é verdade, peço-lhe de que leve essa sua retórica e esse seu empenho junto do Primeiro-Ministro do seu Governo, no sentido nos alivar, a todos, a carga fiscal da qual somos vítimas anual e mensalmente. Era só isto. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Mais alguém para intervir? Senhor Deputado Monteirinho, faz favor.” -----

- **Deputado António Monteirinho (PSD):** “Senhora Presidente, antes de falar sobre o IMI, sobre a proposta que nós vamos apresentar, sobre a proposta de alteração ao IMI, não podia de deixar o nosso Deputado do PSD sem uma pequena resposta, um pequeno apontamento. Não tão eloquente, com toda a certeza. Mas eu acho que o Presidente da Câmara da Guarda deveria seguir a máxima do líder do PSD, que promete que vai baixar os impostos. Portanto, porque é que o Presidente da Câmara aqui não quer baixar os impostos? Essa é que é a pergunta que se coloca. Portanto, deveria seguir essa máxima. Eu acho que sim, que ficaria muito bem. Sobre a proposta de alteração de Fixação da Taxa de Imposto Municipal sobre o IMI, o PS apresenta uma proposta em que, exatamente de encontro àquilo que também foi apresentado pelos Vereadores na Câmara Municipal, em que o valor deveria ser de 0,3. E apontamos aqui um conjunto de considerações que são, eu acho que são importantes. Não sem antes dizer que nós, neste momento, estendemos a mão a todos os partidos, a oportunidade do PSD também de votar a favor e redimir-se daquilo que anteriormente tem apregoado, mas, ao Executivo, estendemos a passadeira vermelha para poder recuar e ir atrás da nossa proposta de 0,3. Isto considerando as diversas afirmações por parte do Presidente da Câmara Municipal da Guarda, garantindo que o Município se encontra em equilíbrio financeiro. Considerando o valor de IMI cobrado no ano 2018, 6 milhões, 491 mil e 362, foi superior em 3,64%, em relação ao ano 2017. Prevê-se o aumento relativo da mesma ordem de grandeza para o ano 2019. Considerando que os impostos diretos aumentaram 0,94, entre os anos 2017 e 2018, correspondente a um valor 793,536 mil. Todos estes considerandos que aqui estou a apresentar constam no relatório do Plano de Saneamento Financeiro ou no relatório do Revisor Oficial de Contas. Considerando que os impostos e taxas tiveram um aumento colossal no primeiro semestre de 2019, em relação ao mesmo período homólogo de 2018, no valor de 1 milhão, 490 mil e 039, em termos percentuais representa 33,1%, conforme relatório do primeiro semestre de 2019 do Revisor Oficial de Contas. Considerando o total dos proveitos registados, registaram um acréscimo de 4,5% no primeiro semestre 2019, em comparação com período homólogo de 2018, totalizando um valor de 864 mil, 466. Considerando que a média da receita corrente cobrada, líquida, nos exercícios de 2016, 2017 e 2018 é, em média, 36 milhões, 113 mil e 187, denotando um crescimento acentuado e persistente ao longo do vosso mandato. Considerando o comparativo entre a média semestral do Plano de Saneamento Financeiro e a execução do primeiro semestre de 2019 da receita, apresentando uma variação positiva, reparem bem neste valor, em relação ao primeiro

semestre de 2018 e de 2019, apresenta uma variação positiva de 3 milhões, 661 mil e 439, do Relatório do Revisor Oficial de Contas e, como a evolução da receita municipal de Autarquia tem vindo a apresentar uma subida constante, progressiva, ao longo do mandato Autárquico, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista considera que estão reunidas as condições necessárias e suficientes para diminuir em 0,1 a Taxa do IMI. Convém ainda salientar que estas são opções políticas do atual Executivo, os impostos diretos e as taxas são da total responsabilidade deste Executivo do Partido Social Democrata, que quando tendência é criar incentivos e condições para que as pessoas residam no território, optam por onerar, cada vez mais, o cidadão. Assim, face a estes considerandos expostos anteriormente, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, apresenta esta proposta de forma séria e sustentada para baixar a taxa do IMI nos seguintes termos: alterar o número 1 da proposta da Autarquia, a Fixação da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, para 0,3% de acordo com a alínea c), do nº 1, do artigo 112º do CIMI. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém pretende intervir? Senhor Deputado Pedro Nobre, faz favor.” -----

- **Deputado Pedro Nobre (PSD):** “Boa tarde a todos. Baixar de 0,4 para 0,3, é baixar 25% da taxa, não é 0,1. É só este pequeno lapso, porque o senhor diz aqui que o imposto do IMI aumentou 3 e pouco por cento e, depois, para compensar isso, quer baixá-lo em 25%. É só isso.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Mais alguém para intervir sobre estes pontos? Senhor Deputado Monteiro, faz favor. A seguir já vai o senhor Deputado Marco.” -----

- **Deputado António Monteiro (PS):** “Como agora o Partido Socialista é das contas certas, eu pedi ao Mário Centeno para me ajudar aqui a fazer as contas e não será 25%, de certeza. Eu acho que... está? Então, pronto. Vamos lá às contas que eu também acho que são importantes. Dizem o seguinte. Dizem que é baixar 25%. Baixar o IMI do valor que é proposto pela Autarquia e o valor que propõe o Partido Socialista, significa ter uma receita de 1,5 milhões de euros a menos. Esta é totalmente compensada com aquilo que aumentou, e eu disse num dos considerandos, no último semestre. 1,490 mil. Portanto, aquilo que eu quero deixar muito claro é que esta diminuição da receita é perfeitamente acomodada nas contas da Autarquia. Por isso é que nós dizemos que é uma forma séria e sustentada. E só para dar o exemplo, num IMI de 320 euros, acho que é uma média, haverá quem pague mais e haverá quem pague menos, mas num IMI de 320 euros, nós estamos a falar numa diminuição de 80 euros, está bem? Contas certas, é importante serem frisadas. Obrigada.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Temos primeiro o senhor Deputado Marco Loureiro, faz favor.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Eu, há pouco, fiquei curioso ouvindo o senhor Deputado Ricardo, do PSD, realmente, a explicar para que servem os impostos. Ora bem, daquela maneira tão simples e direta, realmente, aquilo, dá que pensar. Realmente,

pois, os impostos servem para isso. Para melhorar, para utilizar para o bem comum público, não é? Para que a sociedade esteja melhor. Mas depois, vamos lá ver, então não podemos nós dizer que o Governo central quando faz os impostos, não é mesma coisa? Pressupõe-se que é igual. Mas pressupõe-se que somos sempre a fazer o combate direto, que aqui já foi dito, maior tacho sempre. O país está a ser taxado com maior taxa de sempre. Critica-se, debate-se, mas se calhar alguém do outro lado diz que essa taxa é necessária para conseguir desenvolver o país e dar garantias à população de saúde, educação. Exatamente como disse aqui relativamente à Câmara. Ora bem, o que está aqui em causa é, e já que se fala sempre dos bons sentidos, então, mas não há bom senso nessa questão de que, se a Câmara, ao longo deste tempo, e que realmente quando pegou em 2014 houve essa necessidade, por mais contestação, que houve, e da nossa parte também, e teve que se manter uma taxa elevadíssima... ao fim deste tempo todo, já que também depois da catástrofe de Sócrates e a seguir o que aí veio de Passos Coelho e depois do que está a acontecer agora, que foi uma bela melhoria em muitos aspetos, apesar de também haver taxas elevadas e provavelmente muito mal distribuídas e isso também não é vergonha de se assumir. Mas, por isso, é que também se deve agora, aqui, estamos a falar dos impostos daqui, dizer que também já é possível baixar muito mais. E não estamos a ser incoerentes com nada. Nenhum destes partidos aqui, se apelar à Câmara para baixar, está a ser incoerente com nada. Não precisamos de estar aqui a fazer defesas brutais, que depois acabamos por cair uns contra os outros, porque realmente esses impostos servem para aquilo que o senhor Deputado aqui veio dizer para que servem. Mas, às vezes, mal utilizados em demasia e outros, muitas das vezes, se calhar, bem que se precisava de mais, nomeadamente à saúde e alguns dos outros setores. Por isso, eu, em nome do Bloco de Esquerda, é óbvio, votaremos sempre contra qualquer imposto neste sentido, desta fase de aumentar mais e, se não for aumentar mais, se é entre o aumentar mais ou não aumentar e haver uma proposta para diminuir, neste caso é uma proposta do PS, faz todo sentido votarmos nessa proposta. Recordo também que, no passado, as propostas do Bloco relativamente a baixar, foram sempre aprovadas. Não tenho a certeza qual foi a posição total do Partido Socialista, na altura, e por isso também não me vou alongar mais. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Tenho o senhor Deputado Henrique Monteiro primeiro. Faz favor.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Bom, o Partido Socialista tem dificuldade em acertar o fiel da balança. Isto, ora pesa para um lado, ora pesa para o outro. Eu, como disse, concordando com o princípio da redução, concordo, acho que a proposta terá um impacto muito grande, de um ano para o outro, nas contas do Município. Daí nós termos já, em tempos, apresentado outra solução gradual, de reduzir 0,25 ao ano, durante este mandato. Agora, o Partido Socialista ser o partido das contas certas, eu tenho alguma dificuldade em acreditar. Acho que ele é mais conhecido é pelo partido dos impostos máximos e dos serviços mínimos. E, essa matéria, tem vindo aqui a debate por diversas vezes e basta referir o caso da saúde. Aliás, quando o CDS apresentou o estatuto fiscal para o interior na Assembleia da República, eu penso que não deve ter havido grande diálogo entre as estruturas locais do Partido Socialista e os

Deputados eleitos pelo distrito, porque eles lutaram contra. E, nesse estatuto, propunha-se uma taxa de IRC máxima para as empresas aqui sediadas e aquelas que quisessem vir para cá de 10%, e propunha-se uma redução em IRS para 50% daquilo que seria o mesmo valor que o mesmo cidadão pagaria nos concelhos mais desenvolvidos do litoral. O PS votou contra. É assim que se contribui para a fixação das pessoas neste território?” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. O senhor Pedro Nobre queria intervir novamente.” -----

- **Deputado Pedro Nobre (PSD):** “Bem, depois de ouvir os senhores Deputados do Bloco de Esquerda e do Partido Socialista, chega-se a uma conclusão. Devem-se baixar os impostos da Câmara porque as contas estão bem. Ao menos, isso estamos de acordo com certeza, porque foi rigorosamente isso que os senhores vieram aqui dizer. Agora, senhor Deputado Marco, só uma pequena diferença entre aquilo que se defende das contas e dos impostos aqui. Porque nós sabemos que as contas dos impostos cobrados aqui são investidos aqui. E contrariamente àquilo que o senhor e eu, e acho que toda a gente aqui presente, está a contribuir para que, confortavelmente, se andem a pagar passes sociais, e não sei do quê, para os senhores de Lisboa irem mais vezes à praia. Porque é isso que está a acontecer. E com isso é que eu não concordo. Está a perceber? Portanto, estamos a pagar uma carga fiscal enorme, sempre para benefícios de alguns e é com isso que eu não posso concordar. E, por isso mesmo, eu percebo, a mim também me dava jeito pagar menos qualquer imposto, qualquer que ele seja. Mas a verdade é que, analisando a situação de um lado e do outro, eu prefiro ter aqui melhores condições de vida que são conseguidas através do pagamento dos nossos impostos, do que estar a pagar impostos para benefício sabe Deus de quem, ao longo de tantas décadas como tem acontecido.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Senhor Deputado Ricardo, faz favor.” -----

- **Deputado Ricardo Neves de Sousa (PSD):** “Mais uma vez, boa tarde. E obrigado pela oportunidade. Só queria dizer ali o meu colega Marco Loureiro, que apreciei muito a sua intervenção. Efetivamente acho que entendeu, até de forma minuciosa, o sentido das minhas palavras, mas depois, ir para o fim, fez aí uma viragem e é apenas essa viagem que eu gostava aqui de esclarecer. Obviamente que se nos dissessem assim: a partir de agora ninguém paga impostos. Impecável. Sim senhor, a mim até me aliava um bocado, gastava o dinheiro noutras coisas que até me fazem falta, tal como a qualquer um de nós. Mas precisamos de pagar impostos. É uma coisa que não gostamos, mas precisamos. Faz parte da nossa vida em sociedade. E, no caso da Câmara Municipal da Guarda, quando lança os impostos municipais há duas situações que tem que ter em consideração. Uma é o princípio da incerteza, que já lá vamos, e a outra é ao nível de investimento que pretende fazer no futuro. Se a Câmara dissesse: pronto, nós a partir de agora, isto está bem, não fazemos mais nada, vamos apenas gerir a situação. Pois com certeza que sim, que teria margem de manobra para descer os impostos e que nos aliviava a todos. Acontece que existe uma coisa que é o princípio da incerteza. A Câmara,

como o senhor Presidente há bocado falou e muito bem, candidatou-se a vários projetos de nível europeu. Não sabemos se vão ser aprovados se não vão, se existem fundos disponíveis para acorrer a essa candidatura e, como tal, nós temos que, antecipadamente, prever e pensar pela negativa: e se aquilo não vem aprovado? E se não existe financiamento? Então, vamos criar uma almofada financeira que nos permita combater esse princípio da incerteza e ter fundos para, no futuro, acorrer aos investimentos que são estruturantes, necessários e desejáveis para o nosso Município. E também olhar para o nível de investimento. O que é que eu quero fazer? Quero pôr aqui meia dúzia de paralelos nesta rua e pôr a torneira na fonte mais bonita? Ou quero obras estruturantes, obras que dignifiquem e engrandçam o nosso concelho? É se quisermos olhar para aí, vamos gastar mais dinheiro e, portanto, essa almofada financeira tem que ser substancialmente maior. E, portanto, se nós conjugarmos estes dois princípios, nós facilmente descobrimos que é preciso, é inevitável que mantenhamos, pelo menos, para já, o nível de impostos no nível onde está, para acorrer a estas situações que eu agora acabei de referir. E, já agora, também dirigir-me aqui ao meu amigo Monteiro do Partido Socialista, e dizer que, basicamente, aquilo que acabou de fazer foi ler a proposta que nos chegou à Bancada Parlamentar do PSD sobre alteração da fixação da taxa do IMI. E, olhe, devo-lhe dizer que há aqui parágrafos que eu próprio, se escrevesse, não escrevia melhor. E até aqui vou ler um. A média da receita cobrada líquida tem denotado um crescimento acentuado e persistente, ao longo do mandato. Olhe, isto parece escrito por mim. Dou-lhe os parabéns que efetivamente o Partido Socialista faz uma leitura correta daquilo que é a situação financeira da Câmara. Aliás, uma das obrigações no Plano Financeiro era instituir-se na Câmara, do ponto de vista administrativo, mecanismos de controlo e cobrança das receitas do Município. E olhe, dou-lhe os parabéns por reconhecer que isso está a acontecer. Muito obrigado.” -

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Monteiro, para terminar. Penso que não há mais. Faz favor. Para passarmos à votação.” -----

- **Deputado António Monteiro (PS):** “Senhora Presidente, eu pensei, sinceramente que, o PSD viesse aqui a assumir o ônus do aumento dos impostos ao nível da Derrama e, até agora, parece que ficaram silenciados. Mas penso que ainda haverá oportunidade para o senhor Presidente esclarecer se vai, ou não, assumir esta responsabilidade do aumento dos impostos ao nível da Derrama, nomeadamente no que diz respeito à restauração e ao pequeno comércio. Alguém tem que assumir a responsabilidade do aumento dos impostos do Partido Social Democrata.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Passamos, então... senhor Presidente, quer intervir? Faz a intervenção no conjunto? Muito obrigado.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Relativamente à Taxa de Direitos de Passagem, só um pequeno esclarecimento. São as empresas que prestam o serviço de telecomunicações, EDP, energia e outras de gás e sucede que há uma alteração legislativa, penso que há dois anos esta parte, em que as empresas têm que enviar o total da faturação e é sobre o total da faturação que incide o valor do 0,25%. Algo que

não acontecia até à entrada em vigor dessa lei. E, aí, o consumidor estaria sempre a suportar essa taxa, sempre que os Municípios a colocavam em prática. Assim, a lei protegeu o consumidor, protege o cidadão na medida em que a empresa tem que reportar o valor total da faturação e, sobre esse valor, 25% tem que ser retirado e tem que vir para o Município. Relativamente à Taxa de Derrama, há esta questão mais específica que o Deputado Monteiro colocou, é verdade que a situação não é como disse. Porque, mais uma vez, às vezes, é a forma como se lê, mas outras vezes não é só a forma, é preciso perceber o que se está a ler. Eu pedi a lei, e a lei vem dizer o seguinte, em agosto do ano passado, estabeleceu que, sem a existência de um regulamento, nós não podemos fixar, para determinados setores de atividade, a redução em termos daquilo que é Derrama. Por isso, como diz a própria lei no artigo 24.º, que entrou em vigor no ano 2018, no mês de agosto, diz «até à aprovação do regulamento referido no número anterior, a Assembleia Municipal pode, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar e lançar uma taxa reduzida Derrama, para os sujeitos passivos com um volume negócios do ano anterior que não ultrapasse 150 mil euros. Portanto, se nós reduzíssemos ao retalhista, ao pequeno retalhista, seria uma redução ou isenção ilegal e nós estamos a preparar, portanto, o regulamento com vista a manter aquilo que já vinha de trás. Este é o esclarecimento que merece a sua dúvida e penso que feito o mesmo, não tem mais nada a acrescentar. Quanto ao IMI, é verdade que esta é sempre uma questão do ovo e da galinha. Mas nós comprometemo-nos com os cidadãos, comprometemo-nos com a Guarda. Não nos vamos endividar, porque esta era uma forma, baixar impostos e depois vamos pagar taxas de juro elevadíssimas, ou por outra, vamos pagar em juros aquilo que não distribuímos pelas freguesias e pelas associações. Essa é a política do passado. Nós não fizemos assim. Como há pouco eu referi, nós temos contas equilibradas como já é reconhecido pelo Partido Socialista, agora já se juntou também ao grupo. O que é bom, porque agora já temos dois partidos a centro que têm em conta que as contas são importantes para valorizar as pessoas, para valorizar os investimentos. E é por causa dos investimentos, é por causa dos projetos que também agora o Partido Socialista quer tanto, porque foram os primeiros a dizer: calma, e agora o que é que vai acontecer, os projetos vou continuar? Vão. Vão continuar e vão continuar porque temos uma política de estabilidade e de previsibilidade em termos de impostos. Com certeza que nós temos também uma política amiga das famílias, aliás, ela também está patente nesta proposta. É preciso não esquecer que para as famílias com um dependente têm uma redução de 20 euros líquidos, para as famílias com dois dependentes, 40 euros, e para as famílias que têm três dependentes, no valor total do IMI a pagar no final do ano, têm uma redução de 70 euros líquidos ao valor que têm a pagar. Isto é também merecedor de algum elogio, entre aspas, na medida em que as famílias, em função do número dependentes, pela via fiscal, o Município também valoriza e tem aqui o valor máximo que é possível deduzir para estas famílias. E relativamente a esta questão do IMI, nós, aquilo que temos a referir é que não há, não podemos comparar, como o povo diz, os alhos com os bugalhos. Portanto, vamos aqui ao Relatório de Acompanhamento do PAEL, que faz uma análise de seis meses. Mas depois, se formos pegar no Relatório e Contas do Município, faz uma comparação anual. Ora bem, se nós, em 2017 para 2018, o IMI praticamente cresceu de 17 para 18,

quarenta e pouco mil euros, é esse o aumento do IMI de um ano para o outro. Quem ouviu aqui o senhor Deputado Monteirinho, parece que caía o Carmo e a Trindade. Não é nada disso. O que existe é que temos que comparar relatórios anuais, tirar conclusões dos relatórios anuais. E aí percebemos que houve um aumento de 40 mil euros do ano 2017 para 2018, em termos de IMI. Mas, se formos buscar o Relatório de Acompanhamento do PAEL, que é semestral, o que é que nós podemos apreciar? É um elemento também que têm, em que, em 30-06-2008, nós temos aqui, ao nível do Imposto Municipal de Imóveis, 3 milhões de euros. E como diz o Deputado Monteirinho: calma, há aqui um enorme aumento porque, este ano, já vamos aqui num valor de 3,122 mil euros. Nos gráficos há uma ligeira evolução. Porque é que se deve esta evolução? Houve alteração, no ano de 2019, naquilo que é a cobrança por parte da administração fiscal do IMI. Nós sabemos que podemos pagar em três tranches e no mês de agosto pode haver alguns contribuintes que paguem tudo na segunda prestação e não seja necessário ter três prestações. É certo que a nossa previsão para aquilo que é o arrecadar da receita, em termos de IMI, ela estará numa situação estabilizada e, no final do ano, se comprarmos os relatórios anuais, percebemos que não há uma evolução nem um acréscimo de impostos como quis fazer crer o Deputado António Monteirinho. Nesse sentido, aquilo que há a dizer, não há, como disse o Deputado Henrique Monteiro, nenhum aumento de impostos, há a manutenção da receita e da estratégia fiscal que tem vindo a ser desenvolvida nestes últimos seis anos e com certeza que, se pudermos, e eu estou convicto, Deputado Ricardo, estou convicto que a evolução tem que ser sempre no sentido positivo, por isso é que faz aqui, temos que fazer justiça a que a evolução política passe sempre por valorizar a vida das pessoas e também pela via fiscal, logo que seja possível, e como disse e muito bem, se as condições financeiras, se os investimentos tiveram lançados e nós mantivermos este equilíbrio, que é patente nos documentos que vamos analisar a seguir, com certeza que também essa é uma solução viável para a Guarda, que é também diminuir a carga fiscal já que o Governo tem, como disse e muito bem, a maior carga fiscal de sempre. Embora nós saibamos aquilo que depois o Primeiro-Ministro veio dizer. Mas o que é certo é que as pessoas nunca viveram tão mal como estão a viver hoje, com custos enormes de impostos naquilo que é o rendimento do trabalho, o que prejudica o tal bem-estar e a valorização humana das famílias que nós queremos dar cada vez mais, principalmente aquelas que vivem em territórios de baixa densidade como o nosso. Disse, senhora Presidente.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente. Vamos, então, passar à votação destes pontos.” -----

- *Resultado da votação do Ponto 2.3 - Discussão e votação da proposta de Taxa Municipal de Direitos de Passagem.* -----

- Aprovado, por unanimidade, com sessenta e três votos a favor. -----

**Ponto 2.4 - Discussão e votação da proposta de Taxa de Derrama.** -----

- *Resultado da votação do Ponto 2.4 - Discussão e votação da proposta de Taxa de Derrama.* -----

- Aprovado, por maioria, com quarenta e sete votos a favor, três abstenções e treze votos contra. -----

**Ponto 2.5 - Discussão e votação da proposta de Fixação da Participação Variável no IRS.** -----

- *Resultado da votação do Ponto 2.5 - Discussão e votação da proposta de Fixação da Participação Variável no IRS.* -----

- Aprovado, por maioria, com quarenta e seis votos a favor, três abstenções e catorze votos contra. -----

**Ponto 2.6 - Discussão e votação da proposta de Fixação da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis.** -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Eu ia pôr, primeiro, à votação a proposta do Partido Socialista. Caso seja aprovada altera a proposta apresentada pelo executivo, quanto à taxa fixada. Eu penso que todos têm cópia. Não? (...) No fundo, esta proposta, a única coisa que vem sugerir é que diminua o valor para 0,3. É isso, não é? Embora, se essa sugestão fosse aceite, vocês, em vez de entregar a proposta, poderiam ter sugerido ao Executivo se queria alterar o valor para 0,3, porque é o que vocês dizem aqui. Em todo o caso, nunca seria pela sessão de Câmara porque estaria a ser entregue diretamente aqui. (...) Mas, em todo o caso, pomos à votação porque eu acho que não corremos risco nenhum, porque vai ser chumbada, senhor Deputado. É o que é. Temos que ser sinceros. Mas é assim, eu confesso que estou a falar de cor, não faço a menor ideia se ela pode ser apresentada aqui, nem se não. Podemos pôr à votação e, em função do resultado da votação, a partir daí, podermos verificar se isto é viável ou não é viável. Não lhe entregaram cópia? Aqui. Sim. Eu sei. Eu sei. Senhor Deputado, faz favor.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Senhora Presidente, o CDS apresentou aqui, aquando da discussão das Contas do Município, também uma proposta e ela não foi aceite. A justificação de que vai ser chumbada, não poderá ser razão para ela ser ou não ser aceite. Sim, sim. Aquando da discussão, quando nós pedimos, apresentámos uma proposta para pedir uma auditoria independente às contas.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Mas isso não era uma proposta de alteração. Era o pedido de uma auditoria.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Exatamente. Era uma proposta. Isto também é uma proposta.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Sim, mas eu acho, salvo o devido respeito, que é um bocadinho diferente porque aquilo que vocês solicitaram...” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Deixamos de ter critérios de objetividade nesta Assembleia.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, daqui a pouco peço eu a defesa da honra, senhor Deputado. Que é uma coisa que esta Assembleia gosta muito. Tenha paciência. Daqui a pouco tenho eu que usar da palavra para defender a minha honra.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Senhora Presidente, aquilo que eu disse não é ofensivo, é apenas a constatação de factos.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Aquilo que os senhores fizeram, se bem me recordo, eu não me recordava de nenhuma proposta concreta, mas quando falou, aquilo que me recordo foi de vocês terem entregue uma proposta para fazerem um pedido de auditoria à Câmara. Não era uma proposta concreta de alteração de um valor, de uma proposta camarária. O que está aqui em causa é, a Câmara apresenta uma proposta de um valor de taxa e a Bancada do Partido Socialista pede uma correção desse valor. Já algumas vezes foram feitas aqui algumas correções. É verdade que não das propostas do Executivo. E, quanto a isso, eu sou sincera. Desconheço, em absoluto, se é possível fazer diretamente aqui ou não. Desconheço. Não sou obrigada a conhecer tudo. Aquilo que eu sugeria, mas deixo à consideração do plenário, aquilo que eu sugeria era, pomos à votação a proposta. Se a proposta for aceite, podemos discutir a questão jurídica. Sim, faz favor.” -----

- **Deputado António Monteiro (PS):** “Senhora Presidente, só tentar esclarecer isto. No mandato anterior foi feito precisamente o mesmo. Foi discutido e na altura o Professor Carvalho Rodrigues, que era o Presidente da Assembleia, pediu um parecer jurídico, eu penso que estará nos serviços, e que foi aceite. O senhor Vice-Presidente... Eu penso que alguns dos membros que aqui estão são repetentes do anterior mandato, que se lembram perfeitamente da proposta que foi apresentada. Eu tenho aqui uma cópia. Se quiserem, eu posso mostrar.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Calma. Isto está no regime jurídico, está na lei. Calma, sentem-se lá e deixei-me a falar a mim. Calma. A lei prevê. A lei diz especificamente, «não podem ser alteradas na Assembleia Municipal as propostas apresentadas pela Câmara Municipal referidas nas alíneas a), i) e m), do número 1.º e da alínea l) do número anterior.» Portanto, só estas que aqui estão, e que não é nada disto, é que não podem ser alteradas na Assembleia Municipal. Todas as outras podem. Portanto, por aqui temos o assunto resolvido. Calma. Calma. Fica a questão de a proposta ter que ser entregue para estudo, para apreciação, etc. Em todo o caso, é possível a entrega de documentos na própria Assembleia. E, por isso, eu aceitei a proposta e distribuí, até porque isto não têm documentos base. É apenas a correção de um valor 0,4 para 0,3. E, com base, nisso eu aceitei a proposta. Se ela pode ser discutida e pode corrigir propostas camarárias, acho que temos o assunto solucionado por aqui. E, por isso, a minha posição é que possamos pôr à votação esta proposta. Senhor Deputado Henrique Monteiro, faz favor.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Foi ao abrigo dessa possibilidade que consta no regimento, que nós também apresentámos a nossa proposta, na altura. Aliás, a senhora Presidente até me veio perguntar...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, vamos lá ver se a gente se entende. O que estamos aqui a falar é, propostas apresentadas pelo Município que possam ser corrigidas em sede de Assembleia Municipal. Não foi isso que aconteceu no seu caso. O que os senhores fizeram foi a apresentação de uma proposta para pedir uma

auditoria às contas do Município, salvo erro. Não havia nenhuma proposta do Município que viesse à sessão da Assembleia a pedir uma auditoria. Ou seja, vocês não estavam a corrigir nenhuma proposta apresentada aqui em Assembleia. Faço-me entender?” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Existe a possibilidade de as propostas serem aceites, propostas, moções e outros documentos, se a Assembleia as entender como pôr pertinentes. Pelos vistos a nossa foi entendida como não pertinente. Neste caso concreto, ela está exatamente no mesmo patamar que estava a nossa. Portanto, se entender que é pertinente aceita-se. Se entender que não é pertinente, não se aceita. Agora, a questão aqui é que, quando nós apresentamos a nossa proposta de forma muito célere, foi decidido que ela não era pertinente. Isto não é pertinente, isto fica para a próxima Assembleia. E a própria a própria senhora Presidente, não sei se me contactou, se mandou contactar, no sentido de saber se nós mantínhamos a proposta na Assembleia, salvo erro, junho.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Salvo erro foi retirada por vocês. Não foi essa que foi retirada?” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Não, depois o que disse, na altura, é que nós a tínhamos entendido como pertinente quando a apresentámos. Naquele momento entendíamo-la como não prioritária. Daí não a termos apresentado.”

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Ainda bem que me recorda, porque na verdade foi isso mesmo que aconteceu. Eu sugeri, não aceitei naquela, mas sugeri que a enviassem para a sessão seguinte e, depois, na sessão seguinte, vocês retiraram a proposta.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Isto tem que ter alguma linearidade. Não podemos andar aqui a ziguezaguear nestes aspetos. São aspetos regimentais, todos os partidos devem ser respeitados de igual forma, portanto, acho que...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Eu vou pôr à consideração do plenário a aceitação da proposta. O plenário é soberano, decide. É que, senão, não saímos daqui. Ou decido eu, ou decide o plenário.” -----

- **Deputado Tiago Gonçalves (PSD):** “Eu só quero dizer mais uma coisa, em função daquilo que é a aceitação, ou a não aceitação da proposta. É que há um assunto aqui que ainda não foi abordado nos argumentos e que eu queria aqui trazer à discussão. Não só porque tinha essa dúvida, se poderia ser alterada ou não, mas também por outro motivo. Tudo o que são assuntos da Ordem do Dia, tem que chegar ao conhecimento dos Deputados com cinco dias de antecedência. As propostas, não é? É isso que nós temos no regimento. Não é no dia da Assembleia que chegam ao conhecimento dos Deputados propostas de alteração de alguma coisa. Pelo menos, acordo com o regimento que temos. E, portanto, até por aí, se me permite, eu acho que a proposta não podia ser apresentada, porque há essa regra dos cinco dias para tudo quanto é assuntos do período da Ordem do Dia e por algum motivo nós mandamos os assuntos para o período 2. 1 com cinco dias de antecedência, que é para poderem constar do

edital que consta da plataforma. Agora, isto só estou a dizer, isto é uma discussão meramente jurídica, que a senhora Dra. e Presidente da Assembleia Municipal tomará a decisão que entender e nós cá estaremos para a votar. Agora, o importante é que isso fique decidido, de uma vez por todas, e para o futuro até para que não se cometam outras vezes coisas deste género. Ou que haja esta possibilidade de chegarmos aqui e alterarmos as propostas em cima do funcionamento da Assembleia.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Sim, esclareça lá.” -----

- **Deputado António Monteiro (PS):** “Acho que todos têm acesso a isso. Na sessão ordinária de 29 de setembro de 2016, está lá a proposta do Partido Socialista de alteração de fixação do Imposto Municipal sobre Imóveis e a respetiva votação. Façam o favor de consultar. É 29 de setembro de 2016.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Não. Mas o regimento não alterou. Alterou, mas não alterou as regras base. Não. As alterações regimentais que ocorreram foram alterações não de substância da lei. Calma. Fala o senhor Deputado Matias, a seguir o senhor Presidente e a seguir decido eu. Vamos lá, senão, não saímos daqui.” --

- **Deputado Messias Matias Coelho (PS):** “Vamos lá ver se contribuímos para ultrapassar o momento, porque acho que cometemos aqui um erro...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Eu peço um bocadinho de silêncio, por favor, para nos fazermos entender todos.” -----

- **Deputado Messias Matias Coelho (PS):** “Cometemos aqui um erro, se calhar, e da parte da Mesa aceitar esta proposta à discussão, porque ela foi discutida e todos os Grupos Parlamentares intervieram. Portanto, se já foi discutida agora só está, a discussão só está na votação. Não é na discussão, porque a discussão já se fez. Não se deveria era ter aceite, se era assim o entendimento. E, então, ia-se apenas aceitar, ou não, a proposta da Câmara. Agora, cometeu-se esse erro, vamos ultrapassar porque já foi discutido. Já todos intervieram, já emitiram a sua opinião. Agora a senhora Presidente só tem que dizer se leva ou não leva à votação. E vamos embora, senão, assim não saímos daqui.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito bem. Senhor Presidente, queria intervir também? Faz favor.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Sim, se me permite. Sobre esta matéria, as propostas, como disse o Tiago e é também o meu entendimento, têm formalidade. A formalidade é efetivamente serem apresentadas a esta Assembleia com cinco dias de antecedência. O que é certo é que, aquilo que eu acabei de ouvir há pouco, a alteração àquela proposta ou a junção de documentos podia ser discutido nesta Assembleia, agora, não uma proposta nova. E, senhor Deputado Matias Coelho, que eu saiba, não foi... a senhora Presidente tem na sua mão uma proposta, mas não a colocou, até porque há Deputados que não têm essa proposta, até para a discutir. Como tal, é uma matéria que não deve ser colocada como colocou, como referiu. Ou seja, vamos votar. Mas o que é que vamos votar se há Deputados que ainda não conhecem a

proposta? Segundo, a única proposta possível é aquela que o Município aqui apresentou. E se, no passado, aconteceram coisas, como disse aqui o Deputado Monteirinho, não é isso que está aqui em causa. Há uma proposta, é essa proposta que está em discussão. Não há outra proposta qualquer. E não se trata de corrigir a que existe, nem se trata de apresentar novos documentos. É o meu entendimento.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Bom. É assim, na verdade eu tinha pedido à Sofia. Houve aqui um mal-entendido. Eu pedi à Sofia que tirasse cópia, quando me entregaram a proposta, para entregar a todos os Deputados. Disse-me ela agora que só entregou aos Líderes Parlamentares. Eu pensei que tinham entregue... Quais outras? As outras estão disponíveis na plataforma para toda a gente senhor... não, não. Houve um lapso, é isso que eu estou a dizer. Posso falar um bocadinho? Eu pedi à Sofia para tirar cópia e entregar a todos e ela não entendeu que era todos os Deputados, porque não tinham acesso. Aquilo que estava a dizer o senhor Deputado Monteirinho, os documentos estão disponíveis na plataforma para todos verem. A cópia em papel é que só entregamos aos líderes. Não lancemos mais confusão para aqui. A cópia em papel entregamos aos líderes, que são eles vêm pedir. Todos os outros documentos estão disponíveis na plataforma para todos os Deputados terem acesso a esses documentos. Chegados aqui, temos que resolver isto, senão, não saímos daqui. Eu vou assumir a responsabilidade. Aceitei a proposta, está aceite e vou pô-la à votação. E, depois, em função disso, decidiremos. Chegados a este ponto, eu tenho que decidir. Não podemos ficar aqui, volta-se, não vota-se, aceita-se, não se aceita. A minha decisão é esta. Certa ou errada, é para isso que aqui estou. A proposta está aceite, foi discutida. É verdade que não tiveram acesso a ela. O erro é meu, assumo. Deviam ter cópia da proposta, mas, basicamente, o que a proposta faz é uma correção do valor. Em vez da taxa... pode, pode. Isso pode. Tenha paciência, mas pode. Aliás, já se corrigiram aqui algumas. Já se corrigiram aqui algumas. Está decidido. Eu vou pôr a proposta... peço-vos que se sentem, por favor. Eu vou pôr a proposta à votação. O conteúdo da proposta. Vou pôr à votação conteúdo da proposta. Mas os senhores votam contra, qual é o vosso problema? Assumem... Não, mas ainda não foi posta à votação. Ainda não foi posta à votação. Posso? Nós temos duas propostas. Peço-vos um minuto de atenção, por favor. Nós temos duas propostas à votação para a mesma questão. Temos a proposta do Executivo com 0,4. E temos a proposta do Partido Socialista com 0,3. Aquilo que eu sugiro é que se vote... mas a proposta do Executivo tem mais coisas para além da taxa. Portanto, no fundo, a proposta do Partido Socialista é apenas a correção do 0,4 para 0,3 porque, quanto ao resto, mantém-se. No fundo, é uma proposta de retificação do valor de 0,4 para 0,3. É isso que está em causa. Meus senhores, é assim. Nós temos que sair daqui e eu tenho que decidir. Tenham paciência. Todos a falar ao mesmo tempo, não saímos daqui.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Eu só queria saber se a proposta já foi admitida para votação nesta Assembleia Municipal.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Foi admitida pela Mesa.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Quem a admitiu?” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “A Mesa.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Pronto, então continuamos com a tal dualidade de critérios.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Pronto, continuamos. É assim, tenham paciência mas eu decidi, bem ou mal, está decidido. Tenham paciência. Eu aceitei a proposta, a proposta está aceite, eu vou pô-la à votação. Aquilo que eu vou pôr à votação é se aceitam a redução, se votam favoravelmente a redução da taxa de IMI de 0,4 para 0,3. Também pode ser. Também pode ser, vai dar ao mesmo. Mas pode ser. É igual. Isto, na prática, é o mesmo. Vamos lá, não podemos estar aqui, senão, não saímos daqui. É uma boa sugestão. Vamos pôr à votação a proposta Camarária. Vamos pôr à votação a proposta Camarária. Se for aprovada, cai a outra, como é óbvio. Bom, não vamos perder mais tempo com isto. Vamos pôr à votação a proposta Camarária... porque aceitei a sugestão. Eu não consigo ouvir, falam todos ao mesmo tempo. Tenham lá paciência. Senhor Deputado Tiago, diga lá se faz favor.” -----

- **Deputado Tiago Gonçalves (PSD):** “Senhora Presidente, eu acho que, relativamente à ordem cronológica das propostas, não haverá dúvida nenhuma que a proposta do Município da Guarda entrou em primeiro lugar do que a proposta do Partido Socialista. E, como tal, deve ser votada em primeiro lugar. Se for votada favoravelmente, anula imediatamente a outra, não é? Portanto, não faz sentido absolutamente nenhum. Depois, ainda, e porque a senhora Presidente utilizou e foi, muito bem, ler o Regimento, deixe-me que lhe diga o seguinte. Aquilo que diz aí a determinada altura, que eu também o pude consultar, é que não podem ser alteradas na Assembleia as propostas que digam respeito à alínea a), do nº 1, do artigo... não me ocorre agora de cor. Ora, o que diz a alínea a) é as propostas relativas ao orçamento. Então, se nós estamos aqui a fixar uma taxa municipal, queremos alguma coisa que tenha mais impacto no Orçamento do que uma taxa municipal, como é o IMI? Não é proposta do Orçamento mas é uma proposta com impacto enorme no Orçamento.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Está bem, tem impacto no orçamento, mas não é a proposta do Orçamento.” -----

- **Deputado Tiago Gonçalves (PSD):** “Terceira coisa, volta a dizer. Temos que cumprir as regras. A proposta não foi apresentada tempestivamente. Na minha opinião, não a devíamos estar a discutir. Mas, de toda a maneira, sempre temos esta solução. Vota-se a proposta que foi apresentada em primeiro lugar, que foi apresentada tempestivamente. Se essa proposta for aprovada, imediatamente está visto que esta câmara, qual é a proposta que aprovou. E não é necessário aprovar mais nenhuma. Aliás, porque não se podem aprovar propostas que são contraditórias entre si. Isso era depois também o que faltava.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Calma. Quem concorda com a votação? Vou deixar ao plenário. Quem concorda com a votação, em primeiro lugar, da proposta Camarária? Está decidido. Vota-se a proposta Camarária. Vou pôr à votação a proposta Camarária, da fixação da taxa de IMI. Está decidido, tenham paciência.” -----

- Resultado da votação do Ponto 2.6 - Discussão e votação da proposta de Fixação da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis. -----

- Aprovado, por maioria, com quarenta e quatro votos a favor, duas abstenções e dezoito votos contra. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito bem. O senhor Deputado Aires Diniz com uma Declaração de Voto.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Qualquer votação sobre impostos está viciada, ou está marcada, melhor dizendo, pela opção de classe de cada um de nós. E, portanto, temos que ver se queremos impostos progressivos ou impostos regressivos. Impostos sobre os mais ricos ou impostos sobre os menos ricos. Há uns anos comprei uma sebenta, que era do Professor Fernando Seabra do Porto, da Faculdade de Economia do Porto, que eu frequentei no primeiro ano que lá estive. E ele tinha uma lenga-lenga, que a gente até gozava um bocado com aquilo, porque ele terminava sempre por concluir que os ricos não deviam pagar impostos. Infelizmente, alguém, que achava que não devia comprar esse livro, roubou-mo. De maneira que eu não tenho para mostrar às pessoas. Mas era importante que as pessoas vissem como é que isto acontece. Aqui, neste caso, quando a gente está a discutir entre o 0,4 e o 0,3, é uma questão de opção de classe. E, portanto, se estamos aqui a votar uma taxa de 0,4 é porque consideramos que aqueles que têm mais propriedades devem pagar mais do que aqueles que têm menos propriedades. Claro que eu conheço a cidade, ou pelo menos vou falando com muita gente, e sei que isto é o imposto que é muito pesado em certas famílias. Eu também pago impostos. Tenho uma propriedade em Coimbra. A casa, em Coimbra, tem baixado a taxa de IMI e, portanto, vou pagando sempre menos. Aqui, na Guarda, eu pago os impostos relativamente àquilo que é a riqueza da família que, como é pouco, também pago pouco e de maneira que não há problema. Agora, aqui, nós fizemos uma opção e essa opção tem que ser respeitada, até porque isto tem repercussões no orçamento da Câmara e nós temos que pensar que a câmara tem que manter o seu equilíbrio financeiro. E esta taxa, se reduzisse para 0,3, teria repercussões no equilíbrio financeiro da Câmara e podia ter repercussões nos serviços que a Câmara nos pode fornecer e que nós precisamos deles. Claro que podemos discutir alguns dos serviços que a Câmara nos fornece. Mas pronto, é isso. Portanto, nós temos que concluir que esta nossa opção tem a ver com a progressão do imposto que é o IMI. E disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Henrique. É Declaração de Voto também?” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Naturalmente, votámos contra. Não sendo o Município exemplo nesta questão dos impostos, claramente que o atual Governo é muito mais esperto. E, percebendo o envelhecimento do parque habitacional do país e com medo que este imposto tivesse alguma quebra nas receitas, por via das reavaliações, lá tratou então de aumentar o valor de referência por metro quadrado de 603 para os 615 euros. Além, o nosso querido Deputado Aires Diniz, acha que, quem tem mais, deve pagar mais. Eu acho que, quem tem muito, também deve pagar e o

Partido Comunista também devia pagar e devia votar para que fosse alterada a lei, na Assembleia da República, que isenta os partidos políticos de pagamento de IMI.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Também é Declaração de Voto, senhor Deputado? Faz favor, senhor Deputado Monteirinho.” -----

- **Deputado António Monteirinho (PS):** “O Partido Socialista apresentou uma proposta alternativa àquilo que era a proposta apresentada pela Autarquia. O argumento do Orçamento cai por terra, porque o Orçamento para o próximo ano vai ser apresentado na próxima Assembleia. Portanto, se fosse aprovada a proposta de 0,3, seria a que acomodada no próximo Orçamento. Para além disso, gostaria de deixar claro que o Partido Socialista estendeu, hoje, aqui, a mão ao PSD, a todos os outros partidos e à Autarquia, para podermos, de uma vez por todas, e fazer como o líder do PSD diz, a nível nacional, baixar os impostos aos portugueses. Neste caso aqui, era o Presidente da Câmara a baixar os impostos aos guardenses. Espero é, sinceramente, que o Presidente da Câmara para o ano, que está a prever eleições autárquicas, que não venha então a baixar os impostos, está bem? Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Já percebemos que o Partido Socialista, para o ano, não quer impostos mais baixos. Eu não me importo que baixem para o ano e depois para o outro e depois para o outro. Não me importo nada. Vamos passar à discussão do 2.7. Vamos lá, senão... peço-vos um pouco de atenção, por favor.

**Ponto 2.7 - Projetos de Investimento como Projetos de Investimento de Interesse Municipal do Promotor Khronodefine, Lda.** -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Não sei se o senhor Presidente? Faz favor.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Só dizer que este é um projeto que, em devido tempo, foi comunicado à Câmara, à Guarda. E, relativamente a este apoio que resulta exatamente Regulamento de Apoio a Investimentos de Interesse Municipal, que nós já provamos também aqui na Assembleia Municipal, dizer que é a concretização exatamente da ideia, de um conjunto de exigências, que apostamos, e estamos certos, que a economia agradece. E, por isso, em resumo, referir que estão em causa 16 milhões de euros aproximadamente, quarenta e seis postos de trabalho e o Município, em vez de pensarmos só de forma, da minha maneira de ver, irresponsável, grosseiramente querer baixar impostos, é preferível olhar para a realidade, para os investimentos, como dissemos há pouco, mas também no apoio às empresas e aqui está o contributo do Município a esta empresa. Cria e tem este compromisso com o Município de criar estes postos de trabalho e de fazer o investimento que preenche os requisitos do nosso Regulamento de Apoio e Incentivo a estes investimentos e tem, de facto, um benefício, na taxa de IMI, de 1265 euros por ano. Na totalidade, vai beneficiar desta isenção durante cinco anos, o que dá mais de 5 mil euros, como percebem, e também uma redução nas taxas de licenciamento das obras, que este investimento implica, no

montante estimado de 4 mil euros. Aqui está o contributo do Município, para quem olha para este território e considera que o mesmo tem potencialidade. Ou fazemos nós, ou vêm outros. Ainda bem. E, por isso, o Município também recebe, com essa passadeira vermelha, que há pouco gostei da expressão, utilizo também, essa passadeira vermelha para receber os investidores que vêm de fora e que acreditam que a Guarda pode potenciar o seu negócio. Disse, senhora Presidente.” -----

**-Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente. Alguém pretende intervir sobre este...? Senhor Deputado Miguel, faz favor.” -----

**-Deputado Miguel Bandarra (PSD):** “Senhora Presidente da Assembleia Municipal da Guarda, caro Executivo, Presidentes de Junta e Deputados Municipais. Durante este mandato, não houve nenhuma Assembleia Municipal em que não tivesse tido, este Executivo, propostas de Projetos de Investimento de Interesse Municipal, a fim de serem aprovados por esta Assembleia. Isto é, só por si, merecedor de reconhecimento. Mas, de facto, é efetivo o trabalho do Gabinete de Desenvolvimento Estratégico e Apoio ao Investimento e Empreendedorismo, que já aprovou e estão em análise dezasseis PIIM’s, criando cerca de trezentos e vinte postos de trabalho, com investimento superior a 74 milhões de euros. Perante isto, não existe qualquer dúvida da intenção de levar e elevar a Guarda ainda mais alto. Por todas estas razões, mas sobretudo pela importância que este projeto da Khronodefine, Lda., representa para a Guarda, com a criação de quarenta e seis postos de trabalho e um investimento de quase 16 milhões de euros, é que a Bancada do PSD defende a sua aprovação. Obrigado.” -----

**- Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém pretende intervir sobre este ponto? Não? Então vamos passar à votação do mesmo.” -----

*- Resultado da votação do Ponto 2.7 - Projetos de Investimento como Projetos de Investimento de Interesse Municipal do Promotor Khronodefine, Lda.. -----*  
*- Aprovado, por unanimidade, com cinquenta e cinco votos a favor. -----*

## **Ponto 2.8 - Apreciação do Relatório de Acompanhamento do Plano de Saneamento Financeiro - 1º Semestre de 2019.** -----

**- Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, faz favor.” -----

**- Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Sim, só um breve esclarecimento. Relativamente a esta matéria, vou falar do princípio e do fim. Isto tudo começa com o Saneamento Financeiro, é preciso lembrar, em 2014, onde nós tínhamos uma dívida de 10 milhões 878 mil euros. Estes 10 milhões que nós colocámos no Saneamento foi para pagar dívida de curto prazo a fornecedores e, como sabemos, todo este Saneamento obrigatoriamente tem que ir ao Tribunal de Contas. Demorou cerca de 1 ano. E, de acordo com a página 5 do Relatório, só para terem uma noção daquilo que aconteceu, foram contratados 10.8 milhões, em números redondos. Foi utilizado um ano depois, que é quando vem o visto do Tribunal de Contas, de 8.2 milhões. Logo aí, nós tivemos a capacidade de diminuir aquilo que era um encargo para o Município, transformando a dívida de curto prazo em médio prazo, mas aquilo que era, em curto prazo, de 10

milhões, no final de um ano já era 8.2 milhões. Amortizámos, até à data, 1.9 milhões de euros naquilo que foi a contração deste empréstimo desde 2014. Hoje, o valor da dívida é 6.2, que é aquilo que nós devemos. Claro que há um conjunto de compromissos que tivemos que assumir com a Direção Nacional das Autarquias Locais. Esses são os itens todos que podem consultar, onde há alguma variação, fruto também da realidade do Município. Porque, como sabem, nós começámos com o Município, com empresas Municipais e Serviços Municipalizados. Ao longo destes seis anos, houve a adaptação administrativa e também funcional do Município, extinguimos empresas, algo que também já vinha detrás. Depois, numa fase subsequente, extinguimos também os SMAS, o que implica que todos os recursos, todo o património, todas as afetações financeiras vieram para o Município. E daí haver variações em termos de número de trabalhadores, em número do valor do passivo, dos ativos, mas também variação ao nível daquilo que é o valor do endividamento, o valor dos compromissos e esse está bem patente no decorrer do relatório e nas suas diferentes páginas. Mas, em conclusão, resulta efetivamente a dívida do Município da Guarda, a 31-06-2019, é de 20 milhões de euros, aproximadamente, e reduziu em 25.4% relativamente ao ano, ao mesmo período homólogo, do ano passado. Depois na margem de endividamento também, evoluímos na margem de endividamento. Neste momento, o Município da Guarda poderia, se assim o desejasse, contrair um empréstimo até 34 milhões de euros. O que não é o caso, nunca contraímos. É esta a gestão que temos, até 34 que é o limite do endividamento. Nós não podemos ficar numa métrica superior a este valor, sob pena de ultrapassarmos uma vez e meia a receita líquida corrente, apurada e cobrada nos últimos 3 anos e, nessa aplicação, nós estamos abaixo de 1%. Não de 1.5%, mas muito abaixo de 1% e daí termos esta margem, algo que não existia há seis anos atrás. Foi, de facto, também uma conquista importante. O prazo médio de pagamento também tem aqui alguma implicação nos gráficos deste Relatório, porque tivemos muito, muito tempo, ali com vinte dias, abaixo dos vinte dias. No ano de 2019, sensivelmente, há um aumento do prazo médio de pagamentos, mas sempre com aquilo que a DGAL assume até ao limite noventa dias e com os serviços financeiros e de uma forma a flexibilizar mais a gestão, nós admitimos no prazo dos sessenta dias e ficámos, no primeiro semestre de 2019, com um prazo médio de cinquenta e dois dias. O que é bom mas, comparativamente aos dois anos anteriores, há uma redução ainda muito maior do prazo médio de pagamento, estando ali nos vinte dias, quinze dias, doze dias que tivemos nos anos de 2017 e 2018, sendo que, neste momento, é de cinquenta e dois dias. Inexistem pagamentos em atraso e isto demonstra, claramente, como está referido na página 20, que face aos itens aqui avaliados e às conclusões que acabei de referir, o Município da Guarda evidência equilíbrio financeiro, que é aquilo que a DGAL exige, que é aquilo que a lei financeira também exige e cumprimos, de facto, esses requisitos. Disse, senhora Presidente.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente. Alguém pretende intervir? Senhor Deputado Aires Diniz, faz favor.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Em relação a este documento, eu estive a lê-lo com a atenção possível, dado o prazo curto que tive para analisar, e cheguei à conclusão que alguns desses gráficos são enganadores. Por exemplo, na página 9, o número de

colaboradores do Município, aparece assim uma coisinha pequenina e, depois, aquilo que existe, muito grande. Quer dizer que tinham criado muitos empregos. Claro que não é verdade. Isto passou de quinhentos e oitenta e nove trabalhadores para seiscentos e vinte e dois. São apenas mais trinta e três trabalhadores. Em relação ao prazo médio pagamentos, ainda bem que o senhor Presidente esclareceu isto. Há aqui uma questão. É que aqui aparece a dizer, que é o segundo semestre de 2019. O segundo semestre de 2019 ainda não acabou. E, portanto, é o primeiro semestre. Está aqui, está aqui um erro de alguém que digitou isto. Portanto, a mim, o problema é que quando eu estive a votar a questão do 0,4 e do 0,3, eu votei a favor do 0,4 porque pensei: há aqui um problema de desequilíbrio financeiro da Câmara. Portanto, se passa de nove dias de prazo médio de pagamentos para cinquenta e dois, é porque houve aqui algum problema. E, se houve algum problema, não vou agora desequilibrar as contas votando uma taxa menor de IMI. E, portanto, é por causa disso que eu estou aqui, de certo modo, a justificar a minha votação. Claro que, cinquenta e dois dias, não é assim nada de especial. O senhor Presidente falou que admitem que os sessenta dias é que é o limite máximo de atraso no pagamento. Claro que nove dias era muito melhor e era muito melhor para as empresas fornecedoras da Câmara. Portanto, era só isto que eu queria dizer.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém para intervir? Não? Faz favor, senhor Deputado Rui Ribeiro.” -----

- **Deputado Rui Ribeiro (PS):** “Relativamente ao Relatório que foi apresentado pela Câmara Municipal, partilhamos algumas reflexões. E os dados que nos são trazidos pelo Relatório, queremos apenas dar nota de que, não obstante a ressalva que é feita, de que a elaboração do plano não teve em conta a integração das empresas municipais e dos SMAS, vemos com alguma preocupação a questão, que já aqui foi levantada e justificada pelo senhor Presidente, do prazo médio de pagamentos continuar fora da linha das previsões, o que já é uma tendência nas contas que nos têm trazido. Embora a evolução global da situação financeira do Município seja positiva, cabe acordar que tem sido feita à custa de elevados níveis de impostos municipais, de taxas, e preços de água e saneamento, alguns dos mais elevados do país. E, como nota final, apenas dizer que a falta de reconhecimento da dívida às Águas de Portugal nas contas, retira qualquer solidez à análise que é feita ao endividamento. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Obrigada, senhor Deputado. Mais alguém? Não? Muito bem. Passemos então ao ponto seguinte.” -----

#### **Ponto 2.9 - Conhecimento do Relatório Semestral sobre a Situação Económica e Financeira do Município.** -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, pretende intervir? Faz favor.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Este é um documento que os nossos Revisores Oficiais de Contas remetem por iniciativa própria. Aqui está também uma exigência legal. Quer dizer, fazem-no por iniciativa, mas também em cumprimento da

lei - alínea d), do número 2, do artigo 77º, da Lei 73 de 2013. E, em resumo, podemos concluir, de acordo com o que consta da mesma informação do Relatório, que o resultado líquido final deste período é positivo. Passou do ano anterior para o ano 2019 e leia-se, a esta data, de 591 mil euros para 728. Há um decréscimo do ativo. Temos também aqui o passivo que apresenta um acréscimo de 8.1, em relação ao período homólogo do exercício anterior. E, a esta data, o passivo tem um total de 96.6 milhões de euros e o total do ativo representa aqui 205 milhões de euros, com números arredondados. O grau da execução a seis meses, do ano 2019, na receita apresenta um valor de 42.7 e na despesa de 29.4. Sabemos que 85% é o valor que, no fundo, a lei nos exige no final do ano, que nós consigamos cumprir para não ter situações de alerta precoce e isso depois ter limitação em termos de receitas de transferências que a Administração Central manda para os Municípios. Ao nível da Contratação Pública, são os Auditores que referem não haver nada a referir quanto ao eventual incumprimento das formalidades legais, relativas à respetiva tramitação processual e contra o eventual cumprimento da legislação vigente. Ou seja, na Contratação, daquilo que foi analisado pelos Revisores, cumprimos plenamente aquilo que está na lei e cumprimos também a tramitação. Não existe despesa sem dotação, cabimento ou sem compromisso. Também é uma regra fundamental naquilo que é a prática financeira desta casa. O endividamento continua a apresentar uma margem face ao limite estipulado por lei, como há pouco eu referi, e verifica-se que, neste momento, a margem de endividamento é 34.4 milhões de euros. A Lei dos Compromissos, o Município efetua a inscrição integral dos compromissos plurianuais na Direção Geral das Autarquias. Remetemos à Direção Geral das Autarquias toda esta informação, portanto, não fica só com os Revisores, não fica só no Município, vai também para a Direção Geral das Autarquias Locais e, até à data, não houve nunca uma carta, nunca houve uma informação a dizer: façam de outra forma. Cumprindo assim as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso às entidades públicas. Em conclusão, retira-se que este Relatório está também na sequência do que nós dissemos e que o Município apresenta, de facto, este equilíbrio financeiro que nós queremos manter para futuro. Obrigado, senhora Presidente.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente. Senhor Deputado Aires Diniz, faz favor.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Eu estive a ler este documento e, para mim, está tudo bem. Mas há aqui uma frase do Auditor, na página 14, que diz o seguinte: «se fosse tido em conta o montante acabado de referir no cálculo do endividamento», que é o montante da dívida às Águas de Vale do Tejo e não sei quantos, «concluir-se-ia que a dívida total do Município era de 1,34 vezes o valor médio da receita corrente líquida cobrada de 2016 a 2018.» E isto aqui é preocupante, porque há aqui um número, que é 1,5, de qual a Câmara fica muito próximo, e, portanto, esperemos que não haja desgraça nenhuma e esperemos que a novela das Águas do Vale Tejo, que nunca mais acaba, parece aquelas novelas mexicanas que a gente conhece, era conveniente que esse diferendo acabasse para que tudo ficasse mais claro para nós, que somos munícipes, ou pelo menos temos o dever de olhar para as contas do Município e para que isto se

tornasse uma coisa mais vulgar, de tal modo que a gente pudesse, efetivamente, baixar impostos a municipais ou então fazer outras coisas. Eu, por exemplo, ainda há um pedaço alguém me questionou. É assim. Eu, se fosse Presidente de Câmara, teria outras opções que tem o senhor Dr. Carlos Chaves Monteiro. Claro que eu apostaria mais em criação de museus, apostaria também em criação de parques de campismo, apostaria no apoio às freguesias e ao desenvolvimento das freguesias e isso tudo seriam as minhas opções. Isso já era espectável, de acordo com aquilo que eu fui dizendo ao longo desta Assembleia e nas outras Assembleias. Claro que, eu espero que a questão das águas acabe em nada, ou seja, que isto se resolva para bem das nossas consciências cívicas sobre as contas da Câmara da Guarda. E disse!” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Mais alguém para intervir sobre este ponto? Não? Faz favor, senhor Deputado Monteirinho.” -----

- **Deputado António Monteirinho (PS):** “Só salientar aquilo que já tínhamos referido e que foi apresentado quando fizemos a proposta do IMI e, como vêm, aqueles valores que nós apresentámos na proposta do IMI estão aqui refletidos no plano, no trabalho feito pelo Revisor Oficial de Contas e que diz o seguinte: no que respeita à venda e prestação de serviços, e estamos a falar de águas e saneamento e tratamento de afluentes, aumentou 18,2% - 563 mil, 112. Em relação ao aumento dos impostos e taxas foi cerca de 33,1% - 1 milhão, 490 mil, face ao período homólogo de 2018. Ou seja, no primeiro semestre de 2019, já leva 1 milhão e meio a mais cobrados. Quem o diz é o Revisor Oficial de Contas, tomem atenção! Mas, para além disso, também diz outra coisa muito importante, é que o fornecimento de serviços externos aumentou 923 mil, 947. Ou seja, quase 1 milhão de euros. Senhor Presidente, mas como nós também fazemos sugestões, eu acho que era importante, se a Autarquia disponibilizasse as demonstrações financeiras, acho que seriam semestrais, seria muito importante para melhorar a informação a todos os munícipes.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Ricardo, faz favor.” -----

- **Deputado Ricardo Neves de Sousa (PSD):** “Mais uma vez boa tarde. Sinceramente, eu gostaria muito que o Partido Socialista, designadamente na pessoa do seu atual líder Parlamentar, nos explicasse que pejo, que coisa, que repugnância é que tem em relação ao facto da Câmara estar a cobrar, estar a receber, tira receitas em alta. Eu não vejo qual é que é o problema. Acho que o desejo de toda e qualquer empresa, independentemente de ser pública, privada ou do setor social, o objetivo é ter o máximo de receitas possíveis para as poder redistribuir nas obras, nos investimentos, nas ações que entende pertinentes para as suas populações. Agora, o Partido Socialista tem aqui uma fixação crónica... não percebo, não percebo, será alguma coisa ideológica, não sei, com este facto de ter as receitas em alta. Mas deixe-me só alertá-lo que nesses números que falou, nesses números surpreendentes, também lá está incluída a receita da água, que agora o SMAS faz parte da esfera municipal e, portanto, as cobranças das taxas da água, e dos valores da água, também se refletem aí nesse número. Era só para fazer o esclarecimento. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais ninguém? Bom, passemos, então, agora, ao ponto seguinte.” -----

**Ponto 2.10 - Projeto de delimitação de uma nova Área de Reabilitação Urbana na zona norte da cidade da Guarda e conjuntos urbanos envolventes – discussão e votação. --**

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, quer fazer alguma intervenção? Não? Muito bem. Alguém para intervir sobre esta questão? Senhor Deputado Henrique Monteiro, faz favor.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Obrigado. Já referimos antes, achamos que esta proposta é um passo tímido. Devia ser mais ambiciosa e continuamos a lembrar que era importante que os moradores das diferentes freguesias deste concelho, também pudessem beneficiar da criação de ARU’s nas freguesias rurais. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Senhor Deputado Aires Diniz, faz favor.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Eu quero concordar com o meu amigo Henrique Monteiro. Embora ele, às vezes, não concorda comigo, mas pronto, é assim a vida. (...) Eu só queria dizer o seguinte. Há muita gente que, nesta nossa região, incluindo as aldeias, é obrigada a emigrar e as suas casas degradam-se por causa disso. E aqui neste documento eu estive a ler e não li provavelmente tudo como deve ser, mas penso que no documento devia estar inserido, ou como diz o meu camarada Honorato Robalo, plasmado a questão da emigração. Ou seja, a questão das aldeias tem a questão da emigração que degrada as casas. As casas, basta entrar o dono e abrir as janelas, e não sei quantos, para aquilo ficar tudo melhor. E aqui, quando as pessoas são obrigadas a emigrar, as suas casas degradam-se. Há aqui uma degradação do património coletivo, ou seja, eu considero que todas as casas são minhas porque eu considero que o património dos outros também é meu. Eu gosto de ver casas bonitas e, por exemplo, fico muito chateado quando alguém me diz que na tua cidade Guarda ou na tua cidade Coimbra, como às vezes dizem, ou na tua cidade Porto, há casas degradadas. Eu penso que essa questão da emigração, e o efeito da emigração nas casas que existem em cada cidade, é uma coisa que nós devíamos considerar. E aqui neste documento, eu penso que falta isso. Falta a consideração da emigração como algo que fala na questão da reabilitação urbana, que não se pedia tão necessária se não houvesse emigração. E disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Se me permite, eu vou-lhe mandar uma parcelazinha do meu IMI, já que o senhor é dono também do meu património, também paga. Muito bem. Quem quer mais intervir? Senhor Deputado Aragão, faz favor.” -----

- **Deputado Luís Aragão (PSD):** “Ora, mais uma vez, boa tarde. Pegando nas palavras do Aires, dizer que, aquilo que ele referiu aqui, acho que é muito importante. Eu tive o cuidado de já o transmitir, numa reunião que tivemos de preparação, ao Senhor Presidente da Câmara. Acho que, esta atitude que está aqui para as aldeias, não faz

qualquer sentido. As aldeias, neste momento, já estão mal. Se nós vamos tomar qualquer medida, mesmo que legal, ninguém está a pôr em causa que não seja legal, ela é legal, mas passar esta medida para as aldeias é a maior asneira que se pode fazer. Portanto, temos de ter o cuidado de deixar que as pessoas, os técnicos que vão trabalhar nisto, tenham o cuidado de se lembrar que, independentemente das políticas o preverem, politicamente está errado. Não se deve fazer. Não é a questão das casas em ruínas na cidade, não é a questão das casas abandonadas na cidade, é a questão das casas em ruínas e das casas abandonadas nas aldeias. Não tem nada a ver. Nada. Porque a casa em ruínas na cidade, mesmo na Guarda, ainda valem dinheiro. As casas abandonadas, com um bocado de jeito, conseguem-se pôr no mercado para arrendar ou para vender. Nas aldeias, não conseguem fazer nada. É escusado. Portanto, tenham cuidado com isso. Bom, começando pelo princípio. Fiquei um bocadinho desagradado quando vi que foram promovidos todos, está escrito aqui no documento, estou a ler, foram promovidos todos os procedimentos necessários de contratação pública para o projeto de delimitação. Infelizmente, a Câmara não tem, no seu quadro técnico, pessoas com disponibilidade, não vou dizer capacidade porque acredito que o tenham, para poder fazer isto. De certeza que poderia e deveria, se calhar, ser feito pelos funcionários da Câmara Municipal. Este trabalho que está aqui mostra que este Executivo tem vontade de tentar melhorar o património, tentar melhorar a nossa cidade, o nosso concelho. Há vontade quando se cria a primeira ARU, quando se cria agora a segunda ARU, com a ampliação para norte, que, ao contrário do que pareça, é para a estação, que é uma zona mais quente, mas há uma vontade de tentar melhorar o património edificado. Há uma vontade de melhorar tudo o que é equipamento, o que é zona verde, o que são infraestruturas, no fundo, arranjar uma cidade melhor, para termos uma cidade melhor com os meios que estão à nossa disposição. Portanto, este Executivo está de parabéns naquilo que faz. Tem todas as medidas, estão aqui, para tentar fazer isso. Eu chamo, no entanto, à atenção, logo na terceira folha, que diz que tem prazos para passar da área de reabilitação urbana para a operação de reabilitação urbana. E eu digo isto porquê? Porque, ainda há bem pouco tempo, tivemos que votar a área de reabilitação urbana novamente, porque ela caiu, porque não fizeram a tempo a operação de reabilitação urbana. Atenção aos prazos. Atenção a isto que está aqui salvaguardado, logo na página número 6. Portanto, é importante que isto se faça, está muito bem. É engraçado também ver aqui uma coisa que andamos todos a dizer. Efetivamente, e viemos aqui a esta sala, eu vim cá, sabia que havia essa ação quando foi a entrega de alteração do PDM. Também cá estive, tive muito gosto em cá estar. Não tanto em ouvir o que as pessoas disseram, porque estavam bastante desmoralizadas as pessoas que vieram aqui a falar, não estavam muito animadas com o panorama que havia para fazer essa alteração. Esqueceram-se que, mas estive cá na mesma, mas esqueceram-se que o representante da Assembleia Municipal, na revisão do PDM, por acaso era eu. Mas, por acaso, estive cá. Não houve problema que eu estava cá na altura. Bom! Diz aqui num parágrafo, na página 11, que é importante terem atenção que o PDM já não está muito adequado aos nossos tempos, porque já tem muitos anos. Já tem vinte e tal anos, portanto, é de 96. Já tem vinte e tal anos, portanto, já não está muito adequado. É importante também que os técnicos, que trabalham nesta Câmara, tenham

a noção disto que está aqui escrito. Ou seja, que não podem olhar para o PDM com os olhos de quem os fez na altura, porque hoje as coisas são diferentes e é preciso ter esse cuidado. Portanto, pus aqui uma nota, achei que isto era importante. É uma área com algum desenvolvimento, que tem uma dimensão bastante grande, mesmo relativamente à primeira ARU. Os considerandos que levam à criação da área também estão corretos. Fala numa coisa que, em meu entender, não está bem e que é relativamente à área industrial da Guarda Gare. Aquela área industrial que houve em tempos e que depois se foi adaptando às novas necessidades e às novas vivências e se transformou de industrial para comercial e de serviços. Basicamente, toda aquela área que está na nova Avenida de São Miguel, aquela avenida que foi a variante que se fez desde a Avenida da Estação para depois ligar à ponte. Essa área toda, virada para a parte da avenida, foi, de alguma forma, adaptada e deixou de ser industrial. Se calhar, infelizmente, mal. Mas deixou e passou a ser comercial e de serviços. E aqui diz que, por desinteresse e por desconforto, foi abandonada! Não foi nada por isso que foi abandonada. Foi abandonada pelas políticas de ordenamento do território que, entretanto, surgiram. E, depois, ficou ali encravada, entre um acesso da VICEG, um acesso que passa lá que é a VICEG, o acesso da A23 e da A25 e a Avenida de São Miguel, ficou ali encravado no meio uma série de construções que nunca mais foram para a frente e ficaram ali onde fazem, com alguma regularidade, o Circo nessa zona. Portanto, não foi por abandono das pessoas, nem por desconforto nem por nada, foi porque não o puderam fazer. Na caracterização, relativamente aos edifícios de interesse, fala na parte da religião, fala na parte das igrejas. Não sei se lapso meu, ou não, eu ainda me lembro da Igreja velha da Estação. Não vem aqui caracterizada, não sei se o edifício perdeu a classificação, se não. Portanto, não falam na Igreja da Estação. Fala nas calçadas. Eu, como frequentador das calçadas, gostava que estivessem melhor tratadas todas as envolventes que não estão. As pedras que vão caindo também era bom que fossem sendo recolocadas, porque é um património que é importante salvaguardar. Depois, quando passamos para a área das isenções, que é aquilo que afeta diretamente as pessoas e que isto pode ter algum interesse. Na redução do IMI, fala num período inicial de três anos, mas que pode ser prolongado por mais cinco. Presumo que sejam, portanto, oito e não cinco, no total. Mas não esclarece também. A questão do agravamento, que estava a falar o Aires Diniz e o Henrique, agravamento para o triplo no caso de imóveis devolutos há mais de um ano e de prédios em ruínas. Portanto, discordo nas aldeias, concordo na cidade, acho que está correto. Agora, nas aldeias, discordo completamente. Depois, dedução à coleta, imposto sobre elemento de pessoas singulares, dedução à coleta de 30% dos encargos suportados pelos proprietários relacionados com a reabilitação até ao limite de 500€. Obras, 500€? Mentira. Portanto, se dessem 5 mil, ainda me calava. 50? 500? Tomem juízo! Os investidores olham para isto e riem-se... não está em causa, mas estou a analisar o documento. Pode decorrer da lei, como está a dizer o senhor Presidente e muito bem, mas está mal. Estamos a falar de obras. 500€, obras, mentira. Portanto, ou é 5, ou é 5 mil. 500, porreiro mas não vale a pena. Para concluir, é importante, efetivamente, que isto tenha uma operação de reabilitação urbana que lhe corresponda. Ou seja, que tenha o correspondente investimento público nas zonas que se pretendem melhorar, alterar, para que os

privados possam ir atrás daquilo que se está a fazer para melhorar tudo o que é o património edificado da nossa cidade. E tenho dito. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada senhor Deputado. Mais alguém pretende intervir neste ponto? Senhor Deputado Honorato, faz favor.” -----

- **Deputado Honorato Esteves, Presidente da Junta de Freguesia de Famalicão (Independente):** “Senhora Presidente da Mesa e restante Mesa da Assembleia, distinto Executivo, colegas Presidentes de Junta, Deputados Municipais, público presente e a quem está a assistir. Está ultrapassada a questão da invisibilidade do grupo dos independentes. Está ultrapassada mesmo. Eu só queria aproveitar a intervenção do Engenheiro Aragão, que considero ter sido bastante explícita, nomeadamente no que diz respeito à intervenção urbana nos núcleos das freguesias rurais. Efetivamente, está a preparar-se a revisão do PDM e é só a esse título que venho aqui intervir e, portanto, muito a tinta vai, certamente, ainda correr, relativamente àquilo que vai ser o futuro dos núcleos urbanos das nossas aldeias. E o sentido da minha intervenção, era apenas de alertar o Município e pedir-lhes, com alguma insistência, que concretamente nas aldeias que estão sob alçada da região, da área protegida que é o Parque Natural da Serra da Estrela, que haja algum cuidado. Que não se leve tudo a régua e esquadro, que não se leve tudo pela norma nacional. 10 mil metros para o Algarve, tem de ser 10 mil metros para Famalicão da Serra ou para Vila Soeiro? Nós achamos que não pode, nem deve ser assim. E agora há aí uma rapaziada que querem preservar o planeta da presença do homem, o ser humano parece que é um criminoso. Eu acho que a natureza e concretamente nas nossas áreas rurais necessita, cada vez mais, da presença e de uma presença consistente do homem. Aliás, o problema das nossas aldeias é não ter pessoas. E, portanto, vamos ver se não acabamos de dar a machadada final nas nossas aldeias, restringindo ou condicionando de tal forma a recuperação dos núcleos urbanos, que seja praticamente inviável insistir nesse campo. É só isto. Boa tarde.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Mais alguém? Senhor Deputado Henrique, faz favor. Não falou já, senhor Deputado?” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Eu não concordo aqui com o meu amigo Luis Aragão, distinto Deputado Municipal, de que efetivamente essas intervenções não se devem fazer nas freguesias rurais, criando essas ARU’s. Eu penso exatamente o contrário porque nós temos que fixar, fixar as pessoas nas freguesias rurais. É importante ocupar o território e o território começa por se ocupar nessas mesmas freguesias que são as pessoas que estão mais próximas do mundo rural e que intervêm nele, com aqueles benefícios que todos consideramos importantes. Acho que a maior mais valia na criação das ARU’s, mais do que a perda de receita para o Município, porque a receita está sempre no pensamento, não é? É o ganho que tem em termos da redução do IVA e o IVA não é uma receita municipal. E ficarem 17% no bolso dos nossos fregueses, dos nossos munícipes, acho que é interessante numa intervenção que tenha que se fazer. Para além de que se reabilita património que, eventualmente, noutras circunstâncias, se calhar, não seria tão atrativo reabilitá-lo. O meu pensamento é este e acho que já o deixei bem claro quando apresentámos, na anterior Assembleia Municipal,

a proposta que apresentámos. Foram invocadas aqui algumas dificuldades, do ponto de vista técnico, inclusivamente que só haveria doze freguesias que já teriam o perímetro urbano da freguesia definido. Mas isto é um trabalho que acho que requer também algum empenhamento para que se torne efetivo e também que se acelerem os procedimentos.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada senhor Deputado. Mais alguém para intervir? Não? Então, senhor Presidente, faz favor. Tem a palavra.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Senhora Presidente, também ser muito rápido. Dizer que, de facto, a Área de Reabilitação Urbana é um instrumento legal que hoje, não só os Municípios, mas também os particulares podem vir a beneficiar. Estou muito de acordo com muita coisa que o Deputado Luís Aragão referiu, mas temos de perceber a boa vontade e aquilo que ela transporta para a realidade atual. Não há condições, muitas vezes, de os proprietários reabilitarem, colocarem até no mercado de arrendamento este tipo de edifícios que estão devolutos, estão em mau estado e estão degradados e claro que, aqui, com os benefícios fiscais que existem, com o incentivo fiscal que existe, nós podemos alavancar mais esta política de valorização do património, em áreas onde nós também percebemos claramente que é preciso investir e também aqui a iniciativa privada tem um papel importante nesse investimento. Mas para o Município também é importante em termos de infraestruturas porque, com estas áreas de reabilitação, nós podemos ir buscar mais fundos comunitários, fazer candidaturas ao 2020 para dar resposta, para termos mais meios financeiros, para ir ao encontro daquilo que são investimentos necessários, que muitas vezes já estiveram em quadros comunitários antigos, anteriores ao atual e, por isso, ainda aqui temos uma última hipótese de aproveitar fundos comunitários e candidaturas para fazer infraestruturas nas áreas de reabilitação urbana. Disse, senhora Presidente.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente. Passamos, então, agora, à votação deste ponto. Pedia-vos que se sentassem um bocadinho. Como vos compreendo!” -----

- *Resultado da votação do Ponto 2.10 - Projeto de delimitação de uma nova Área de Reabilitação Urbana na zona norte da cidade da Guarda e conjuntos urbanos envolventes - discussão e votação.* -----

- Aprovado, por unanimidade, com sessenta e dois votos a favor e uma abstenção. -----

**Ponto 2.11 - Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda, acerca da Atividade Municipal.** -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente quer intervir? Senhor Presidente, faz favor.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “O relatório está aqui, das atividades relevantes do Município, mas eu destacava esta iniciativa que se integra na décima edição da Guarda + 65. Há outros que eu poderia aqui evidenciar, mas até pelo início e de uma forma diferente e envolvente que nós demos a esta iniciativa. Desde logo, estão envolvidas as vinte freguesias já inscritas. São, neste momento, quatrocentas e sessenta

e três pessoas, homens e mulheres, que integram este programa de levar a educação física, lazer, partilha também de conhecimentos às freguesias rurais. É um esforço que o Município fez com os seus próprios técnicos e meios, envolvemos as freguesias, elas dão-nos a conhecer quais são as principais dificuldades ao nível da população sénior mais idosa. E quero-vos dizer que o foco fundamental são as atividades regulares na hidroginástica, no reforço muscular, ginástica sénior, o Karaté sénior, atividades pontuais, ciclo de tertúlias temáticas sobre o envelhecimento, comemorações efemérides, caminhadas, ações de sensibilização. E também para aquela classe de pessoas que padece de doença, envolvemos o IPG e a ULS, ao nível dos mais idosos que têm problemas de diabetes do tipo 2 e população com outras doenças ou patologias. Trazemos e combatemos um certo isolacionismo das pessoas nos meios rurais. Portanto, nós, os nossos técnicos vão, em colaboração com as freguesias, desenvolver atividade física e de bem-estar a estas pessoas mais idosas e, com certeza, sempre acompanhadas também, aquelas que possuem patologias, o acompanhamento de um enfermeiro para podermos dar um melhor serviço, acompanhar melhor os nossos idosos, porque também é importante falar de pessoas. Muitas vezes falamos do dinheiro que se gasta, mas é também para o mundo rural, para os idosos que vivem sozinhos, longe das famílias, que têm fragilidades, que nós temos que dirigir as nossas políticas e esta marca Guarda + 65, que estava na cidade apenas, hoje é muito mais abrangente e nós queremos ainda mais porque falamos de vinte freguesias, elas são quarenta e três no nosso concelho e esse é o desafio. Tragam mais, envolvam-se mais, tragam mais idosos para o projeto porque nós daremos a resposta adequada para que os idosos do concelho, sejam de que freguesia forem, possam beneficiar deste bem-estar, desta qualidade de vida que nós queremos transportar com este projeto. Obrigado senhora Presidente.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente. Senhor Deputado Aires Diniz, faz favor.” -----

- **Senhor Deputado Aires Diniz (CDU):** “Eu li rapidamente o documento, provavelmente não vi tudo como deve ser. Mas notei a falta de uma referência à Candidatura da Guarda a Capital da cultura. Não há lá nenhuma referência e eu, nestas histórias de lutas, de campeonatos, eu não gosto de perder. Ou seja, tenho dois clubes, Coimbra e a Guarda. Mas o que é certo, é que custa ver que a Guarda já parece ter desistido de lutar. E era isso que eu queria alertar as pessoas. Disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito Obrigada. Mais alguém para ir intervir? Senhor Deputado Marco Loureiro, faz favor.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Muito obrigado senhora Presidente. Eu, há pouco, não consegui fazer esta pergunta ao senhor Presidente. Se me pudesse responder, gostava de saber em que ponto de situação está a obra no quarteirão associativo que, aparenta-me, já há muito tempo que está parado. Não sei se é verdade. E o que é que leva a isso estar a acontecer. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito Obrigada. Mais alguém para intervir? Não? Senhor Presidente, faz favor.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado. Relativamente a esta obra, de facto, esteve suspensa. Já foi reiniciada. Não sei se foi por causa da Assembleia Municipal, mas já está em curso esta obra porque é relevante para o nosso concelho, para aquilo que são as necessidades das associações. Recebemos, não digo diariamente, mas semanalmente associações a pedirem-nos espaços. Aquele espaço, que vai albergar algumas dessas associações, também tem especificidades muito próprias em termos daquilo que é o objeto social de cada associação, nós temos um compromisso com a União Europeia e não podemos colocar lá qualquer associação. Mas com certeza que esperamos que a mesma seja agora definitivamente concluída e dar resposta a um anseio grande de todas as associações locais e, para isso, também a questão foi pertinente porque grande parte do investimento está feito. Portanto, agora é já a fase derradeira e temos que dar resolução definitiva ao assunto. Quanto à Capital Europeia da Cultura, Deputado Aires Diniz, ninguém desistiu. Nós continuamos na senda daquilo definimos desde a primeira hora. Vamos estar em Paris na próxima semana, exatamente na festa das vindimas, onde não só estamos envolvidos neste produto e num evento com a Câmara de Paris, mas também temos os nossos técnicos da cultura, quer já franceses, que são nossos representantes com os quais já contratualizámos prestações de serviços para que, com as universidades, com escolas, com os professores, na próxima semana... Vereadora? 11, 12 e 13 estaremos com a comunidade cultural, com uma parte dessa comunidade em Paris, não só a falar do Cobertor de Papa, da Cestaria de Gonçalo, mas também da Capital Europeia da Cultura porque a comunidade portuguesa, também em Paris, é abrangente e essa é a nossa próxima ação. E, com certeza, como fizemos já no passado, no envolvimento das juntas, das escolas, mas também daquilo que foram os Municípios, essa é a lógica de estruturação da Capital Europeia da Cultura. Mas, claro, estamos agora aqui numa fase crucial de abrir contratualizações com diretores culturais, com diretores de património e consultores no património, na cultura, na diáspora, no diálogo inter-religioso e envolver mais pessoas, que, não só, são aquelas que estão na Câmara que nós aguardamos que também possam complementar este projeto, recorrer muito aos nossos recursos humanos, e vamos fazê-lo, do Museu, do TMG. Eles vão estar, de corpo e alma, neste projeto mas também recrutar externamente alguns técnicos, especialistas, para reforçar esta candidatura. Mas, a breve trecho, vamos perceber que vamos dar um passo em frente nesta candidatura. Obrigado senhora Presidente.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente. Chegámos ao fim desta sessão. Eu não queria terminar... por favor, não se levantem já... não podemos terminar sem pôr à votação as deliberações em minuta. Estão aprovadas por unanimidade todas as deliberações tomadas nesta Assembleia. E está terminada a sessão.” -----

-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----